

Vicente Rodrigues da Fonseca Pchara

**O DECLÍNIO HEGEMÔNICO MILITAR EM NÍVEL  
REGIONAL:  
OS EUA FRENTE À ASCENSÃO DO BRASIL**

Dissertação/ submetida ao  
Programa de Pós Graduação  
em Relações Internacionais  
da Universidade Federal de  
Santa Catarina para a  
obtenção do Grau de mestre  
em Relações Internacionais.  
Orientador: Prof. Dr. Felipe  
Amin Filomeno

Florianópolis  
2014

Pchara, Vicente Rodrigues da Fonseca  
O declínio hegemônico militar em nível regional:  
Os EUA frente à ascensão do Brasil/ Vicente Rodrigues da Fonseca  
Pchara; orientador, Felipe Amin Filomeno - Florianópolis, SC, 2014.  
134 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de  
Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-  
Graduação em Relações Internacionais.

Inclui referências

1. Relações Internacionais. 2. América do Sul. 3. Sistema-  
Mundo Moderno. 4. Hegemonia. 5. Zonas de Influência Regional. I.  
Amin Filomeno, Felipe. II. Universidade Federal de Santa Catarina.  
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. III. Título .

## FOLHA DE APROVAÇÃO



## **AGRADECIMENTOS**

Este trabalho é fruto de um enorme esforço pessoal, mas que não poderia ser concluído sem aqueles que me proporcionaram um ambiente saudável e tranquilo, meus pais, Katia e Estevan. Vocês são grande cúmplices nessa tarefa e responsáveis por minha trajetória e formação, foram vocês que primeiro me ensinaram a questionar e buscar a verdade acima de tudo.

Aos os meus irmãos Francisco e Mathias pelo eterno companheirismo. Aos meus colegas de mestrado pelo apoio em todas as horas. Em especial ao Jefferson, Marília e Mariana pelos debates acalorados e pela cumplicidade nas horas mais difíceis.

Aos amigos de todas as horas, Gustavo, Edson, Mari, Isa, Weber, e também aos parceiros de escalada por terem ouvido mil vezes sobre minha dissertação.

A todos os professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, e a CAPES pelo financiamento dessa pesquisa. Em especial ao professor Felipe pela orientação e apoio nessa jornada, você sempre se portou como sábio na condução das minhas inquietações e questionamentos acadêmicos.

Por fim, a minha amada Leticia pela dedicação, compreensão e todo amor e carinho compartilhado nesses anos.



An empire founded by war has to maintain  
itself by war.  
(Montesquieu)

The first panacea of a mismanaged nation is  
inflation of the currency; the second is war.  
Both bring a temporary prosperity; a  
permanent ruin.  
(Ernest Hemingway, 1968)





## RESUMO

A re-militarização do mundo após os ataques de 11 de setembro se dá em um período de franca expansão de novas potências econômicas, sobretudo na Ásia, mas também de uma retomada de crescimento econômico em outras partes da periferia do sistema internacional. O envolvimento norte-americano em aventuras militares no Oriente Médio aprofundou um quadro de declínio econômico dos EUA, revelando a super-extensão militar do Estado norte-americano. Ao mesmo tempo, a crise financeira de 2008-2009 revelou os problemas da financeirização econômica em um contexto de emergência de novos centros de poder, colaborando para um cenário de enfraquecimento da hegemonia dos EUA. Em um esforço para restaurar a primazia, o hegemom passou a se envolver mais prontamente com estes novos centros econômicos. Com base na ameaça percebida pelos formuladores da política de segurança dos EUA, houve uma priorização da Ásia como contraposição ao crescimento da China. O Brasil e seu entorno imediato (América do Sul), que também conseguiu alcançar níveis de crescimento econômico significativos desde a década de 2000, não tem recebido a mesma resposta de contrabalanceamento do hegemom. Em tal conjuntura, o presente trabalho pretende examinar como o declínio relativo da hegemonia dos EUA em nível mundial influenciou seu nível de projeção militar na América do Sul, vista como zona de influência regional do Brasil. O período analisado compreende os anos de 2000 a 2013. A tese principal deste trabalho é que essas dinâmicas de segurança estão diretamente relacionadas à capacidade material de projeção de poder do hegemom. Ao passo que diminuem as vantagens econômicas desse ator, diminuem também suas capacidades de projeção de poder militar. Logo, a racionalização dos recursos leva à priorização da projeção de poder nas zonas ou regiões no qual o hegemom percebe maior ameaça para a manutenção de sua primazia. Esta lógica de tomada de decisão pode estar sempre presente, mas fica mais aguda nos momentos de crise econômica doméstica e de fortalecimento de competidores internacionais. Como esta pesquisa mostrará, a mobilização mais intensa dos instrumentos de dominação militar pelo hegemom declinante após 11 de Setembro tem levado, paradoxalmente, à deterioração do seu poder militar em certas regiões do globo, especialmente na América do Sul.

**Palavras-chave:** Hegemonia, América do Sul, Sistema-Mundo Moderno, Zonas de Influência Regional, Brasil.



## **ABSTRACT**

The re-militarization that has swept the world after the terrorist attacks of 9/11 took place in a period of booming of new economic powers. This trend is more acute in Asia but it is also possible to perceive a resumption of economic growth in other parts of the periphery of the international system. As the U.S. engaged in military adventures through the Middle East its economy became weakened and strained by military overextension. At the same time, the financial crises of 2008-2009 showed the problems of economic financialization in a context of emergence of new power centers, contributing to a conjuncture of weakened U.S. hegemony. In an effort to restore primacy, the U.S. government has maintained the logics of balance of power and started to engage more promptly with this new economic centers. Based on the threat posed by China's growth, there was a prioritization of U.S. policy towards Asia to counter-balance China's growth. Brazil and its immediate surroundings (South America), which also managed to reach levels of economic growth, have not received the same response of counterbalancing by the hegemon. This study intends to investigate how the relative decline of U.S. hegemony globally has influenced the level of military projection in South America, seen as a regional area of Brazil's direct influence. The period of analysis comprehends the years between 2000 and 2013. The main thesis of this work is that this security dynamics is directly related to the material capability of the hegemon for power projection. As its economic advantages decrease, so does its capacity to project military power. Thus, a rationalization of resources leads to prioritization of power projection in zones or regions in which the hegemon perceives there is the greatest threat to maintaining its own primacy. This logic of decision making might always be present but is more acute in times of domestic economic crisis and strengthening of international competitors. As this research shows, the most intense mobilization of the military instrument of domination by the declining hegemon after September 11 has led, paradoxically, to the deterioration of its military power in certain regions of the globe, especially in South America.

**Key Words: Hegemony, South America, Modern World-System, Zones of Regional Influence, Brazil.**



## LISTA DE TABELAS

Figura 1 Padrão evolucionário do capitalismo mundial.....	34
Gráfico 1 Relação entre inflação e gasto governamental nos EUA 1929-2013.....	56
Gráfico 2 Gasto com defesa nos EUA entre os anos fiscais de 1960 e 2015.....	71
Gráfico 3 Dívida pública dos EUA em USD trilhão (nominal) 1968-2013.....	76
Gráfico 4 Ajuda militar e policial para a América do Sul 2000-2014, todos os programas.....	99
Gráfico 5 Relação entre orçamento de defesa dos EUA e ajuda militar e policial para América Latina 2000-2012.....	104



## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ALBA – Alternativa Bolivariana para as Américas  
ALCA – Área de livre comércio das Américas  
AUC – Autodefesas Unidas da Colômbia  
CIA – Agência Central de Inteligência dos EUA  
DEA – Departamento Antidrogas dos Estados Unidos  
DOD – *Department of Defence* (Departamento de Defesa dos Estados Unidos)  
EUA – Estados Unidos da América  
FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia  
FED – *Federal Reserv System* (Banco Central dos Estados Unidos)  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul  
OEA – Organização dos Estados Americanos  
ONU – Organização das Nações Unidas  
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte  
UNASUL – União de Nações Sul-americanas





## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	19
1 SISTEMA-MUNDO, HEGEMONIA E OS CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO .....	26
1.1. A UNIDADE DE ANÁLISE: O SISTEMA-MUNDO MODERNO.....	26
1.1 OS CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO E OS LONGOS SÉCULOS HEGEMÔNICOS .....	29
1.1.1 O CSA norte-americano .....	36
1.2 AS TRANSIÇÕES HEGEMÔNICAS E A MILITARIZAÇÃO ....	40
1.2.1 A internalização dos custos de proteção e a industrialização da guerra nos CSAs.....	40
1.2.2 Abordagens complementares sobre a relação entre economia capitalista e capacidade militar.....	47
2 O PODER MILITAR DOS ESTADOS UNIDOS APÓS 1945 .....	50
2.1 O PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E O COMPLEXO INDUSTRIAL MILITAR DOS EUA .....	50
2.2 A CRISE SINALIZADORA E O DECLÍNIO DO LONGO SÉCULO AMERICANO .....	54
2.3 DÉCADA DE 1990, A CONSOLIDAÇÃO DA UNIPOLARIDADE MILITAR 63	
2.4 POLÍTICA DE SEGURANÇA DOS EUA NA ERA BUSH.....	69
2.4.1 O 11 de setembro de 2001 .....	72
2.5 POLÍTICA DE SEGURANÇA NO GOVERNO OBAMA. ....	78
3 A PRESENÇA MILITAR DOS EUA NA AMÉRICA DO SUL E NOVOS ARRANJOS DE SEGURANÇA REGIONAL .....	85
3.1 BACKGROUND HISTÓRICO - DA INDEPENDÊNCIA AO FIM DA GUERRA FRIA.....	86
3.2 POLÍTICA DE SEGURANÇA DOS EUA PARA AMÉRICA DO SUL/AMÉRICA LATINA DURANTE O GOVERNO GEORGE W. BUSH.....	93
3.2.1 As bases militares na América Latina .....	96
3.2.2 O plano Colômbia .....	99
3.3 POLÍTICA DE SEGURANÇA DOS EUA PARA AMÉRICA DO SUL DURANTE O GOVERNO OBAMA .....	102
3.4 O BRASIL DO SÉCULO XXI E A AMÉRICA DO SUL.....	109

3.4.1 Aspectos materiais e capacidade militar brasileiros no século XXI.....	111
3.4.2 Brasil como motor de integração?.....	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
REFERÊNCIAS.....	123

## INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa é o declínio hegemônico dos EUA. Para vários autores a hegemonia dos EUA sobre o sistema mundial tem declinado nas últimas décadas (ARRIGHI, 1994; WALLERSTEIN, 1974; CHOMSKY, 2003; KENNEDY, 1988; HARVEY, 2008)<sup>1</sup>. Ao mesmo tempo, há uma percepção generalizada de que novos atores estatais têm emergido na hierarquia mundial de riqueza e poder, ameaçando a posição hegemônica dos EUA (ARRIGHI, 1994; HARVEY, 2008; IKENBERRY, 2011; BUZAN; WÆVER, 2003; WALT, 2005; KENNEDY, 1988). Tal conjuntura histórica de transição hegemônica não é inédita. Do final do século XIX a meados do século XX, ocorreu a transição da hegemonia da Grã-Bretanha para a hegemonia dos Estados Unidos da América (EUA), (ARRIGHI, 1994; WALLERSTEIN, 1974). Da mesma forma que ocorreu com a hegemonia da Grã-Bretanha no século XIX, a hegemonia estadunidense vem se desgastando em alguns setores, principalmente a produtividade e competitividade na indústria, dando sinais de sua dissolução em algum ponto no futuro. Entretanto, os EUA ainda sustentam a primazia financeira, através da centralidade do dólar como principal moeda de troca e reserva de valor internacional<sup>2</sup>, e, em termos militares, continuam sendo de longe a principal potência, contribuindo com cerca de 40% de todo gasto mundial em defesa<sup>3</sup>. Todavia, essas forças militares se encontram dispersas geograficamente, dificultando sua mobilização completa e aumentando consideravelmente seus custos de manutenção<sup>4</sup>. Além disso, as mais recentes demonstrações de força

---

<sup>1</sup> O conceito de hegemonia varia sensivelmente entre autores. Não existe uma proposta consensual sobre essa definição. Isso não impede que muitos autores tenham utilizado diferentes abordagens de hegemonia para caracterizar a dominância ou proeminência de um Estado em relação aos demais.

<sup>2</sup> Harvey (2008, p.204) questiona a primazia financeira dos EUA uma vez que quase um terço das ações de Wall Street e quase metade dos títulos do Tesouro dos Estados Unidos já estão nas mãos de estrangeiros, além disso, ele alega que os dividendos e juros que são remetidos a proprietários estrangeiros aproximam-se hoje, quiçá superam, o tributo de corporações e operações financeiras norte-americanas extraídas do exterior.

<sup>3</sup> Dados do SIPRI 2012.

<sup>4</sup> Paul Kennedy argumentou em *The Rise and Fall of the Great Powers* (1988) que a hegemonia Americana está em perigo de "esgotamento imperial". Kennedy propõe que da mesma forma que a Grã-Bretanha voltou para as

militar dos EUA - a guerra no Afeganistão e a invasão do Iraque - colocaram em cheque as finanças dos EUA e, apesar disso, não foram capazes de garantir a segurança ou de estabilizar politicamente esses dois países, sugerindo que há limites ao poder militar dos EUA.

Especificamente, após o 11 de setembro de 2001 os EUA embarcaram em uma escalada armamentista de grandes proporções, culminando em uma mobilização concentrada de poder coercitivo que tem se mostrado mais aguda do que em qualquer período recente da história - o gasto militar dos EUA na última década só não é proporcionalmente mais elevado do que durante o período da Segunda Guerra Mundial. Em concomitância a essas manobras de reafirmação da primazia militar, estabeleceu-se um quadro de constante questionamento da hegemonia norte-americana em um período de franca expansão de novas potências econômicas, sobretudo na Ásia, mas também uma retomada de crescimento econômico em outras partes da periferia do sistema internacional. Na análise de Arrighi (1994, p. 175-274), essas manobras de afirmação do poder militar podem ser vistas como um dos principais componentes da crise da hegemonia dos EUA. De acordo com Samir Amin (2004, p.76), a hegemonia dos EUA passou a depender muito mais da capacidade militar desse ator do que de sua superioridade econômica. Todavia, ambas capacidades, especialmente na sequência da crise financeira de 2008, demonstram sinais de exaustão. Observa-se a diminuição relativa da capacidade dos EUA de assegurar sua condição hegemônica através de liderança consensual e, ao mesmo passo, a concentração do componente coercitivo de dominação da hegemonia em certas regiões prioritárias para o hegemom, gerando vazios em outras. A recorrência às políticas belicistas, isto é, a formulação de um “*Warfare State*” construído sob o primado da segurança e de bases militares, iniciou um “(...) um ímpeto militarista que vai assumir as feições de uma última manobra desesperada do país para preservar a todo custo seu domínio global.” (HARVEY, 2005, p. 166)<sup>5</sup>.

Esse cenário transitório entre o declínio de uma hegemonia e a ascensão de outra é o que Arrighi (1994) chama de caos sistêmico, período marcado pela conturbação da ordem internacional e pelo

---

“fileiras inconvenientes da mediocridade” porque gastou muito dinheiro defendendo os interesses em lugares distantes ao lutar em guerras dispendiosas, os EUA estariam se dirigindo para um destino semelhante.

<sup>5</sup> Tradução pelo autor.

declínio em múltiplas esferas das capacidades de poder do hegemom. É também um período no qual o hegemom utiliza mais contundentemente seu poder militar para garantir a manutenção da ordem por ele estabelecida, quando o instrumento de poder militar se torna mais preponderante para impor o domínio (coerção), refletindo também um quadro de perda de poder ideológico, político e institucional (capacidade de gerar consensos) para persuadir os demais Estados a aceitar as regras e normas do sistema. Desta maneira, o conceito de potência hegemônica utilizado neste trabalho é baseado no conceito gramsciano de hegemonia, uma fusão sutil de coerção e consenso. Percebe-se que a sustentação da liderança de qualquer sistema político, particularmente um sistema global de estados, exige não apenas o poder militar e econômico para impor o domínio quando necessário, mas também um aparato ideológico, político e institucional para persuadir outros Estados a aceitar as regras e normas de um sistema, que é em grande parte projetado e operado pelo hegemom e seus aliados. No entanto, no presente recorte macro-histórico de ascensão e queda das hegemonias no sistema-mundo moderno, enfatizamos especificamente os processos que dizem respeito à capacidade de coerção e os condicionantes econômicos relativos a esta capacidade, deixando em segundo plano o componente de consenso da hegemonia mundial. Especificamente, nos coube estudar como esse cenário caótico está relacionado à diminuição relativa da primazia econômica dos EUA, um processo que segundo Paul Kennedy está relacionado à diminuição da capacidade militar do hegemom. Kennedy chama esse processo de super-extensão militar, que ocorre quando o acúmulo de compromissos militares e diplomáticos acaba induzindo ao aprofundamento do declínio econômico do hegemom, o qual, por sua vez, aprofunda o desequilíbrio entre consenso e coerção e leva a degeneração da ordem mundial centrada no hegemom.

Assim, dentro deste quadro histórico de declínio relativo da hegemonia norte-americana é razoável esperar que o declínio da hegemonia seja acompanhado de uma diminuição do poder militar do hegemom em certas regiões do globo, ainda que mantida considerável distância entre a capacidade militar global dos EUA e a de qualquer outro Estado individualmente. Portanto, situação paralela à que ocorreu durante o declínio da hegemonia da Grã-Bretanha, quando a presença militar britânica ao redor do mundo foi gradualmente substituída pela presença de uma nova potência emergente, os EUA. Talvez a região mais afetada nesse sentido tenha sido o continente americano, local em que a presença militar britânica foi gradualmente substituída pela presença dos EUA:

Nas Américas, (a Inglaterra) rebateu os projetos da Santa Aliança para restaurar o domínio colonial, afirmando o princípio da não-intervenção na América Latina e convidando os Estados Unidos para apoiar o princípio, que mais tarde tornou-se a Doutrina Monroe. A ideia de que a Europa não deveria intervir nos assuntos americanos foi inicialmente uma política britânica.<sup>6</sup> (ARRIGHI E SILVER apud AGUILAR, 1968, p.15).

Do mesmo modo que durante o declínio da hegemonia britânica, durante o atual declínio relativo da hegemonia dos EUA percebe-se que a redução do poder militar do hegemom não ocorre uniformemente ao redor do globo, ou seja, existem variações transregionais no grau de projeção do poder militar dos EUA. Por exemplo, durante os anos da doutrina de War on Terror, promovida pela administração de George W. Bush (2001-2008), a presença militar dos EUA na Ásia aumentou significativamente, enquanto na administração de Barack Obama (2008-2012), a projeção do poder militar norte-americano priorizou a região da Ásia Oriental<sup>7</sup>. Já na América do Sul, durante a última década, percebe-se uma relativa perda da centralidade dos EUA, mesmo que para muitos países da região isso não tenha significado o colapso das relações com os EUA, mas que o peso específico de Washington hoje é menor em termos econômicos, militares e diplomáticos (TOKATLIAN, 2011, p.4).

Como tese principal deste trabalho, argumentamos que essas dinâmicas de segurança estão diretamente relacionadas à capacidade material de projeção de poder do hegemom. Ao passo que diminuem as vantagens econômicas desse ator, diminuem também suas capacidades de projeção de poder militar. Logo, a racionalização dos recursos leva à

---

<sup>6</sup> Tradução pelo autor.

<sup>7</sup> A priorização da Ásia fica clara no artigo “*America’s Pacific Century*” de autoria da ex-secretária de Estado dos EUA, Hillary Clinton, e publicado na revista *Foreign Affairs* em 2011. Ao comentar sobre as reduções no orçamento de defesa dos EUA, Obama deixou claro que “(...) vamos fortalecer nossa presença na Ásia-Pacífico, e as reduções orçamentárias não virão às custas desta região crítica”. Fonte: <http://www.whitehouse.gov/photos-and-video/video/2012/01/05/president-obama-speaks-defense-strategic-review>. Data de acesso: 15/5/2013.

priorização da projeção de poder nas zonas ou regiões no qual o hegemom percebe maior ameaça para a manutenção de sua primazia. Esta lógica de tomada de decisão pode estar sempre presente, mas fica mais aguda nos momentos de crise econômica doméstica e de fortalecimento de competidores internacionais. Como esta pesquisa mostrará, a mobilização mais intensa dos instrumentos de dominação militar pelo hegemom declinante após 11 de Setembro tem levado, paradoxalmente, à deterioração do seu poder militar em certas regiões do globo, especialmente na América do Sul.

É por esta razão que o presente trabalho busca desenvolver o quadro do declínio hegemônico militar dos EUA considerando suas dimensões regionais. Com este propósito, utilizamos o conceito de zonas de influência regional, pois se entende que a interação de segurança entre o hegemom e as potências emergentes pode ser melhor compreendida sob o aspecto regional, uma vez que a projeção de poder do hegemom em uma determinada região afeta toda a dinâmica de segurança dessa região, e não apenas o alvo dessa projeção propriamente (BUZAN; WÆVER, 2003, p.33;47;56). Além disso, esta perspectiva analítica permite considerar as relações inter-regionais dentro do processo sistêmico de declínio hegemônico, na medida em que os esforços do hegemom para controlar uma determinada região podem resultar em maior espaço de manobra para potências em ascensão em outras regiões. Desta maneira, trabalhamos com o seguinte problema de pesquisa: Em que medida o declínio relativo da hegemonia dos EUA em nível mundial influencia seu nível de projeção militar<sup>8</sup> na América do Sul?

Minha tese, já mencionada acima, é que o desenvolvimento econômico e militar das potências emergentes tem avançado mais rapidamente do que a projeção global do poder militar dos EUA, causando uma diminuição do poder militar deste nas zonas de influência regional daquelas potências. Em tal situação, os EUA passam a priorizar

---

<sup>8</sup> O termo projeção de poder está bem definido no dicionário de termos do Departamento de Defesa dos EUA de 2011: “A capacidade de uma nação de aplicar todos (ou alguns) dos seus elementos de poder nacional - político, econômico, informacional, ou militar – para aplicar, implantar e manter, de forma rápida e eficaz, forças dentro de vários locais dispersos com intuito de responder a crises, contribuir para a dissuasão e aumentar a estabilidade regional.” Tradução pelo autor. Fonte: [http://www.dtic.mil/doctrine/dod\\_dictionary/](http://www.dtic.mil/doctrine/dod_dictionary/). Data de acesso: 05/09/2013.

as zonas de influência regional das potências emergentes que percebem como maiores ameaças (atualmente a China), levando a variações na redução de seu poder de uma região para outra. Uma implicação secundária desta tese, que será abordada de maneira apenas exploratória, é que o Brasil disfruta de um posicionamento privilegiado no aspecto sistêmico da transição hegemônica atual. Como não é um ator prioritário na pauta atual de segurança da política externa dos EUA, não tende a ser visto como um ator a ser contido e assim tem mais espaço de manobra para construir arranjos de segurança regional não controlados pelo hegemon.

Metodologicamente, este trabalho parte de uma conjuntura sistêmica (o declínio hegemônico dos EUA na última década) para compreender um de seus desdobramentos em nível regional (o nível de projeção do poder militar dos EUA na América do Sul na última década). Logo, o método de pesquisa deste trabalho é um estudo de caso da condição da América do Sul (como região) e do Brasil, (como potência regional e país semiperiférico experimentando uma ascensão conjuntural na hierarquia mundial de riqueza e poder) no quadro sistêmico de declínio hegemônico dos EUA. As variações na projeção de poder militar dos EUA na América do Sul são analisadas como instanciamento regional de um processo sistêmico, moldado por sua relação com o que ocorre em outras regiões do globo, em especial a Ásia.

Para realizar a pesquisa, utilizou-se como referencial teórico a Análise de Sistemas-Mundo, sobretudo na vertente baseada na teorização de Giovanni Arrighi e Beverly Silver sobre a condição cíclica das hegemonias. Além da Análise de Sistemas-Mundo, este trabalho também incorpora ao seu referencial teórico as contribuições de Paul Kennedy (1988) de super-extensão militar (*imperial overstretch*) sobre a relação entre gasto militar e acumulação de capital (sobretudo o conceito de complexo industrial-militar). Por outro lado, buscou-se também um afastamento da questão histórica levantada por estes autores sobre a “crise terminal” da hegemonia dos EUA. Não coube nesse trabalho verificar se há ou não no presente momento uma substituição da hegemonia mundial dos EUA.

O presente trabalho será dividido em três capítulos. O primeiro capítulo trata basicamente da construção do referencial teórico. O segundo capítulo tem como objetivo embasar a variável do declínio relativo da hegemonia dos EUA em nível mundial. Inicia-se primeiramente com uma caracterização histórica do declínio relativo da hegemonia dos EUA focando em dois aspectos: a) o poder estrutural



dados pela centralidade do dólar na hegemonia norte-americana; b) a super-extensão militar e o aumento do custo da guerra. Em seguida, o capítulo trata da reorientação de prioridade da política externa dos EUA para a Ásia através da análise documental e revisão de literatura sobre os governos George H. W. Bush e Barack Obama, demonstrando como o crescimento da economia na Ásia tem causado um remanejamento das capacidades de projeção de poder militar dos EUA do Oriente Médio para a Ásia. No terceiro capítulo, o objetivo é embasar a variável do declínio da projeção de poder dos EUA na América do Sul. Inicialmente é retomada uma breve caracterização histórica da projeção de poder militar dos EUA na América do Sul através de revisão de literatura. Na segunda parte são analisadas as políticas de segurança dos governos G. W. Bush e Barack Obama para a América do Sul, considerando dentre outros fatores, o número de bases militares e os recursos de ajuda militar externa enviada à região. Nessa seção, além de revisão de literatura, utilizamos documentos oficiais e, ocasionalmente, outros documentos disponibilizados pelo WikiLeaks. Posteriormente, o capítulo apresenta, de forma exploratória, as características do Brasil como potência regional e emergente, e suas relações com a América do Sul como agente de integração da segurança regional. Por fim, nas considerações finais são apresentados os resultados finais desta pesquisa. Argumenta-se que, devido à retirada conjuntural de recursos e influência militar dos EUA na América do Sul, a região vive nos dias atuais uma condição histórica única, refletindo uma possibilidade real de incremento da autonomia relativa às decisões estadunidenses em matéria de segurança.

# 1 SISTEMA-MUNDO, HEGEMONIA E OS CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO

## 1.1. A UNIDADE DE ANÁLISE: O SISTEMA-MUNDO MODERNO

Este trabalho se baseia na Economia Política dos Sistemas-Mundo (EPSM), estabelecida na literatura inicialmente com o primeiro volume da obra “*The Modern World System*” de Immanuel Wallerstein (1974). Wallerstein elaborou sua teoria a partir dos escritos clássicos do marxismo sobre o imperialismo, da teoria da dependência de Andre Gunder Frank e da obra do historiador Fernand Braudel. Para Wallerstein, a unidade de análise dos fenômenos sociais de Wallerstein não são os Estados ou sociedades nacionais, mas os sistemas sociais complexos. Um sistema social para Wallerstein é um sistema histórico com limites temporais no qual se caracterizam diferentes divisões axiais do trabalho e cujos limites são flexíveis geograficamente. Para o autor, existem dois tipos de sistemas sociais na história da humanidade: os minissistemas e os sistemas-mundo. Os minissistemas podem ser categorizados como “economias tribais que envolvem uma única divisão do trabalho efetiva, uma única entidade política e uma única cultura” (ARIENTI e FILOMENO, 2007, p. 103). Os sistemas-mundo são maiores geograficamente e, etnicamente e culturalmente, são mais complexos que os minissistemas. O horizonte espacial de um sistema-mundo “é co-extensivo a uma divisão de trabalho que possibilita a reprodução material auto-contida desse “sistema-mundo” (idem, p. 104). Sua dinâmica é movida por forças internas e sua expansão absorve áreas externas e integra-as ao organismo em expansão.

Os sistemas-mundo existem em basicamente dois tipos: impérios-mundo, que possuem unidade política-territorial sobreposta à divisão mundial do trabalho e onde o tributo é extraído por uma autoridade central; economias-mundo, que apresentam uma divisão mundial do trabalho complexa e integrada, mas politicamente fragmentada. As economias-mundo, ao contrário de impérios-mundo, não tem nenhum sistema político unificado, nem seu domínio está baseado apenas no poder militar. No entanto, como um império-mundo, a economia-mundo

é baseada na extração de excedente da periferia para aqueles que governam no seu centro (WALLERSTEIN, 1974).

O atual sistema-mundo moderno é a primeira e única economia-mundo totalmente capitalista. Surgiu por volta de 1450-1550 e se expandiu geograficamente por todo o planeta ao final do século XIX. Esse sistema se originou na Europa devido a uma especialização regional do trabalho, teorizada aqui de forma simplificada como um determinismo tecnológico na qual a Europa ocidental se especializou na fabricação altamente qualificada, enquanto a Europa oriental manteve a agricultura de baixa qualificação como principal atividade econômica. Assim, criaram-se diferenças nos regimes de acumulação entre as duas regiões, o que resultou em uma hierarquia comercial entre centro e periferia. Ao mesmo tempo, a vasta produção de matérias-primas no exterior impulsionou a expansão desse sistema mundial para o restante do mundo, permitindo que os estados europeus incorporassem as outras regiões do globo ao sistema-mundo capitalista, que implicou a reprodução de seu subdesenvolvimento econômico e dependência política em relação ao centro do sistema (WALLERSTEIN, 1974, p.27-28).

Esse sistema-mundial moderno, abrangendo regionalmente diferentes relações sociais de produção, é invariavelmente capitalista, uma vez que a atividade econômica dos países centrais é genericamente concebida como produção orientada de maneira incessante para o lucro no mercado mundial. Esta organização do capitalismo em escala mundial apresenta uma forte tendência de manutenção do sistema. Especificamente, ele tem sido historicamente imune a uma reversão a um império mundial, já que apenas uma economia mundial permite a acumulação de capital global sem os custos político-militares proibitivos da construção de um império. Historicamente, o sistema de estados é uma condição para a ascensão e reprodução do capitalismo, uma vez que são necessárias múltiplas soberanias para a transferência do excedente das periferias para os centros através da competição intercapitalista organizada pelo Estado, o que impede a absorção direta do excedente por uma formação imperial centralizada (WALLERSTEIN, 1983, p.57).

A superestrutura política desse sistema é o conjunto de Estados soberanos que participam de uma rede interestatal. As diretrizes operacionais deste sistema interestatal incluem o chamado equilíbrio de poder, um mecanismo destinado a garantir que nenhum Estado tenha capacidade de transformar este sistema interestatal em um único império mundial cujos limites se coincidem com a divisão axial do trabalho.

Wallerstein afirma que ao longo da história da economia-mundo capitalista houveram várias tentativas de reversão do sistema em um império mundial, mas essas tentativas foram todas frustradas. No entanto, também foram repetidas as tentativas por determinados estados para alcançar hegemonia no interestatal do sistema, e essas tentativas conseguiram sucesso em três ocasiões, mesmo que apenas por períodos relativamente curtos (idem, 1983, p.58).

Para Wallerstein (1980, p. 39), hegemonia é uma conjuntura de baixa intensidade de competição entre potências centrais no sistema interestatal; refere-se a uma situação em que a rivalidade entre as grandes potências é tão desequilibrada que um único Estado pode impor as suas regras e os seus desejos (pelo menos pelo poder de veto efetivo) nas arenas política, militar, diplomática, cultural e, até mesmo, econômica. A base material desse poder reside na capacidade das empresas domiciliadas nesse super Estado de operar de forma mais eficiente em todas as três principais áreas econômicas: produção agro-industrial, comércio e finanças. A vantagem na eficiência deve ser suficiente para que essas empresas não só possam superar as demais empresas domiciliadas em outras grandes potências no mercado mundial, mas, em muitos casos, até mesmo dentro dos mercados domésticos dos poderes rivais.

Entretanto, a manutenção da supremacia econômica é um fenômeno difícil; sempre há pressões competitivas por mobilidade na hierarquia do poder mundial, dando origem a ciclos de ascensão e queda das hegemonias. Para Wallerstein (1974), são as inovações dos sistemas de produção intensivos em capital que dão condições a outros Estados (para) desafiar a hegemonia de sua época. Inovações tecnológicas e organizacionais geram superioridade financeira e comercial permitindo aos Estados que acumulem muito poder econômico que se tornem hegemônicos e se posicionem no pináculo da divisão mundial do trabalho. Assim, da mesma forma que em um ciclo de Kondratieff, a transição hegemônica marca uma fase B na hegemonia declinante para uma nova fase A de expansão econômica da hegemonia ascendente. Para Wallerstein (1983, p.58-59), as transições hegemônicas são decididas em guerras de 30 anos na qual cada hegemonia foi selada por uma guerra mundial – uma guerra centrada nas conquistas territoriais, altamente destrutivas, de duração aproximada de trinta anos e envolvendo todas as grandes potências militares da época. Estas foram, respectivamente, as guerras entre 1618-1648, as Guerras Napoleônicas 1792-1815, e os conflitos do século XX, de 1914 a 1945, que devem ser

adequadamente concebidos como uma única longa guerra dos trinta anos.

## 1.1 OS CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO E OS LONGOS SÉCULOS HEGEMÔNICOS

Aprofundando o quadro teórico da EPSM de Wallerstein, Arrighi (1994) desenvolve uma explicação mais elaborada para as transições hegemônicas. Arrighi se distancia dos longos ciclos de Kondratieff e baseia sua análise na narrativa histórica do capitalismo oferecida por Braudel. Para Braudel existem três níveis de atividade econômica: (1) a camada inferior, ou “vida material”, na qual o valor das mercadorias é definido por seu valor de uso, com o eventual escambo entre agricultores e artesãos. (2) a camada intermediária, ou “economia de mercado”, na qual as trocas por mercadorias são rotineiras e a produção é voltada para a comercialização em concorrência; (3) a camada superior, que Braudel chama de “Capitalismo”, onde se encontram os mecanismos anti-mercado como monopólios e oligopólios, que permitem que alguns poucos agentes possam obter a maior parte do excedente (ARIENTI e FILOMENO, 2007, p. 113-114)

A partir de Braudel, Arrighi teoriza o sistema-mundo focando na terceira camada (capitalismo) e seguindo a tese proposta por Adam Smith, Karl Marx e J. Schumpeter da tendência da queda da taxa de lucro através da progressiva saturação do mercado (ainda que cada um desses três autores clássicos tenha entendimentos diferentes sobre esta tendência). A partir da percepção dessa tendência histórica, Arrighi formula um constructo teórico para analisar a evolução da economia mundial capitalista em períodos de longo prazo, os Ciclos Sistêmicos de Acumulação (CSA). Arrighi argumenta que a história do capitalismo mundial é organizada em ciclos que seguem um padrão que pode ser decomposto a partir da lei de valorização de capital de Marx (D-M-D’). Cada CSA envolve duas fases, um período de expansão material, na qual o capital flui predominantemente para a produção e o comércio (fase DM’), seguido de um período no qual a saturação do mercado e da concorrência capitalista promove a redução das taxas de lucro, quando o capital se desloca para a financeirização e especulação (fase DD’). Dessa forma, na segunda fase, as altas finanças se fortalecem para estender o período de acumulação capitalista através da priorização de serviços financeiros, condição que eleva temporariamente as taxas de lucro.

A sucessão de ciclos de acumulação constitui uma série de elevações econômicas, cada uma é resultado das atividades de um particular complexo de agências governamentais e empresariais encarregadas de expandir a economia-mundo capitalista um nível adiante do que as anteriores. Cada passo à frente envolve uma mudança de guarda nos “*commanding heights*”<sup>9</sup> da economia mundial capitalista, e uma "revolução organizacional" nos processos de acumulação de capital.

Uma mudança de guarda e uma revolução organizacional que, historicamente, sempre ocorreu durante as fases de expansão financeira. Expansões financeiras são assim, vistas não apenas como o anúncio da maturidade de um determinado estágio de desenvolvimento da economia-mundo capitalista, mas também o início de uma nova etapa<sup>10</sup>. (Arrighi, 2009 , p.88).

Mais precisamente, uma nova fase DM’ ocorre quando inovações tecnológicas e organizacionais de um novo centro de acumulação capitalista (o Estado e a classe empresarial representada pela “esfera superior do capitalismo”) absorvem o capital disponível em direção aos setores produtivos e comerciais, que em consequência, se tornam mais competitivos em relação a outros centros de acumulação, elevando as taxas de lucratividade do capital. Assim os CSAs acompanham a tese de Schumpeter de destruição criativa de que para haver o fim do antigo modelo é necessário haver a criação de um novo modelo de acumulação. Nessas condições, o novo sistema promove ajustes espaciais que criam condições para o surgimento de divisões de trabalho mais amplas ou profundas (ARRIGHI, 2009, p. 241).

A perda de capacidade da manutenção da acumulação de capital pelo Estado hegemônico leva a um período de enfraquecimento da hegemonia, sinalizando a fase de “outono”, na qual a acumulação de capital passa a ser regida pelo sistema financeiro. É nessa fase do outono de uma hegemonia que se inicia o processo de transição entre a hegemonia declinante e uma nova hegemonia ascendente. Período marcado por um novo caos sistêmico, ou seja, o aumento da competição pelo poder no sistema internacional. Para usar a expressão de Fernand

---

9 O termo foi utilizado pela primeira vez por Lenin em 1922.

10 Tradução pelo autor.

Braudel: “os períodos de intensificação da concorrência e consecutiva expansão financeira e instabilidade estrutural não são na mais que o "outono" de um grande desenvolvimento capitalista” (1984, p.246).

O processo de financeirização não estanca a perda da capacidade produtiva, dando início a lenta transição do capital excedente para um novo local de realização capitalista. Braudel chama esse período de *Belle Epoque*, pois caracteriza um sensação de renovação e bem estar com retorno de altas taxas de lucro, no entanto essa percepção é ilusória, uma vez que sinaliza o “outono” do ciclo de acumulação característico da maturidade dos “*commanding heights*” da hegemonia declinante. Esse processo impele a migração do capital excedente para um novo centro de inovação, o que apenas retarda o fenecimento do antigo centro em detrimento do novo. Assim, a financeirização do capital ajuda a recircular o capital excedente, que se realiza em um novo centro de acumulação. Resumindo, a busca inerente do capital por altas taxas de lucratividade acaba deslocando o centro de poder econômico de um local para outro mais rentável. O antigo locus de acumulação perde poder econômico e acaba, em algum momento, sendo superado pelo novo locus que inicia uma nova fase DM´ (ARRIGHI e SILVER 1999, p.77-90).

Cada CSA está englobado no que Arrighi, seguindo Braudel, chama de "longo século", períodos de mais ou menos cem anos durante o qual ocorre a ascensão, plena expansão e eventual substituição da principal ator acumulador do sistema (ARRIGHI, 1994, p.214-216). No decorrer da história do sistema-mundo moderno cada CSA esteve associado à ascensão e queda de um bloco hegemônico de atores governamentais e empresariais localizados em diferentes centros. Gênova no século XVI, as Provinciais Unidas, no séc. XVIII, a Grã-Bretanha no séc. XIX e os EUA no séc. XX. A hegemonia desses atores organizou o sistema-mundo moderno em uma escala hierárquica de divisão do trabalho e garantiu certa governabilidade e ordem em contrapartida ao caos sistêmico da competição econômica e militar que marca a transição de um ciclo para outro. Nesse sentido, o conceito de hegemonia de Arrighi é diferente do de Wallerstein. Enquanto Wallerstein define hegemonia como supremacia econômica, Arrighi segue a interpretação de Robert Cox (1994) do conceito de Gramsci:

“A hegemonia a nível internacional não é apenas uma ordem entre os estados. É uma ordem dentro da economia mundial com um modo de produção dominante que penetra todos os países e se

vincula a outros modos subordinados de produção. É também um complexo de relações sociais internacionais que conectam as classes sociais dos diferentes países. Hegemonia mundial é descritível como uma estrutura social, uma estrutura econômica, e uma estrutura política; e não pode ser apenas uma delas, mas todas as três simultaneamente. Hegemonia mundial, além disso, é expressa em normas universais, instituições e mecanismos que colocam regras gerais de comportamento para os Estados e para aquelas forças da sociedade civil que atuam através das fronteiras nacionais – regras que sustentam o modo dominante de produção”<sup>11</sup> (COX, 1994, p.61-62).

Para Arrighi e Silver (1999), a hegemonia é um conceito de governabilidade e liderança no sistema internacional, que todavia não elimina os processos subjacentes de competição e conflito dos Estados. Logo, hegemonia para Arrighi é uma situação distinta do imperialismo, que se caracteriza quando uma potência busca dominar territorialmente espaços no sistema e congelar a balança de poder através da imposição de força militar contra outras potências. Dessa forma, apenas uma hegemonia que combine características benevolentes de liderança e coercitivas de dominação é capaz de manter um sistema-mundo estável e hierarquizado o suficiente para permitir a extração de capital da periferia para o centro. Tal estrutura hierárquica está a mercê das características inerentes do processo de acumulação capitalista, ou seja, a busca incessante por melhores taxas de lucro.

As grandes expansões materiais e financeiras ocorrem quando um bloco dominante acumulou o suficiente para dominar o sistema mundial que, próximo ao fim, decorre na mudança de poder hegemônico. A sobreposição de CSAs ocorre na passagem de uma hegemonia para a outra, ou seja, enquanto um ciclo define, outro começa a se formar. Esta fase de sobreposição ocorre durante a crise financeira do ciclo que está chegando ao fim. Para Arrighi e Silver (1999, p.88) as três principais tendências de uma crise hegemônica são: (1) A intensificação das rivalidades entre as grandes potências. (2) O surgimento de novos locus econômicos nas margens de ação do Estado hegemônico em

---

<sup>11</sup> Tradução pelo autor.



declínio. (3) A expansão do sistema financeiro centrado no Estado hegemônico declinante como forma de reafirmar a acumulação de capital através de serviços financeiros.

Consequentemente, as transições hegemônicas tomam tempo, não são imediatas. Por exemplo, a transição entre a hegemonia Britânica e a hegemonia Americana significou a ruptura da velha ordem hegemônica. Mas esse processo não foi contínuo, foi necessário o dismantelamento da antiga ordem para a emergência de uma nova. É importante lembrar que na primeira fase do declínio Britânico, o período até a Primeira Guerra Mundial, se verificou a expansão do industrialismo e mercantilismo na Europa, um período que Arrighi e Silver (1999) caracterizam de caos sistêmico. A expansão financeira nesse período de instabilidade e incerteza mundial não diminuiu o papel da Grã-Bretanha como a câmara de compensação central do sistema-mundo capitalista. Pelo contrário, foi precisamente nesta época do declínio da supremacia industrial e imperial que a Grã-Bretanha mais se beneficiou de ser o centro nevrálgico do comércio e das finanças mundiais (ARRIGHI e SILVER, 1999, p.67). É o momento em que o líder da expansão anterior colhe os frutos da liderança em virtude de sua posição de comando sobre os processos de acumulação em escala mundial. É também o momento em que o mesmo líder está gradualmente sendo deslocado dos “*commanding heights*” do capitalismo mundial por uma nova liderança emergente. Para Arrighi esses períodos de grande reorganização do sistema-mundo capitalista podem ser chamados de transições hegemônicas.

Nesse sentido, os CSA descrevem um padrão de recorrência que inicia com a expansão material levando a hegemonia, a expansão financeira levando ao caos, e o caos para uma nova hegemonia. Esse processo também é marcado por um padrão de evolução, ao passo que cada nova hegemonia reflete uma maior concentração de recursos organizacionais e de maior volume e densidade do sistema do que a hegemonia anterior (idem, 1999, p.34). Este duplo padrão está presente nas transições hegemônicas anteriores, como podemos observar na figura 1:

Organização governamental líder	Tipo de regime/ciclo		Custos internalizados			
	Extensivo	Intensivo	Proteção	Produção	Transação	Reprodução
Estado-Mundo			Sim	Sim	Sim	Não
Estado-Nação			Sim	Sim	Não	Não
Cidade-Estado			Não	Não	Não	Não

Diagrama de fluxo adicional:

```

graph TD
    A[Estado-Mundo] --> B[Estado-Nação]
    B --> C[Cidade-Estado]
    D[Extensivo] --> E[Norte-Americano]
    D --> F[Britânico]
    E --> G[Holandês]
    F --> G
    G --> H[Genovês]
  
```

Figura 1 Padrão evolucionário do capitalismo mundial. FONTE: (ARRIGHI; SILVER, 2012, p. 86).

Na Figura 1 é possível observar um padrão evolucionário em três sentidos, já que cada nova hegemonia intensifica o processo capitalista através de uma inovação: na internalização dos custos; no tipo de organização governamental; e no tipo (intensivo/extensivo) de regime de acumulação. De fato são essas inovações que levam o sistema-mundo capitalista a crescer em complexidade e escala, promovendo regimes financeiramente e militarmente mais intensos a cada novo ciclo. A seguir, podemos resumir os argumentos de Arrighi (1994) sobre a Figura 1 em três partes:

**a) Internalização dos custos:**

No primeiro CSA, de Genova, a acumulação de capital ocorreu em detrimento do controle e mediação de uma grande parcela do comércio na região do mediterrâneo que floresceu por volta do século XIV. Como uma pequena Cidade-Estado, Genova precisava “comprar” a proteção militar do Império territorial Ibérico para manter a soberania. Fator que limitava a competitividade comercial de Genova. A Holanda, em seguida, foi capaz de internalizar os custos de proteção e tornar seu ciclo de acumulação mais rentável e estável na competição por capital móvel. Da mesma forma, o ciclo seguinte, do Império Britânico, internalizou (além dos custos de proteção) a maioria da produção agro-industrial na qual estava baseada a rentabilidade das suas atividades comerciais. O atual CSA norte-americano difere do britânico graças ao seu tamanho continental, que permitiu os EUA a capacidade de internalizar os custos de transação de mercado. Ou seja, reduzir custos através de economia de velocidade com a incorporação de várias tarefas em uma única estrutura empresarial.

**b) Tipo de regime**

Ao mesmo tempo os CSAs cursaram um movimento pendular de regime "extensivo" para regime "intensivo". Uma alternância entre o modelo “cosmopolita-imperial” e “corporativo-nacional”. Cada passo à frente no processo de internalização dos custos de um novo regime de acumulação envolveu um reavivamento de estratégias e estruturas governamentais e empresariais que tinham sido substituídas pelo regime anterior. Assim, de acordo com Arrighi, o regime genoves era extensivo (cosmopolita-imperial) enquanto o regime holandês foi intensivo (corporativo-nacional), o britânico extensivo, e o norte-americano intensivo.

### c) **Organização governamental**

Para Arrighi a consolidação e subsequente intensificação do capitalismo está diretamente ligada a consolidação do Estado-Nação. Sobretudo, Arrighi busca em Braudel a primeira explicação para essa associação. Para Braudel “o capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando é o Estado” (BRAUDEL, 1987, p. 43). A segunda associação de Arrighi é o retrato histórico que Charles Tilly desenvolve em “Coerção, capital e estados europeus (1996)” enfatizando as relação entre capitalismo e Estado na Europa entre os séculos X e XX. Para Tilly foram apenas as nações que possuíam um extenso território firmemente administrado que detinham a condição *sine qua non* para pode extrair as rendas e os contingentes necessários à organização de uma força militar. França e Espanha são exemplos de nações que incorporaram grandes quantidades de território e conseqüentemente foram capazes de extrair rendas suficiente para expandir o processo de competição inter-estatal, que em sua essência se tornou o modus operandi dos Estados europeus (TILLY, 1996, p. 79). Ou seja, para Arrighi é o processo de competição inter-estatal que ajuda a explicar a consolidação de organizações governamentais cada vez mais amplas e fortes. As cidade-estado italianas não possuíam, nem desenvolveram, as características necessárias para acompanhar esse processo, que tem se intensificando desde então.

### d) **Outras tendências**

Um terceiro ponto que Arrighi faz é que existe um encurtamento sucessivo na duração de cada ciclo de acumulação sistémico. Ao passo que as organizações governamentais e empresariais que conduzem cada ciclo se tornaram mais poderosos e complexos, torna-se mais curto o tempo de vida desses regimes de acumulação. O regime genovês durou 220 anos, o holandês 180, o britânico 130 e o norte-americano 100.

#### 1.1.1 **O CSA norte-americano**

Depois de ressaltar os argumentos fundamentais dos CSAs nos parece importante descrever brevemente a narrativa histórica do CSA norte-americano e as inovações acumuladas sistematicamente pelo atual hegemon.

Com o fim da fase MD´ do CSA Britânico por volta da metade do século XIX ocorre na Europa e na América a emergência de novos

centros de poder econômico. A Alemanha e os Estados Unidos incorporaram o avanço tecnológico das duas revoluções industriais inglesas e promovem uma ampla consolidação empresarial. De 1873 a 1914 os Estados Unidos e a Alemanha tornaram-se os principais produtores dos mais avançados setores industriais da época: aço e automóveis nos Estados Unidos e produtos químicos na Alemanha. O livre comércio e a Grande Depressão de 1873-86 levou a uma onda de protecionismo em toda a Europa, particularmente na Alemanha Imperial. O Segundo Reich baseou o seu desenvolvimento em grandes empresas e cartéis que trabalhavam em estreita associação com os grandes bancos. Eles foram integradas horizontalmente (com pequenas e médias empresas que sobreviviam como membros subordinados de uma economia de comando privado), e perseguiram a eficiência técnica (a fim de controlar uma participação de mercado cada vez maior), que levou a taxas mais elevadas de crescimento industrial, mas não se traduziu em um método global mais eficiente de apropriação da mais-valia. No entanto, a industrialização alemã fez precipitar a crise terminal do SCA britânico (ARRIGHI, 1994, p.265-269).

Isso gerou uma concorrência sobre o capital excedente móvel, permitindo que os capitalistas ditassem os termos de acesso ao capital, o que levou em um segundo momento ao aumento dos lucros e a belle époque da hegemonia britânica entre 1816-1914. Nesse período, até 1914, os EUA receberam a maioria dos investimentos estrangeiros britânicos. No entanto, a demanda britânica por armas durante a primeira guerra mundial foi paga com os bens que o capital britânico havia financiado, e, portanto, os EUA puderam não só pagar a sua infraestrutura construída no século XIX a preços baixos, mas também acumular créditos de guerra com os países Aliados (idem, 1994, p. 171-173, 269-271). A crise terminal do SCA britânico foi o período de 1914-1945 os trinta anos entre o começo e o final das duas guerras mundiais.

Deste modo, o quarto CSA tem início com a expansão econômica dos EUA no começo na metade do século XIX, período de grande avanço nas técnicas de produção manufatureira e consolidação de monopólios na produção de aço e petróleo. Com o salto tecnológico no início do século XX a economia dos Estados Unidos logrou maior espaço de manobra através da consolidação de um grande mercado interno, ao contrário da Grã Bretanha que havia firmado sua hegemonia se tornando o entreposto comercial e câmara de compensação financeira mundial. A escala continental e a explosão populacional do século XX permitiu o desenvolvimento autônomo de um grande parque industrial,

que por volta de 1940 levou os EUA a deter 35% do PIB mundial (MADDISON, 2003).

A principal inovação do CSA norte-americano foi o modelo de negócio de integração vertical. No novo modelo capitalista norte-americano as empresas individuais internalizaram toda a sequência de negócios, desde a aquisição de matérias-primas até a venda de produtos acabados. Este modelo reduziu os custos e diminuiu os riscos e incertezas através do planejamento corporativo de longo prazo, que gerou economia de velocidade (e não de escala) em todo o processo, levando a vantagens competitivas decisivas e crescimento rápido. Por outro lado, impôs barreiras à entrada de concorrentes, que, a partir da consolidação das grandes empresas estadunidenses, precisariam iniciar suas atividades na mesma escala das transnacionais norte-americanas já existentes (ibídem, 1994, p. 239-241).

Os EUA detinham não só a vantagem de possuir uma grande economia interna (mercado), permitindo uma integração vertical das empresas, mas também de economias externas devido ao seu tamanho continental (oferta), e assim, não tinham necessidade de incorporar diretamente outros territórios (ibídem, 1994, p. 294). Além disso, o extenso processo de descolonização do pós-guerra permitiu-lhes situar-se como defensores da liberdade (como os holandeses haviam feito, em relação à Espanha imperial). Neste sentido, podemos dizer que o CSA norte americano aprofundou ainda mais a interação do sistema-mundo conquistado pelos britânicos.

Além de ultrapassar a capacidade produtiva da Grã-Bretanha, a ascensão da hegemonia Americana teve como principal inovação o controle de complexos industriais militares de escala continental (ARRIGHI e SILVER 1999, p. 37). Após a vitória sobre os países do Eixo, consolidou-se nos EUA um grande parque industrial militar de proporções continentais. Foi a primeira vez na história que se combinaram as capacidades recrutamento nacional que surgiram durante a revolução francesa (nacionalismo <sup>12</sup>) com as novidades da industrialização da guerra do século anterior. Como iremos abordar mais

---

<sup>12</sup> Segundo Tilly (1992, p.25), a revolução francesa proporcionou a possibilidade de estender o controle do Estado direto sobre os cidadãos. A transição para o governo direto deu aos governantes franceses a capacidade de acessar os cidadãos e os recursos que eles controlavam através da tributação das famílias, o recrutamento em massa, censos, sistemas policiais, e muitas outras invasões de pequena escala da vida social.

adiante essa combinação resultou na des-proporcionalidade militar estadunidense, não só em termos absolutos, mas também em relação à novas tecnologias, que levaram a melhor efetividade no emprego da força militar. A guerra ficou mais mortal e os recursos econômicos necessários para competir nesse setor se tornaram uma barreira a novos entrantes.

A agência que conduziu a fase de MD do CSA norte-americano não era o capital financeiro, mas o próprio governo dos EUA, que começou o boom dos “gloriosos anos trinta” através do keynesianismo militar global. O capital corporativo dos EUA apenas seguiu a expansão militar dos EUA (ao invés de liderar-lo) e foi essencial na ajuda aos Estados no pós-guerra e na captura dos novos “*commanding heights*” do século XX. Enquanto os EUA usaram o Plano Marshall e as políticas de rearmamento para integrar o mercado europeu em sua esfera de influência, ao mesmo tempo insistiram para que as empresas subsidiárias dos EUA fossem tratadas como européias, tornando a Europa um terreno fértil para a expansão das empresas transnacionais. Processo que integrou ainda mais a Europa no ciclo sistêmico de acumulação de capital norte americano (ARRIGHI, 1994, p. 315, 316).

Esta condição, em certa medida, se transformou na mais séria contradição entre o governo dos EUA e a expansão das corporações transnacionais norte-americanas. As transnacionais não se transformaram em instrumentos maleáveis do poder de Estado dos EUA. Uma vez que o governo dos EUA tinha aberto o caminho para as empresas transnacionais, este não podia controlar o processo, nem mesmo em conjunto com os Estados europeus.

Este modelo de governança (ou falta dela) minou a regulação e produção de dinheiro do mundo pelo governo dos EUA, pois levou a intensificação na transferência de capital móvel e fixo para a Europa. Os EUA reagiram apertando o controle sobre o dólar e o abandono do sistema de taxas de câmbio fixas. O resultado foi o comércio de valores cambiais a prazo, e a expansão financeira, ou seja, o aumento da transnacionalização das empresas, que se transformou na principal contradição interna da SCA norte-americano (idem, 1994, p. 305-313).

A crise sinalizadora do regime dos EUA fiou evidente entre 1968 e 1973, em três esferas distintas e intimamente relacionadas: Militarmente, o exército dos EUA teve problemas cada vez mais graves no Vietnã; financeiramente, o *Federal Reserv* dos EUA (FED) achou difícil e depois impossível preservar o modo de produção e regulação do dinheiro mundial estabelecido em *Bretton Woods*; e ideologicamente, a cruzada anti-comunista do governo dos EUA começou a perder

legitimidade, tanto em casa como no estrangeiro (ARRIGHI, 1994, p. 300-301).

A crise sinalizadora marcou a interrupção da fase DM', e conduziu à desregulamentação dos anos 1980 e a belle époque da era Reagan, que foi acompanhada por um acirramento da Guerra Fria nos países do “terceiro mundo”, ou seja, o aumento da competição interestatal (Arrighi, 1994, p. 314-317). O cenário geopolítico da Guerra Fria, na qual a organização política do CSA norte-americano estava baseada, desintegrou-se abruptamente em 1989. A queda do muro de Berlim pode ser visto como o fim simbólico da Guerra Fria, e também um período de afirmação da unipolaridade militar dos EUA.

## 1.2 AS TRANSIÇÕES HEGEMÔNICAS E A MILITARIZAÇÃO

Até agora tratamos dos CSAs de forma abrangente. Contudo, para entender a militarização dos EUA, é necessário realizar um aprofundamento teórico-histórico sobre as inovações militares e a internalização dos custos de proteção que marcaram as transições hegemônicas. Primeiro, realizarmos uma revisão das transições passadas, evidenciando o impacto das revoluções militares que moldaram as disputas inter-estatais no sistema-mundo capitalista. Em seguida, faremos um breve aprofundamento teórico sobre a questão do gasto militar na economia capitalista.

### 1.2.1 A internalização dos custos de proteção e a industrialização da guerra nos CSAs

Durante a história do sistema-mundo capitalista, a intensificação da rivalidade entre os Estados se manifestou no desenvolvimento de novos armamentos e técnicas militares como sub-produto da fusão entre capital financeiro e capacidade militar.

A situação política [na Europa] permitiu uma fusão notável entre mercado e “comportamento” militar que criou raízes e floresceu nos centros econômicos mais ativos da Europa Ocidental. A comercialização de violência organizada veio vigorosamente à tona no século XIV, quando os exércitos de mercenários se tornaram padrão na Itália. Depois disso, as forças de mercado (...)



começaram a afetar a ação militar como nunca antes havia acontecido. A arte da guerra começou a evoluir entre os europeus com uma rapidez que logo elevou a níveis singulares. A história do mundo entre 1500 e 1900 testemunhou a singularidade da Europa nestas questões, e a corrida armamentista que continuou a tencionar os equilíbrios mundiais até a atualidade descende diretamente da intensa interação em matéria militar que os Estados europeus e os empresários privados inauguraram durante o XIV século.<sup>13</sup> (MCNEILL, 1982, p.69-70).

Esta tendência de incremento da violência organizada na Europa durante os séculos XIV e XV inicia com a pungência comercial das cidades-Estado italianas no controle de diversas rotas marítimas no Mediterrâneo, fator que promoveu uma concentração massiva de capital e consequentemente o aumento da competição por esse capital. Porém, diferentemente do modelo imperialista anterior, nessa região se desenvolveu uma situação de maior estabilidade política que impedia a absorção de uma cidade-Estado pela outra. Um equilíbrio de poder que contribuía para a diminuição dos custos de proteção tanto em termos absolutos quanto em relação aos seus concorrentes e rivais. De tal modo que a competição interestatal continuou a existir, mas os interesses econômicos se tornaram preponderantes.

Se o equilíbrio de poder só pode ser mantido através de guerras repetidas e custosas, então a participação nessas empreitadas contraria o propósito do Estado capitalista, porque os custos pecuniários de tais guerras inevitavelmente tendem a superar as vantagens pecuniárias. O segredo do sucesso capitalista é ter suas guerras travadas por outros (sem custo), ou, ao menor custo possível.<sup>14</sup> (ARRIGHI, 1994, p. 34).

As cidades-Estado italianas inventaram um novo modelo econômico no manejo dos custos pecuniários das guerras medievais. A abundância de dinheiro nesses locais permitiu que os cidadãos taxassem

---

<sup>13</sup> Tradução pelo autor.

<sup>14</sup> Tradução pelo autor.

a si mesmos como forma de proporcionar uma base arrecadatória para cobrir os eventuais custos de guerra (na contratação de mercenários). Os mercenários por sua vez, reintroduziam o dinheiro na economia local quando gastavam seus soldos em serviços locais, transformando essa dinâmica em uma espécie de keynesianismo militar de pequena escala (ARRIGHI, 1994, p. 34; McNEILL, 1982, p.74).

No entanto, a dependência da proteção oferecida pelos exércitos mercenários (dependência externa) contra ameaças militares se tornou um problema crítico na manutenção das condições de acumulação na região. Por exemplo, a primavera do ciclo genovês de acumulação terminou após uma série de derrotas militares para Veneza<sup>15</sup> e a diminuição da importância comercial geográfica do Oriente Médio em detrimento da descoberta do continente americano, sinalizando o fim da expansão comercial e o início da fase de outono, revelando um grande potencial na gestão de recursos financeiros. Após a derrota, forjou-se uma aliança entre uma nova classe de capitalistas europeus, os banqueiros de Gênova, e o poder militar ibérico organizado. A cisão entre poder financeiro e poder militar caracterizou o primeiro ciclo sistêmico de acumulação de capital, que teve seu fim pela incapacidade de Gênova na gestão de uma força militar própria, sinalizando o fim do modelo de keynesianismo militar, fato que se mostrou o “calcanhar de Aquiles” do processo de acumulação genovês.

O próximo ciclo, liderado pelo proto-Estado-nação holandês (Províncias Unidas) iniciou sua fase DM' através da consolidação da VOC. Por outro lado, foi a guerra de secessão holandesa que incentivou a reestruturação militar que levaria mais tarde à internalização dos custos de proteção pelas Províncias Unidas e a criação das estruturas organizacionais que consolidaram o sistema inter-estatal westfaliano. A inovação militar holandesa foi a gestão de recursos econômicos na criação de forças armadas leais ao Estado nacional, diferente do modelo mercenário adotado por Gênova.

A Guerra de Independência Holandesa, ou Guerra dos Oitenta Anos, teve papel fundamental nesse processo. A resistência espanhola ao movimento de independência consolidou as estruturas sociais

---

<sup>15</sup> É mister notar que apesar da derrota em 1380 Genova não foi incorporada territorialmente nem politicamente por Veneza. Através da mediação de Amadeu VI, o "Conde Verde" de Saboia, Genova e Veneza assinaram um acordo de paz (tratado de Turim) no qual se mantinha a integridade territorial de ambas cidades-Estado.

holandesas, que levou ao envolvimento de todos os setores da sociedade no conflito. Como resultado surge um exército irregular (milícias) ao lado das forças regulares, que travaram uma guerra de guerrilha contra os espanhóis. Ao mesmo tempo, a Espanha apresentava uma incapacidade estrutural para pagar seus soldados já que o comércio era controlado pelas empresas de frete holandesas. Como a Espanha ainda dependia de exércitos mercenários para travar suas batalhas, essa condição levou a coroa espanhola à falência e várias vezes a motins em grande escala no exército espanhol nas Províncias Unidas, fator que frustrou continuamente suas campanhas militares. No lado holandês, as Províncias Unidas suportaram o peso dos custos da guerra com maior sucesso devido ao seu impressionante sucesso comercial com a VOC. Nos estágios mais avançados da guerra, Maurice de Nassau (Príncipe de Orange entre 1618 e 1625) organizou um exército permanente profissional que recebia pagamento mesmo quando não havia hostilidades, uma inovação radical<sup>16</sup> e parte de uma das mais importantes revoluções militares da história. As Províncias Unidas passaram a ter acesso a soldados leais, com treinamento operacional e intimamente familiarizados com as doutrinas de seus comandantes, tornando as forças holandesas capazes de realizar manobras mais complexas e efetivas no campo de batalha<sup>17</sup>.

A inovação de Nassau transformou o antigo modelo mercenário de compra da proteção em um novo modelo de keynesianismo militar. O Estado passou a ser organizador principal das forças armadas, e a partir daí lhe coube a responsabilidade de adquirir ou produzir os bens materiais para equipar o exército nacional. A inversão pecuniária em indústrias de bens militares (e relacionados) em território próprio transformou a prática em uma espécie de auto-reforço econômico, já que o dinheiro era reinvestido na economia local. Com essa transformação

---

<sup>16</sup> Niccolò Machiavelli teorizou em 1520 em *Dell'arte della guerra* sobre a necessidade de um exército permanente. O livro em si foi uma proposta prática para os governantes de Florença como uma alternativa para os pouco confiáveis mercenários (condottiere), sobre o qual todas as cidades-estado italianas eram dependentes.

<sup>17</sup> Em consequência à consolidação do Estado-Nação e da Revolução Militar do Príncipe de Orange, o fim da Guerra dos 80 Anos é peça fundamental no entendimento dos subsequentes conflitos na Europa que arquitetaram o sistema de Westphalia de estados-nação territoriais, que em sua essência, permanece válido até hoje.

algumas indústrias tornaram-se essenciais para a manutenção e equipamento dos exércitos profissionais. Por exemplo, a Holanda diversificou a importação de armas de fogo da Inglaterra (maior produtor europeu da época) e após 1624 passou a fabricar suas próprias armas com ferro sueco.

De um lado a Holanda conseguiu formalizar um exército nacional permanente mantido pelo Estado, por outro lado, o modelo holandês de marinha mercante não adotou a profissionalização da guerra. A Holanda conseguia manter sua condição de supremacia marítima através da VOC em um sistema mobilização ocasional que transformava suas embarcações em navios de guerra quando demandada por alguma disputa. Esse modelo dispunha de uma fraqueza intrínseca, já que não havia uma marinha militar profissional permanentemente mobilizada. A incapacidade de gerir recursos escassos na consolidação de uma marinha permanente incentivou a consolidação de outras potências marítimas em detrimento da Holanda. O modelo holandês se mostrou inicialmente mais eficaz na gestão da guerra como instrumento de manutenção da supremacia comercial, contudo conforme outras potências se mostraram mais aptas a concorrer pelo capital a condição de hegemonia se desgastou.

No seio do futuro centro hegemônico do sistema-mundo, a Grã-Bretanha, iniciou sua consolidação de poder marítimo e disputa pela supremacia comercial em 1649, quando uma revolução permitiu ao Estado incorporar as inovações militares da Holanda. Oliver Cromwell derrubou a monarquia e decapitou o rei Carlos I e iniciou um processo de reorganização administrativa e fiscal, além de consolidar um exército profissional nacional. Essas reestruturações alteraram fundamentalmente o Estado inglês, que adentrou em uma série de campanhas militares como a conquista da Escócia e da Irlanda, além de guerras com a Holanda e Espanha. Para Fiori (2004, p.97), o governo (período) de Cromwell a frente da Grã-Bretanha marcou um ponto de inflexão, iniciando um período de mercantilismo e expansionismo colonial e imperial que consolidou as bases à futura hegemonia inglesa. Mas foi com a Revolução Gloriosa em 1688 que a Grã Bretanha incorporou as estruturas organizacionais das Províncias Unidas, sobretudo a captação de recursos financeiros e a consolidação do Banco da Inglaterra, que veio a se tornar um dos principais órgãos financiadores da expansão manufatureira da Revolução Industrial do século XVIII. Estas se tornaram as bases econômicas do poderio militar britânico no século XVIII e XIX que passou a gerir mais eficazmente os recursos de poder marítimo devido a posição insular da Grã-Bretanha.

O poderio do império britânico consolidou-se no início do século XVIII após a Revolução Gloriosa que permitiu um acordo com a Holanda que dividiu o comércio dos arquipélagos das Índias orientais. O monopólio do comércio de especiarias ficou a cargo das Províncias Unidas, e a Grã Bretanha ficou a cargo das manufaturas têxteis. Não obstante, ao longo do século as manufaturas têxteis ultrapassaram as especiarias em termos de rentabilidade, e em 1720, a empresa britânica superou a VOC (FERGUSON, 2004, p. 19).

Assim, a revolução industrial teve um papel fundamental na consolidação do Império Britânico. De um lado permitiu que o excedente populacional fosse integrado a força de trabalho, e de outro consolidou a vantagem tecnológica que incorporou os custos de produção do capitalismo britânico. A supremacia econômica do Reino Unido permitiu uma ampla expansão dos custos de proteção, sobretudo com a formação de uma poderosa marinha permanentemente mobilizada, que obteve uma vitória decisiva sobre a França e Espanha na batalha de Trafalgar em 1805, e após a derrota de Napoleão na batalha de Waterloo em 1815 o poderio naval da Grã Bretanha se tornou quase incontestável, fator que garantiu a manutenção de um império territorial e comercial.

Apenas no século XX, após mais de um século de hegemonia Britânica (endossada pela marinha real) um novo salto qualitativo nas questões militares sucedeu na Europa, impulsionado pela rápida ascensão de novas potências européias em um cenário de exaustão da hegemonia britânica. A Grã-Bretanha não iniciou a Revolução Industrial nas atividades ligadas à guerra; foi a Alemanha na Europa e os EUA na América que estimularam uma reorganização fundamental na indústria de armamentos. O primeiro aspecto dessa reorganização foi a introdução de técnicas de produção em massa nos arsenais europeus, um segundo aspecto foi a introdução da iniciativa privada em larga escala na corrida armamentista (McNEILL, 1982, cap. 7-8). Graças à Revolução Industrial a indústria civil se tornou responsável por fornecer os meios industriais para a guerra, e a indústria tornou-se uma parte vital na capacidade do Estado em fazer guerra.

São essas inovações na indústria da guerra que consumiram lentamente as bases da primazia militar do Império Britânico, ao passo que outros polos de maior capacidade de produção emergiam no início do século XX. Tanto na Primeira quanto na Segunda Guerra Mundial, a

Grã-Bretanha dispunha de tecnologia militar superior, porém carecia de capacidade produtiva para substituir o antigo modelo de forças armadas imperiais por um novo modelo mais eficaz no campo de batalha<sup>18</sup>. O ponto que culminou o esfacelamento da ordem hegemônica britânica foi a Segunda Guerra Mundial. A Grã-Bretanha e seus aliados conseguiram conter o militarismo da Alemanha, mas a vitória não foi suficiente para conservar a hegemonia britânica. Mesmo que ao fim da guerra o seu domínio territorial tenha aumentado, os custos financeiros necessários para o sucesso político-militar apenas acelerou o eclipse do poder da Grã-Bretanha pelo dos EUA (ARRIGHI e SILVER, 1999, p.72).

Após a vitória sobre os países do eixo, consolidou-se nos EUA um grande parque industrial-militar de proporções continentais. Foi a primeira vez na história que se combinaram as capacidades de recrutamento nacional que surgiram durante a Revolução Francesa com as novidades da industrialização da guerra do século anterior. A desproporcionalidade militar, não só em termos absolutos, mas também em relação a novas tecnologias, levou a melhor efetividade no emprego da força militar. A guerra ficou mais mortal e os recursos econômicos necessários para competir nesse setor se tornaram uma barreira a novos entrantes. A competição entre EUA e a URSS pela produção de tecnologia militar passou a ditar os termos da geopolítica mundial no pós-guerra. Nesse sentido, a ascensão da hegemonia norte-americana teve como principal inovação militar o desenvolvimento e controle de complexos industriais-militares de escala continental (idem, 1999, p. 37).

Como podemos perceber, após as primeiras inovações organizacionais que fundiram a capacidade de acumulação capitalista com a capacidade de produzir os meios de coerção deu-se o início de um padrão de evolução em direção a maior concentração de capital e de novas tecnologias militares. Mas especialmente nos períodos de caos sistêmico e aumento da competição interestatal que se aprofundou a fusão do Estado e a empresa capitalista na produção dos meios de coerção.

---

<sup>18</sup> O primeiro projeto de motor a jato foi desenvolvido por Frank Whittle, cientista britânico, em 1928. Porém, a idéia não foi bem recebida pelos dirigentes da Royal Air Force, que o engavetaram. Coube a um cientista alemão desenvolver um projeto semelhante quase sete anos mais tarde. Também já em 1940 a Grã-Bretanha também havia desenvolvido o sistema de radar e sonar superior as outras potências da época.

## 1.2.2 Abordagens complementares sobre a relação entre economia capitalista e capacidade militar

Na seção anterior buscamos evidenciar a relação entre a produção e os meios de coerção como uma tendência histórica dentro do sistema-mundo. A liquidez monetária mundial concentrada em cada hegemonia garantiu o controle dos meios de coerção que evoluíram continuamente através dos séculos, culminando no modelo industrial militar consolidado no fim do CSA britânico. A relação entre capital móvel e a aquisição dos meios de coerção se manteve constante em um modelo nacionalista emergiu das contendas europeias e centralizou continuamente no Estado a obrigação de aquisição dos meios materiais para equipar as forças armadas nacionais. Uma dinâmica que pode ser simplificada na seguinte equação: necessidade de proteção → construção do Estado → capacidade de fazer guerra → extração de recursos para guerra (TILLY, 1996).

Com a emergência dos EUA como ator protagonista após a Segunda Guerra Mundial a escala da empresa capitalista na produção de meios de coerção atingiu proporções inéditas, a concentração de poder militar nos EUA só foi contrabalanceada regionalmente no leste da Europa através da manutenção do estado de mobilização permanente entre as duas superpotências. Nesse período surgiram as primeiras críticas a esse cenário de constante ameaça de guerra, inicialmente equilibrada através do equilíbrio de terror das armas nucleares, mas que como veremos mais adiante foi se desgastando conforme a corrida armamentista entre EUA e URSS escalou na década de 1980.

Por volta da década de 1940 com a vitória do pensamento keynesiano como teoria econômica predominante na nova ordem pós Segunda Guerra Mundial uma série de autores passou a relacionar o aumento do gasto governamental em equipamento militar como forma de incentivo econômico, sugerindo uma tese que ficou conhecida como keynesianismo militar. Sobretudo, o keynesianismo militar foi exportado pelos EUA para Europa e outras regiões do mundo através dos planos de contenção à URSS, servindo ao propósito de Washington de reintegrar os demais centros capitalistas mundiais em sua esfera de influência. Como enfatiza Arrighi (1994, p.307), a política de rearmamento encetada por Washington resolveu os problemas de liquidez da economia mundial, promovendo programas de ajuda militar e gastos diretos no exterior que ajudaram a impulsionar o comércio e a produção mundial em níveis sem precedentes na história.

Através desse modelo de keynesianismo militar global os EUA desfrutaram de trinta anos de crescimento econômico ininterrupto que lhes deu as rédeas geopolíticas de uma nova ordem mundial pós-guerra assentada na superioridade produtiva dos novos *commanding heights* e uma avassaladora vantagem militar. Baran e Sweezy (1966) afirmam que durante esse período a despesa militar forneceu uma maneira de investir o excedente de capital sem necessariamente aumentar as capacidades de produção do Estado, permitindo um escape para setores já saturados por capital, renovando as margens de lucros através do investimento em indústrias que produzem bens militares. Como esse setor da economia não afeta a oferta efetiva, esse tipo de investimento impediria ou retardaria a crise de superprodução. Esta abordagem sugere que os gastos militares são um fator chave na prevenção de crises de realização, já que a absorção do excedente impediria o aumento de salários e retiraria de circulação o excedente de capital improdutivo.

Contudo, a crescente dependência dos EUA na empresa militar passou a ser a principal contradição desse modelo. Em 1961 em seu discurso de despedida o então presidente dos EUA Dwight D. Eisenhower<sup>19</sup> evidenciou a magnitude do problema de um Estado permanentemente mobilizado para a guerra. Eisenhower apontou para os mecanismos de pressão interna (políticas públicas) que ocorrem nas relações orçamentárias existentes entre os legisladores e as forças armadas nacionais com a base industrial militar que os suporta. Uma relação que pode gerar ineficiências no dispêndio correto de recursos em prol de lobbys infundados ou que exageram a percepção de ameaça nacional. Deste modo, o complexo-industrial-militar que se consolidou entre a década de 1940 e 1950 transformou a dinâmica de controle de políticas públicas do Estado e aproximou as empresas capitalistas do núcleo de tomada de decisões que passaram a influenciar a percepção de ameaça do aparelho Estatal. Essa dinâmica acabou levando a constantes imperfeições na administração do dinheiro público na compra de materiais militares em detrimento de investimentos na economia civil (e produtiva).

Enquanto se expandiu a fase DM' da hegemonia norte-americana essa contradição pouco afetou a economia dos EUA, porém com o

---

<sup>19</sup> Uma cópia do discurso e demais documentos relacionados podem ser encontrados em:

[http://www.eisenhower.archives.gov/research/online\\_documents/farewell\\_addresses.html](http://www.eisenhower.archives.gov/research/online_documents/farewell_addresses.html): Data de acesso: 05/12/2013.



avanço de outros centros de acumulação na Europa e Japão nas décadas de 1960-70 (como iremos ver no capítulo 2) a capacidade de arcar com esse modelo de cunho militarista se mostrou mais difícil. Como enfatiza Kennedy:

“A riqueza é normalmente necessária para sustentar o poder militar, e poder militar é normalmente necessário para adquirir e proteger a riqueza. Se no entanto, uma proporção muito grande de recursos do Estado é desviada da criação de riqueza e alocada para fins militares, em seguida, é presumível que essa condição leve ao enfraquecimento do poder nacional a longo prazo”<sup>20</sup> (KENNEDY, 1988, p.15).

A aplicação de recursos da economia produtiva na fabricação de equipamentos militares afeta diretamente a eficiência econômica de uma grande potência na medida na medida em que os investimentos de recursos essenciais são desviados para gastos excessivos com defesa (idem, 1988, p. 8-9). Kennedy (1988) observa que no caso da hegemonia norte-americana os compromissos militares externos aumentaram progressivamente a partir de 1945 enquanto a parcela norte-americana da produção mundial e produto nacional bruto começou a declinar, a princípio muito lentamente, e, em seguida, mais rapidamente. Para ele, esse aumento inicial ao longo do tempo, seguido por uma conseqüente queda na participação relativa da nação na produção mundial é uma característica natural do ciclo econômico das grandes potências, um cenário de super-extensão militar.

---

<sup>20</sup> Tradução pelo autor.

## 2 O PODER MILITAR DOS ESTADOS UNIDOS APÓS 1945

Agora que estabelecemos o referencial teórico sobre a super-extensão militar a partir das contribuições da ESPM, partimos para a análise histórico conjuntural da hegemonia norte-americana. No presente capítulo apresentaremos o declínio crescente da base econômica que sustenta a superioridade militar dos EUA, contribuindo para a desconstrução da sua hegemonia. Argumentamos que o declínio relativo da hegemonia dos EUA, que tem ocorrido nas últimas décadas, culminou em uma conjuntura de super-extensão militar que abala a capacidade de projeção militar do atual hegemom em determinadas áreas do globo. Também apresentaremos como a ascensão da China (como possível novo lócus de acumulação) está deslocando a prioridade da grande estratégia norte-americana para Ásia, resultando uma nova política de contenção geográfica aos moldes da Guerra-Fria.

### 2.1 O PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E O COMPLEXO INDUSTRIAL MILITAR DOS EUA

Na metade do século XX, os EUA assumiram a liderança do sistema capitalista mundial. Como nova hegemonia, coube aos EUA reformular a ordem mundial. Os alicerces do novo sistema internacional foram três eixos: a criação da ONU, estabelecendo as regras e normas gerais para a conduta dos Estados; o estabelecimento do sistema *Bretton Woods*, que definia os fundamentos monetários do sistema financeiro internacional; e, com as duas bombas nucleares em Hiroshima e Nagasaki, instituíram-se os novos meios de coerção militar que pautariam a nova ordem bipolar atemorizada pelo equilíbrio nuclear (ARRIGHI, 1999, p. 283).

Contudo, logo após a Segunda Guerra Mundial, as corporações dos EUA e o Congresso dos EUA estavam relutantes em investir na reconstrução da Europa pobre e fragmentada, criando um impasse no qual o monopólio de liquidez por parte dos EUA impedia a reintegração da Europa no sistema-mundo (ARRIGHI, 1994, p.277). A Guerra Fria quebrou esse impasse, primeiro com o Plano Marshall e depois com rearmamento massivo após a guerra da Coreia. Em menos de dois anos, a URSS foi convertida de aliada a um inimigo mortal, estabelecendo a base ideológica e cultural para a hegemonia dos EUA. A commodity estratégica do CSA norte-americano passou a ser o controle de um vasto complexo industrial-militar, que era capaz de prover as armas necessárias para o combate ao comunismo. Logo, a Guerra-Fria se

tornou o principal quadro político estabilizador das estruturas do sistema internacional.

Através do Plano Marshall, os EUA agenciaram a ajuda econômica à Europa, que por sua vez criou o espaço necessário à expansão das multinacionais estadunidenses. Esse modelo de negócio ajudou a consolidar a hegemonia econômica dos EUA. Contudo, apesar da ajuda econômica, os EUA permitiram uma série de iniciativas protecionistas às empresas das nações européias. Esta estratégia de negociação que os EUA realizaram com os as nações perdedoras envolvia a percepção da política externa estadunidense de conter o avanço da URSS, dada uma série de pleitos eleitorais que indicavam uma forte guinada à esquerda na Europa após 1945<sup>21</sup>.

Coube a Dean Acheson, secretário do Departamento de Estado dos EUA durante a presidência de Harry S. Truman, desenvolver as linhas políticas por traz do plano Marshall. Para ele, a única forma de conter o comunismo e a expansão da URSS era através da contenção geográfica da influência de Moscou. Tal percepção ia contra os acordos de Yalta em 1945, quando foram negociadas as respectivas áreas de influência das duas superpotências (WALLERSTEIN, 2004. p.23). Os EUA deveriam se ater à região da Europa Ocidental e ao Pacífico, enquanto a URSS manteria sua posição sobre a região da Europa Oriental; entretanto, a URSS já havia quebrado a (suposta) promessa de Yalta ao não permitir um pleito democrático na Polônia. Dessa forma, Acheson definiu na doutrina Truman o objetivo primordial de conter a ampliação da esfera de influência da URSS nos países devastados pela Segunda Guerra Mundial.

Nesse sentido, o Plano Marshall era uma forma dos EUA barganharem com as elites capitalistas locais uma mudança de rumos políticos na Europa ocidental. Como bem lembra Ritschl (2008), uma análise mais aprofundada do plano mostra que o aspecto econômico é muitas vezes superestimado. Para Ritschl, a ajuda econômica do Plano Marshall constituiu a remessa de capital (líquido e bens) de apenas 2.5% do total do PIB dos países receptores, e menos de 20% da formação do capital bruto dessas economias. Além disso, a alocação dos recursos parece ter seguido uma lógica política, e não a necessidade de

---

<sup>21</sup> Por exemplo, o Partido Comunista Francês e o Partido Comunista Italiano se tornaram extremamente populares com o fim da segunda guerra mundial. Além disso, o caos econômico ameaçava que partidos comunistas tomassem o poder na Turquia e na Grécia.

reconstrução da economia europeia, já que quase metade de todos os recursos nunca chegou ao seu destino final. Nesse contexto, o plano serviu para a construção de um consenso político *anti-commitem*. Ao mesmo tempo, a consolidação de uma Comunidade Europeia do Carvão e do Aço acabou restringindo a liberalização dos mercados europeus, dificultando o acesso das mercadorias provenientes dos EUA. Segundo Gilpin (2002, p.170), os EUA aceitaram a discriminação de seus produtos porque acreditavam que essa seria a melhor saída para a consolidação de uma Europa economicamente saudável, e, menos propensa a influência dos ideais comunistas.

Outra importante faceta do Plano Marshall é a criação do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 1949, a qual o próprio Acheson tem destacada contribuição. O tratado consolidou uma aliança militar atrelando os EUA à Europa ocidental, que colocava a região sobre o guarda chuva nuclear estadunidense e ampliava a estratégia de contenção idealizada anteriormente por Geroge Kennan<sup>22</sup>. Em suma, a estratégia econômica e militar estava amplamente vinculada as relações entre os EUA e sua zona de influência na Europa.

Já na Ásia, o desafio dos EUA foi a consolidação de sua zona de influência no Pacífico. O Japão se encontrava mais isolado economicamente que a Europa, e, dessa forma, a estratégia adotada foi no sentido de consolidar uma relação econômica e militar assimétrica. Temendo o avanço da China e da URSS na região, os EUA injetaram grandes quantidades de capital no Japão e na Coreia do Sul e criaram um sistema de aliança militar distinto do da Europa. No caso japonês, a assinatura do Pacto de Segurança Mútua promulgou uma aliança militar na qual os EUA se tornavam responsáveis pela segurança do Japão, mas o último não era obrigado a defender os EUA em caso de guerra.

Esta mudança de posicionamento dos EUA em relação ao desenvolvimento econômico dos países derrotados se transformou na pedra angular da engenharia econômico-financeira do pós-II Guerra Mundial, em particular com os milagres econômicos desses países na década de 1950. Ao invés de cobrar por reparações de guerra, como

---

<sup>22</sup> George Kennan discordava em linhas gerais da tática de contenção desenvolvida por Acheson. Para ele a contenção deveria ser um processo político e diplomático enquanto Acheson prezava pela militarização. As posições de Acheson ficaram implícitas no *National Security Council Report 68* de 1950, documento que definiu as linhas gerais da política de contenção ao comunismo pelos EUA nos 20 anos seguintes.

havia acontecido na Primeira Guerra Mundial, a nova estratégia selava uma parceria estratégica de longo prazo, criando uma zona de “co-prosperidade” estadunidense, onde foram incluídos mais tarde, Taiwan, Coréia do Sul e alguns “tigres asiáticos” (FIORI, 2004, p. 89). Como bem ressalta Fiori (idem, p. 91), esses países não se transformaram em simples colônias para extração de commodities e exploração de mercados, mas grandes parceiros comerciais complementares à própria economia dos EUA. A diferença é que essas nações foram permanentemente desarmadas, ficando a cargo de sua segurança o próprio aparato militar dos EUA, que passou a realizar grandes vendas de equipamento militar para esses países. Em outras palavras, Alemanha e Japão, se transformaram em “pivôs” regionais de uma máquina global de acumulação de capital e riqueza que funcionou muito bem até a crise da década de 1970.

Assim, as antigas nações do Eixo, Alemanha (Ocidental) e Japão, foram convertidas em protetorados militares, fortalecendo consideravelmente a zona de influencia estadunidense na política internacional. O avanço do modelo econômico e das instituições financeiras e militares - OTAN e *Bretton Woods* - passou a reger a hegemonia norte-americana no pós-Segunda Guerra. Estabelecia-se uma nova ordem internacional centrada nos EUA (e no dólar como moeda internacional) e no equilíbrio de terror das armas nucleares da OTAN e do Pacto de Varsóvia.

A expansão deste próspero sistema econômico é para Arrighi (1994) a era de ouro da hegemonia norte-americana. Foi durante as décadas de 1950 e 1960 que a expansão do sistema capitalista atingiu seu nadir, sinalizando uma fase de expansão econômica e militar sem precedentes na história. Por outro lado, ao longo deste período expansionista, proliferaram as contradições que trariam novamente as crises econômicas e as limitações do poder militar estadunidense. A ordem internacional estabelecida após a Segunda Guerra Mundial começava a se deteriorar frente ao avanço das economias dos principais parceiros dos EUA (Japão e Europa Ocidental), que passaram a competir por mercados em alguns setores que até então eram exclusivos às corporações e multinacionais estadunidenses. Outro fator que complicava a competitividade dos produtos estadunidenses em relação a Alemanha e Japão foi a desvalorização cambial. Os EUA foram forçados a permitir a desvalorização cambial de seus aliados como forma de fortalecer suas economias. A escassez de dólares na Europa e no Japão levou a muitos países a criar barreiras contra importações, como forma de conter os déficits na balança comercial e a fuga de ouro

para os EUA. Dessa forma, a convertibilidade monetária prometida pelo sistema *Bretton Woods* não surtiu efeito imediato, e, em 1949, mais de trinta países desvalorizaram suas moedas. Ao final da década de 1950, as economias européias e japonesa já haviam recuperado folego e os EUA passaram a ter constantes déficits na balança comercial com seus aliados (TERBORGH, 2003, p.16).

Brenner (2006, p.44) afirma que a retomada econômica da Europa Ocidental e do Japão está amparada na lógica de “catching-up” industrial, que levou as empresas alemãs e japonesas a incorporar as tecnologias desenvolvidas pelos EUA durante seu período de acumulação de capital na década de 1930. Foi precisamente a incorporação dessas técnicas industriais que dinamizou as economias alemã e japonesa, que por sua vez tinham acesso à mão-de-obra mais barata e conseqüentemente puderam competir em preços com as empresas estadunidenses. Do outro lado do Atlântico, a indústria dos EUA se encontrava imobilizada pela saturação de capital, já que suas empresas haviam realizado grandes investimentos durante as últimas décadas e ainda estavam colhendo os frutos do salto tecnológico. Este cenário ressaltava bem a diminuição da competitividade das empresas estadunidenses em relação ao rápido avanço e aprendizado das japonesas e alemãs.

Logo, foi a própria lógica endógena do desenvolvimento capitalista mundial, baseada no desenvolvimento econômico desigual, que corroeu a supremacia econômica dos EUA (BRENNER, 2006 e ARRIGHI, 2009). Brenner chama esse processo de crise de superprodução, um aumento da competitividade de outras indústrias que expande a oferta geral de algumas mercadorias, comprimindo as taxas de lucro. Assim, pode se dizer que o recrudescimento da competição inter-capitalista por lucros marcava o fim - após 30 anos de expansão do poder econômico dos EUA - da “era de ouro do capitalismo” (HOBSBAWM, 1995, p. 257).

## 2.2 A CRISE SINALIZADORA E O DECLÍNIO DO LONGO SÉCULO AMERICANO

A crise da hegemonia dos EUA iniciada na década de 1970 foi, sobretudo, o resultado dos desgastes inerentes à competição interestatal e intercapitalista após um período de quase 30 anos de expansão material no sistema mundial. O recrudescimento da competição capitalista por preços e mercados achatou os lucros nos EUA, enquanto salários mais baixos e moedas desvalorizadas aumentavam a

competitividade no Japão e Alemanha. Entretanto, é importante ressaltar uma diferença de argumentos entre Arrighi e Brenner sobre a diminuição das taxas de lucro. Para Brenner a competição intercapitalista, e o conseqüente achatamento das taxas de lucro, é a variável determinante para a crise da hegemonia norte-americana durante a década de 1970. Já Arrighi, que concorda parcialmente com Brenner<sup>23</sup>, aponta outros dois fatores determinantes para o declínio da hegemonia: (1) a escalada dos custos diretos e indiretos na guerra do Vietnã sobre a balança de pagamentos dos EUA; (2) a derrota política com a retirada do Vietnã, que levou ao aumento da oposição aos EUA tanto internamente quanto no restante do mundo (ARRIGHI, 2009, p.134). Assim, a Guerra do Vietnã é fundamental para entender a trajetória do declínio e a consecutiva (mas temporária) recuperação da hegemonia dos EUA na década de 1980. Foi durante a Guerra do Vietnã que as políticas econômicas dos EUA sofreram maiores restrições devido ao aumento dos custos do aparato militar. O aumento dos custos da guerra e a perda de preponderância econômica, em decorrência do aumento da competitividade dos produtos japoneses e alemães, resultaram não só na perda de mercados, mas em altos déficits na balança de pagamentos e na ampliação da dívida interna.

Os dois choques do petróleo em 1973 e 1979 também influenciaram no desgaste da capacidade econômica dos EUA. Nesse sentido, argumentamos que a crise da década de 1970, vista a partir da Guerra do Vietnã e dos dois choques do petróleo, teve um impacto determinante sobre os fundamentos econômicos da hegemonia norte-americana. Até a década de 1960, os EUA detinham quase a metade de toda produção industrial do planeta. Apenas uma conjuntura tão devastadora como a crise da década de 1970 poderia ferir a onipotência econômica dos EUA.

Nesse contexto, a falta de capacidade de financiamento devido ao achatamento das taxas de lucro e ao aumento das pressões externas sobre a competitividade da economia dos EUA levaram a um processo inflacionário de pouco crescimento, que ficou conhecido como estagflação. Como podemos observar no Gráfico 1, a Guerra do Vietnã e os dois choques do petróleo tiveram um impacto considerável no processo inflacionário na economia dos EUA:

---

<sup>23</sup> Para maiores esclarecimentos em relação a diferença conceitual de crise de superprodução e crise de sobre acumulação entre Arrighi e Brenner, ver Arrighi e Silver, 2007, p.165-172.

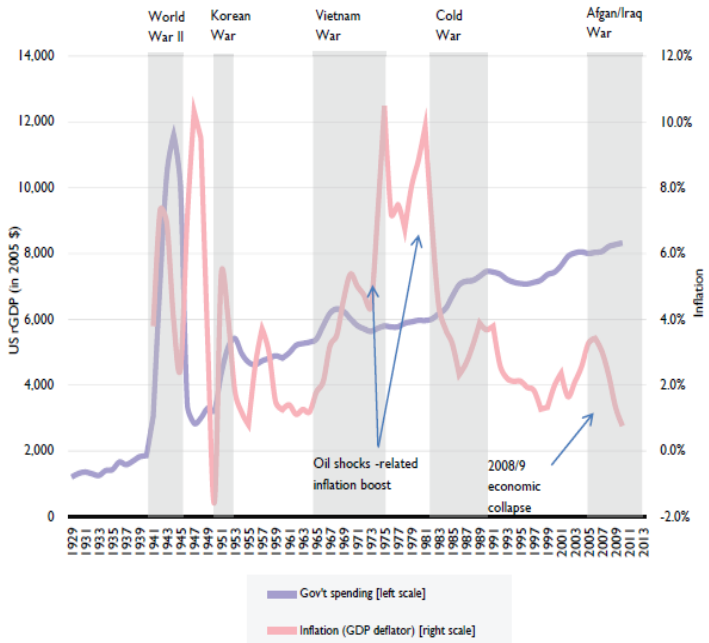


Gráfico 1 Relação entre inflação e gasto governamental nos EUA 1929-2013. Fonte: Institute for Economics and Peace: Quantifying peace and its benefits.



Uma observação cuidadosa do Gráfico 1 nos aponta que, mesmo antes do primeiro choque do petróleo em 1973, há um aumento significativo no gasto governamental, com um pico entre os anos de 1967 e 1969, que é seguido por um pico inflacionário entre 1969 e 1971. Podemos observar também que o processo inflacionário tem início por volta de 1964, ano em que as tropas dos EUA chegam a 20.000 soldados no Vietnã, fruto de uma expansão do gasto militar que teve início em 1958 e foi até 1968, quando a ampliação atingiu seu pico. Essa expansão representou um aumento de 43% nos gastos militares em relação aos níveis anteriores a esse período (CONETTA, 2010, p.2). Enquanto em 1968, ano de pico dos gastos militares, a proporção desses gastos representava cerca de 9,5% do PIB, em comparação, no último ano do conflito, em 1973, os gastos militares caíram para 5,9% do PIB. Entretanto, durante a administração do presidente Johnson, com a diminuição dos gastos militares se iniciam uma série de programas domésticos de estímulo à economia; logo, após 1968, há uma transição dos gastos militares para os gastos civis. Portanto, a Guerra do Vietnã teve um legado fiscal duradouro em relação ao aumento dos níveis de gastos dos governamentais.

Para o *Institute for Economics and Peace* (2011)<sup>24</sup>, o aumento dos déficits orçamentários durante a Guerra do Vietnã foi impulsionado por ambos os gastos militares e civis em combinação com uma política monetária expansionista. Esta política levou ao aumento rápido da inflação em meados da década de 1970. Deste modo, a guerra do Vietnã tem um papel basilar na explicação da deterioração da economia interna dos EUA. A crise da produtividade e lucratividade que atingia a competitividade dos produtos exportados pelos EUA auxilia na explicação dos altos déficits na balança de pagamentos, enquanto a Guerra do Vietnã agravava sistematicamente o orçamento federal dos EUA. Por conseguinte, o governo dos EUA buscava solucionar ambos os problemas através de estímulos com gasto governamental, tanto para a economia civil quanto militar, de forma simultânea, o que agravava ainda mais as contas externas e públicas dos EUA. Nesse sentido, argumenta-se que a Guerra do Vietnã, como consequência da expansão do gasto governamental militar e civil, juntamente a crise da lucratividade, tem papel fundamental na deterioração da hegemonia

---

<sup>24</sup>

Fonte: <http://www.thereformedbroker.com/wp-content/uploads/2012/02/Economic-Consequences-of-War.pdf>. Data de acesso: 14/12/2013.

econômica dos EUA. Esta série de fatores foi determinante na desconstrução da hegemonia econômica e militar dos EUA.

A resposta à crise da década de 1970 foi fruto dessas contradições. Na década de 1980, os EUA buscaram solucionar tais limitações através de uma série de ações unilaterais de reafirmação de sua hegemonia, reformulando a ordem internacional vigente em um novo padrão de financeirização econômica a nível mundial. Começaram por dismantelar o sistema monetário e financeiro estabelecido em *Bretton Woods*. Primeiramente, em 1971, com o fim da convertibilidade do dólar em ouro, e, em 1973, com o fim das taxas de câmbio fixas, alterando-o para o padrão de câmbio flutuante. Entre os anos de 1970 e 1973, os EUA utilizaram uma política monetária expansionista a fim de preservar sua supremacia econômica, e, promovendo sucessivas desvalorizações do dólar, repassando os prejuízos para o restante do mundo. A desvalorização cambial melhorou efetivamente a competitividade dos produtos norte-americanos no exterior, que voltaram a reclamar os mercados perdidos pela competição com produtos alemães e japoneses (SANTOS, 2007, p. 54-56).

Para Arrighi (2009, p.178), a quebra do padrão ouro-dólar conseguiu inicialmente recompor a capacidade dos EUA frente a competitividade internacional, mas não conseguiu reverter as perdas da derrota no Vietnã nem a perda de prestígio internacional. Além disso, a desvalorização do dólar resultou em grande medida em uma espiral inflacionária de escala mundial, ameaçando seriamente a estrutura de crédito internacional baseada no EUA. Dessa forma, após a derrota no Vietnã, o declínio do poder e do prestígio dos EUA atingiu seu nadir no final dos anos 1970, com a Revolução Iraniana, a nova alta dos preços do petróleo, a invasão soviética do Afeganistão e a grave crise de confiança no dólar.

Em face da instabilidade do dólar, as grandes potências como Japão e Alemanha clamavam por um reordenamento do sistema monetário internacional. Porém, os EUA buscaram agir de forma unilateral na manutenção da centralidade do dólar, repelindo qualquer alternativa proposta por esses países. Em 1979, quando o FMI propôs um novo sistema monetário ancorado em várias moedas internacionais, que deixaria de lado a centralidade do dólar, os EUA elevaram vertiginosamente sua taxa de juros interna, levando a uma fuga de capitais para locais de melhores rendimentos e segurança: nos títulos da dívida pública estadunidense. Essa medida concentrou grandes quantias de capitais financeiros na economia dos EUA, centralizando novamente

o papel do dólar como moeda forte do sistema internacional. (TAVARES, 1997)

Além disso, no final de 1980, os EUA promoveram uma liberalização financeira com intuito de desonerar o fluxo internacional de capitais, permitindo que o capital financeiro mundial fluísse livremente pelo mundo. As principais potências da época, que acumulavam superávits comerciais com os EUA, não tiveram outra escolha a não ser injetar os capitais excedentes em dólar na própria economia dos EUA. A centralidade da moeda norte-americana passou a ser uma importante fonte de financiamento para a expansão do poder econômico e militar dos EUA, sobretudo a partir da fonte quase inesgotável de emissão de moeda sem lastro metálico.

Este novo cenário da economia mundial, como sustentam Arrighi (2009, p.122-164), é resultado da transformação da crise da hegemonia norte-americana da década de 1970 em uma *belle époque* para os EUA. Para os autores, a contrarrevolução monetarista realizada com a quebra do padrão dólar/ouro e a liberalização de capitais financeiros postergou a crise final da hegemonia dos EUA, culminando na grande expansão econômica na década de 1990. Além disso, o processo de desregulação monetária levou a uma diminuição das taxas de juros nos EUA, que, por sua vez, concentrou os capitais financeiros na economia norte-americana.

“Esta reorientação dos fluxos de capitais em direção à economia dos EUA transformou a condição de principal fonte de liquidez mundial e de investimento direto estrangeiro durante a década de 1950 e 1960, em principal nação devedora do mundo e amortecedor de liquidez a partir da década de 1980 até o presente.<sup>25</sup>” (ARRIGHI, 2009, p.146).

A resposta econômica da contrarrevolução impôs (e revendeu) a doutrina do livre-mercado ao restante do mundo, como forma de viabilizar a política de privatização e desregulamentação do mercado de capitais financeiros. Reagan e Thatcher deram início a uma série de políticas de desregulamentação financeira e desoneração fiscal com o intuito de liberar o fluxo de capitais internacionais e aumentar a

---

<sup>25</sup> Tradução pelo autor.

capacidade de financiamento de suas economias, fortalecendo o dólar e a libra.

Após o fim da crise de confiança no dólar, era hora de voltar as atenções ao outro lado da hegemonia, a coerção. Em vista da diminuição do prestígio e do poder no sistema mundial em relação a URSS, Washington conduziu uma nova corrida armamentista durante o governo Reagan, que Fred Halliday veio a chamar de Segunda Guerra Fria (1986). A militarização implementada pela nova corrida armamentista assinalou o fim da *Détente*<sup>26</sup> promovendo uma resposta direta à perda de influência e prestígio dos EUA na década anterior. Deste modo, a re-militarização dos EUA através do programa Guerra nas Estrelas<sup>27</sup> levou ao aumento da pressão competitiva de gastos militares na URSS.

Mas, diferentemente da Guerra no Vietnã, a escalada armamentista iniciada durante a administração Reagan não resultou no retorno da inflação. Reagan buscou consolidar uma série de políticas de corte orçamentário e diminuição do aparato estatal, que acarretaram em índices de desemprego acima de 10% entre 1982 e 1983, mas que acabaram suprimindo a inflação. Apesar de diminuição do gasto público, a administração Reagan investia fortemente em uma escalada de gastos militares, que surtiram efeito negativo na dívida pública dos EUA. A dívida pública passou de 2,6% do PIB em 1981 para 6% do PIB em 1983, o maior nível desde a Segunda Guerra Mundial (LABONTE e LEVIT, 2008, p.9). A combinação de uma política fiscal frouxa à uma política monetária restritiva na década de 1980 provocou taxas de juros mais elevadas. Como os Estados Unidos operavam a partir de uma taxa de câmbio flutuante, o resultado dessa combinação foram elevados déficits orçamentais e grandes déficits comerciais. A centralidade do dólar permitiu que Reagan financiasse a expansão militarista não mais pelo gasto governamental, que gerava inflação, mas através de déficit público, financiado pela compra de títulos da dívida pública pelas potências com as quais os EUA mantinham uma relação de déficit comercial. A confiança no dólar passou a ser a principal arma dos EUA na Guerra Fria, como Reagan nota em sua biografia: “A grande dinâmica de sucesso do capitalismo nos deu uma arma poderosa na nossa luta contra o comunismo - dinheiro. Os russos nunca poderiam

---

<sup>26</sup> Período de distensão entre as duas super-potências - EUA e URSS - que havia sido iniciada por Nixon e Brezhnev ainda durante a guerra do Vietnã.

<sup>27</sup> Militarização do espaço concomitante a corrida espacial entre EUA e URSS.

ganhar a corrida armamentista; nós poderíamos gastar mais do que eles para sempre”<sup>28</sup> (REAGAN, 1990, p.267).

Logo, a condição de provedor da moeda internacional e a capacidade de acumular déficits baseada no fim da convertibilidade dólar/ouro deu aos EUA a possibilidade de emitir dólares em excesso, conferindo a nação controladora da moeda internacional o privilégio de senhoriagem. Os EUA poderiam gastar mais em investimento externo direto, intervenções militares no exterior e ajuda externa (econômica ou militar) do que com qualquer balança comercial positiva (HAYTER, 1971; SPERO, 1982, apud DUNN, 2009, p.149). Os privilégios de senhoriagem, somados ao influxo de capitais estrangeiros que aportavam na economia norte-americana devido ao aumento das taxas de juros, financiaram diretamente a Segunda Guerra Fria, transformando rapidamente os déficits na balança comercial em um benefício e um instrumento de política externa. Um processo que pode ser descrito como o financiamento indireto através da manutenção de déficits com seus parceiros comerciais. Assim, por toda a década de 1980, o modelo *Reaganomics* manteve, sobretudo, o Japão e a Alemanha em um ciclo de constante superávit comercial com os EUA, que ajudava a financiar uma parte considerável do déficit orçamentário dos Estados Unidos e financiava indiretamente a nova corrida armamentista (HUDSON, 2003, p. 316-325).

Dessa forma, os EUA começaram a competir com os países pobres nos mercados financeiros mundiais para financiar o déficit resultante dos gastos militares. Cortes de impostos regressivos, dívida corporativa, e outros programas relacionados, foram provavelmente, "o fator isolado mais importante para o colapso repentino dos rendimentos do Terceiro Mundo no início de 1980" (Arrighi, 1994, p. 52). Além disso, como Arrighi e Silver (1999, p. 267) apontam, a nova corrida armamentista significava, indiretamente, o aumento da dependência da proteção militar dos EUA em relação aos seus aliados, no sentido de que o próprio aparelho de proteção dos EUA passava a depender cada vez mais criticamente das finanças e da indústria japonesa e alemã. Por outro lado, a concentração de capital excedente da Alemanha e do Japão nos EUA levou a um maior atrelamento econômico entre as grandes potências restantes do século XX, consolidando uma aliança orgânica que re-estabeleceu um sistema de segurança dessas nações sob a

---

<sup>28</sup> Tradução pelo autor.

liderança dos EUA (GILL, 2008). O controle do poder material militar permaneceu centralizado nos EUA que, mesmo apoiado por seus aliados<sup>29</sup>, continuou responder sozinho às responsabilidades políticas de ação. Dessa forma, a conjuntura econômica e de segurança da década de 1980 é caracterizada pelo início da Belle Époque da hegemonia norte-americana, que decorria não apenas do ilusório boom financeiro e do afluxo de capitais do mundo inteiro para os EUA, mas também da reconstrução do seu sistema de alianças militar com a Alemanha e o Japão.

Em meados da década de 1980, o orçamento militar dos EUA pairava em 300 bilhões de dólares, enquanto o custo total da arrancada Reagan-Bush de keynesianismo militar entre 1981 e 1991 totalizaram mais de 3 trilhões de dólares (MORRISON et al., 1994, p.38). Assim, a tentativa dos EUA de reviver a sua hegemonia através de superioridade militar acabou agravando o seu declínio econômico (MARKUSEN; YUDKEN, 1992). Por outro lado, a concentração de capacidades financeiras possibilitou uma escalada armamentista que a URSS não era capaz de acompanhar. Este novo cenário culminou com o fim da Guerra Fria e o estabelecimento da unipolaridade. Porém, a própria condição de financeirização da economia dos EUA proporcionava limitações ao seu poder. Como vamos ver na próxima seção, uma mistura de crescimento econômico e diminuição de investimentos no complexo industrial militar garantiram quase dez anos de crescimento à economia dos EUA. Contudo, a diminuição da capacidade produtiva e a ascensão de novas potências econômicas, sobretudo no leste da Ásia, forçaram os EUA a um

---

<sup>29</sup> Ainda que, para Keohane e Nye (1977), o poder militar após a II-Guerra Mundial passou a ser na maioria das vezes apenas indiretamente útil para os Estados Unidos no que diz respeito às suas relações com os seus aliados na Europa Ocidental e Japão. Mas para os autores, a análise está centrada na debilidade da hegemonia dos EUA após a década de 1970, nesse sentido, ao perceber que não há modificação na aliança orgânica de segurança entre os EUA e seus aliados, eles concluem que não houve diminuição da capacidade de ação dos EUA nesse campo. A interdependência comercial e institucional entre essas nações bastaria para manter os fluxos de capitais em direção aos títulos da dívida pública dos EUA. O que Keohane e Nye não conseguem perceber a partir dessa perspectiva é o axioma da constante busca de capitais por maiores taxas de lucro, ponto fundamental para a expansão do sistema capitalista mundial. Assim, nem a condição de senhoriação, muito menos o aumento das taxas de juros, conseguem manter o capital internacional imobilizado na economia dos EUA.

realinhamento das prioridades de segurança no final da década de 1990, em direção a uma nova fase militarista.

### 2.3 DÉCADA DE 1990, A CONSOLIDAÇÃO DA UNIPOLARIDADE MILITAR

No final da década de 1980, após o colapso da União Soviética e o fim aparentemente terminal do socialismo como alternativa ao capitalismo, o pessimismo foi substituído pelo triunfalismo e as expectativas sobre a ascensão da Ásia foram eclipsadas por visões de um novo século americano (CALLEO, 2009). Logo após a queda do muro de Berlim, o mundo parecia caminhar para um período de maior estabilidade e cooperação inter-estatal, uma vez que as antigas nações do bloco soviético não hesitaram em aderir aos valores ocidentais de democracia multipartidária e ao sistema econômico vencedor. A concentração de poder material nos EUA após o rápido declínio da URSS representou uma mudança na dialética histórica mundial, pois as grandes potências restantes se depararam com uma situação de unipolaridade tão avassaladora que acabava por acomodar a competição pelo poder mundial (WALLERSTEIN, 2003, p. 5).

Para Wallerstein (2003), a unipolaridade<sup>30</sup> após 1989 pode ser descrita como um sistema em que as capacidades militares e o poder econômico dos EUA se sobrepujam aos de todos os outros estados, configurando uma situação de primazia (ainda que a superioridade econômica se assentasse então sobre bases frágeis). Desde a queda da URSS, a manutenção dessa primazia tem sido o grande objetivo

---

<sup>30</sup> O termo unipolaridade é usado para distinguir um sistema com uma única superpotência extremamente capaz, de um sistema com duas ou mais superpotências. Logo, unipolaridade é um conceito diferente de hegemonia ou império, termos que se referem às relações políticas e graus de influência, em vez de distribuições de capacidade material. Unipolaridade se refere então à situação na qual um único Estado tem grande parte do estoque de poder material, e, possui a capacidade de utilizar esse estoque para atingir seus objetivos (BROOKS e WOHLFORTH, 2008). A situação da polaridade no pós-Guerra Fria talvez seja melhor expressa na ideia de bipolaridade declinante no plano militar. Afinal a Rússia ainda é uma superpotência no plano nuclear e mesmo convencional. O que falta à Rússia e sobra aos EUA é vontade política para usar os recursos militares. É isso que define a unipolaridade como retrato do momento estratégico (LAMAZIÈRE, 2010).

estratégico dos governos dos EUA, a começar com o mandato do presidente George H. W. Bush. Esta estratégia de manutenção conduziu os Estados Unidos a assumir, nas palavras de Pecequilo (2007, p.3), um “estilo especial de liderança” no pós-Guerra Fria:

(...) uma hegemonia que exerce auto-restrição estratégica, canalizando sua influência através do multilateralismo, da cooperação e de uma rede de organizações internacionais governamentais, que mesclou componentes de hard e soft power, unindo o componente militar às idéias e instituições da ordem vigente”.

Como resultado dessa tendência, observa-se o afastamento da estratégia de contenção em detrimento de uma nova estratégia de ação internacional. Taticamente, a nova estratégia é resultado de uma releitura do cenário internacional promovida pelo debate político interno nos EUA. A percepção geral era que as condições de primazia econômica haviam se deteriorado sensivelmente durante a era Reagan, como frisa Pecequilo:

“(...) apesar de um certo sucesso, a *Reaganomics* acentuara os déficits gêmeos (comercial e público) pela sua combinação de corte de impostos e aumento de gastos militares, a perda de mercados e a diminuição da competitividade da indústria, pressionada pelos avanços asiáticos e europeu ocidentais. O esforço de quatro décadas de guerra trouxera ônus sociais e de compromissos externos, em uma situação de superextensão imperial. As tendências de divisão de poderes econômicos e de perda de espaço dos EUA sustentavam a percepção do declínio e da multipolaridade.”(PECEQUILO, 2007, p.4)

Da mesma forma, Hobsbawm afirmou que apesar da esmagadora força militar e, portanto, política, que Washington exercia na aliança militar da nova ordem mundial o enfraquecimento da predominância econômica dos EUA e o fortalecimento das economias europeias e japonesas culminaram em um cenário no qual restava tão pouco da hegemonia econômica americana que mesmo a hegemonia militar não podia mais ser financiada com os recursos do próprio país (HOBSBAWM, 1995, p.242).



Logo, após a vitória da Guerra Fria, a própria hegemonia militar dos EUA passava a depender da articulação econômica (financiamento) com as principais potências que emergiam juntamente à nova ordem internacional. Assim, ao longo da década de 1990, a estratégia de liderança internacional, fundamentada no internacionalismo liberal, ganhou corpo através de iniciativas de liberalização comercial em múltiplos fóruns. A promoção de políticas econômicas através de instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional - que ficaram conhecidas como o Consenso de Washington - elevaram a competitividade dos EUA através da remoção de barreiras alfandegárias e da promoção do livre comércio. Esta tática foi utilizada consonantemente à manutenção da OTAN após o fim do conflito bipolar, mantendo a vinculação das políticas de segurança das nações aliadas a uma única aliança militar global. Ao manter a OTAN, os EUA conseguiram assegurar que nenhuma outra aliança militar se formaria entre seus antigos aliados em oposição à sua liderança. Ademais, as instituições eram vistas como necessárias para a manutenção da hegemonia, como uma estratégia de reafirmação da primazia.

Foi precisamente através dessas instituições formuladas após a Segunda Guerra Mundial que os EUA reafirmaram o monopólio global do uso da força durante a Guerra do Golfo em 1990 (HARDT; NEGRI, 2001, p. 200). Nesse sentido, a administração de George H. W. Bush, assim como posteriormente a de Bill Clinton, foi marcada pela tentativa de articulação de uma ordem mundial que oferecesse uma visão positiva de alianças e parcerias internacionais construídas em torno de valores comuns e interesses compartilhados, que prolongariam a responsabilidade norte-americana sobre a garantia da estabilidade da ordem internacional (IKENBERRY, 2002). O resultado da Guerra Fria era visto como uma oportunidade histórica para que os Estados Unidos pudessem direcionar e pressionar outros países em direção à democracia e ao livre-comércio. Mas como adverte Ikenberry (1999, p.57), a própria idéia de promoção da democracia no exterior refletia não só um objetivo pragmático de criar uma ordem internacional pacífica, mas também um conceito da grande estratégia liberal, que estava baseada em uma visão realista de que as condições políticas dos outros Estados têm grande impacto na capacidade dos EUA em assegurar seus interesses econômicos e de segurança.

As pretensões de reafirmação da primazia econômica durante a década de 1990 foram bastante proveitosas aos interesses dos EUA. Apesar de começar em recessão, fruto de uma crise financeira que ficou conhecida como a Segunda-Feira Negra, a economia norte-americana

passou o restante da década desfrutando de uma espetacular recuperação seguida de quase 10 anos de crescimento ininterrupto. Enquanto isso, várias crises financeiras, tais como as do México (1994), Ásia (1997), Rússia (1998) e na Argentina (por volta de 1999), marcaram um período turbulento de ajustes internacionais ao novo padrão financeiro e monetário internacional, propagado pelo Consenso de Washington. Além disso, as demais grandes potências da época, Alemanha - recém unificada - e Japão passaram por períodos de instabilidade econômica (decorrentes da fuga de capitais e do processo inflacionário iniciado nos EUA na década de 1980). A partir desses fatores, a economia dos EUA na década de 1990 recuperou parte da parcela perdida do PIB mundial. Entretanto, apesar da recuperação econômica, a superpotência não conseguiu elevar sua parcela do PIB mundial ao mesmo patamar das décadas de 1950 e 1960<sup>31</sup>. Reflexo de um novo cenário mundial, a ascensão econômica do leste da Ásia baseada em uma nova fase de acumulação na China. Segundo Arrighi:

“A substituição de uma região “antiga” (América do Norte) por uma “nova” (o leste asiático) como o centro mais dinâmico dos processos de acumulação de capital em escala mundial já é uma realidade” (ARRIGHI, 1994, p. 344).

Por outro lado, a década de 1990 foi um período de diminuição nos custos militares, uma vez que não havia mais um inimigo externo claro. A partir da administração George H. W. Bush passaram a ser implementadas reduções no contingente militar dos EUA, consoantes com uma nova estratégia de "*quality over quantity*"<sup>32</sup>, com o objetivo de combinar cortes orçamentários com um aumento na prontidão e projectibilidade<sup>33</sup>, preconizando uma força militar menor e mais profissionalizada. Esta foi uma mudança no *modus operandi* da guerra que Andrew Marshall<sup>34</sup> ajudou a formular em 1992 durante a

---

<sup>31</sup> Ver Maddison (2003).

<sup>32</sup> Qualidade ao invés de quantidade.

<sup>33</sup> Capacidade de projeção.

<sup>34</sup> Andrew Marshall é diretor do *United States Department of Defense's Office of Net Assessment* - um escritório que realiza avaliações futuras sobre a capacidade militar dos EUA desde 1973 -, além disso foi muito influente na carreira de outros nomes da política nos EUA como Dick Cheney, Donald Rumsfeld e Paul Wolfowitz, que mais tarde estariam envolvidos na criação do *Project for the New American Century*.

administração George H. W. Bush, no *Defense Planning Guidance*. Marshall foi um dos primeiros defensores da transformação militar dos EUA pós Guerra Fria, promovendo que ficou conhecido como “*revolution in military affairs*”<sup>35</sup> (RMA).

Durante a administração Bill Clinton, o orçamento de defesa teve significativa redução, que atingiu o seu limite em 1998, com orçamento base do DoD fixando-se em 361,5 bilhões dólares americanos<sup>36</sup>. Dessa forma, Clinton buscava balancear as contas públicas dos EUA, assinalando o único período de superávit do orçamento federal dos EUA desde o começo da década de 1970. Ou seja, após a maior expansão militar dos EUA em tempos de paz - durante a Segunda Guerra Fria -

---

<sup>35</sup> RMA é conceito relativamente novo, apareceu na USSR no final das décadas de 1970-80, mas ganhou popularidade no meio militar após o final da Guerra Fria e a promessa de um novo paradigma tecnológico a ser implementado no campo de batalha. Aqui utilizaremos o termo como uma metáfora do que os historiadores tem descrito como uma revolução no paradigma do modus operandi de fazer guerra. Como explicamos no capítulo 2, seção 2.3.2, tais revoluções podem se dar através do desenvolvimento de novas tecnologias, como no caso da invenção da Besta na idade média, ou nas primeiras armas de fogo criadas na China do século X, ou ainda através de uma mudança nas técnicas de combate e preparo como no caso do príncipe Maurice de Orange. A invenção desses processos geralmente alteraram as capacidades ofensivas, e subsequentemente foram incorporadas as novidades que resultaram em melhorias das estratégias defensivas. Assim, cada revolução levou a uma vantagem temporária e curta aos inovadores, mas que acaba por ser rapidamente contrabalanceada pelo restante, na medida que as idéias, técnicas e tecnologias se dissipam com rapidez pelo restante do globo. Cabe então pensar na situação atual, o que muitos autores têm destacado como a mais recente RMA, a invenção de munições inteligentes “*Precision-guided munition*” e a incorporação das tecnologias de informação no campo de batalha. Portanto, a atual RMA, no qual os EUA são pioneiros, está ligada a inclusão e ampliação de novas tecnologias às táticas militares, e.g.: drones, imagens de satélite e veículos operados remotamente. Por um lado a atual RMA é geralmente enaltecida por sua capacidade de reduzir os índices de acidentes e facilitar a coleta de informações, mas seus críticos veem essa alterações no modus operandi da guerra como uma possível dissociação dos soldados das terríveis realidades da guerra (BLANCHARD, 2011).

<sup>36</sup> UNITED STATES. DEPARTMENT OF DEFENSE. FY 2013 Defense Budget. 2013. Disponível em: <[http://dcmo.defense.gov/publications/documents/FY2013\\_Budget\\_Request\\_Oview\\_Book.pdf](http://dcmo.defense.gov/publications/documents/FY2013_Budget_Request_Oview_Book.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2014.

houve uma ampla reestruturação do Complexo Militar Industrial. Essa dinâmica parece representar uma alteração na função dos EUA de provedor de bens militares, porém é preciso lembrar que, após a Guerra-Fria, o desmantelamento da URSS havia acabado com o único competidor global na venda desses produtos.

Assim, a diminuição dos recursos destinados à compra de armamentos pelo governo dos EUA levou a um período de vacas magras e conseqüentemente de maior dependência das vendas externas (uma vez que o mercado se encontrava quase monopolizado pelos EUA). Isto reconfigurou o panorama empresarial da indústria de defesa dos EUA, levando a grandes incorporações e à redução do número de participantes no mercado. Para Mampaey e Serfati (2005), as fusões tiveram um impacto imediato na lucratividade das indústrias armamentistas estadunidenses, elevando as cotações dos títulos dessas empresas no mercado financeiro. Porém, após uma breve alta, as ações dessas empresas voltaram a cair. A explicação mais plausível para as perdas dessas empresas eram as crises econômicas no restante do mundo e o fim da Guerra Fria, que diminuíram radicalmente a aquisição desses produtos. Assim, apesar de monopolizar o mercado de armas, os EUA perceberam que a demanda por esses equipamentos era condição *sine qua non* para manutenção do complexo industrial-militar.

A diminuição imediata do papel do complexo industrial-militar dos EUA era vista como um convite à agressão para as bases mais conservadoras do Partido Republicano, incitando reações acaloradas nos setores mais conservadores da política estadunidense. Essa reação está ligada à base conservadora de *think-thanks* responsáveis pela formulação do *Project for the New American Century* (PNAC)<sup>37</sup>, que havia perdido espaço na direção central da política externa dos EUA frente às prósperas conquistas do governo democrata durante a década de 1990.

De tal modo, percebe-se que com a expansão da hegemonia através das instituições e da busca pelo multilateralismo, além de um sistema de alianças firmemente estabelecido ao redor da OTAN, o complexo militar-industrial perdeu uma parcela significativa no

---

<sup>37</sup> O PNAC era um *think-thank* que defendia uma re-escalada unilateralista e militarista frente ao cenário unipolar, seus principais membros são: Donald Rumsfeld, Paul Wolfowitz, Richard Armitage, Richard Perle e vários outros que formavam o núcleo de política de defesa e política externa de George W. Bush após sua eleição.

orçamento federal dos EUA tendo em vista a estratégia econômica e política do governo democrata de Bill Clinton. O ano de 1998 marcou o ponto mais baixo do orçamento militar dos EUA desde o período da *Detente*, simbolizando de um lado a unipolaridade militar e por outro os dividendos da paz.

Todavia, é importante ressaltar que, como é de praxe na história dos EUA, já no segundo mandato de Bill Clinton os democratas haviam perdido a maioria no congresso, fato que impulsionou a retomada do projeto neoconservador após seis anos de relativo afastamento do núcleo de decisões estatal. Apesar de afastada, essa ala mais radical do Partido Republicano jamais se ausentou das áreas mais conservadoras da administração federal, como o *Department of Defense*<sup>38</sup> (DoD). Assim, frente ao novo paradigma político nos EUA, em 1998 o orçamento de defesa recebe um grande incremento. Nesse ano, o orçamento militar - em particular das despesas dedicadas à P&D e à produção - registram uma elevação significativa, pois a administração Clinton propõe um aumento de 110 bilhões de dólares para o período 1999-2003 (MAMPAEY; SERFATI, 2005, p.235).

Em suma, durante a década de 1990, a retomada da economia dos EUA e o enfraquecimento das economias aliadas resulta em um abrandamento do orçamento militar dos EUA. A reversão da tendência de queda da participação na economia mundial é um fator explicativo para esse quadro. Porém, a alavancagem da década de 1990 é em grande parte um reflexo direto da financeirização da hegemonia dos EUA. Nesses dez anos, um enorme afluxo de investimentos estrangeiros em forma de títulos, ações e propriedades transformaram os EUA em uma das economias mais endividadas do mundo, contribuindo para as altas taxas de crescimento (especulativo) e o longo boom da década de 1990 no mercado de ações. A bolha das empresas “ponto com”, que estourou em 2000, foi um exemplo claro da condição de especulação financeira da economia dos EUA através da venda de ações em detrimento da economia produtiva (CHASE-DUNN; REIFER, 2002).

## 2.4 POLÍTICA DE SEGURANÇA DOS EUA NA ERA BUSH

---

<sup>38</sup> Optamos por manter o nome em inglês a partir da constatação que maior parte da literatura sobre o assunto também o faz.

Em face à crise econômica desencadeada pela bolha das “ponto com” surgiu uma percepção generalizada da opinião pública norte-americana sobre a perda de prestígio e autoridade mundial, que influenciaram as controversas eleições de 2000 e marcaram o fim do mandato Democrata na Casa Branca e um retorno do Partido Republicano ao centro de decisões. Ao início da administração George W. Bush, foram rechaçados vários acordos internacionais de ordem multilateral, já insinuando uma alteração na política externa multilateral da administração anterior. Bush não ratificou o Protocolo de Kioto, nem avançou sobre a Convenção da Basiléia. E, após os atentados terroristas de 11 de setembro, abandonou o tratado sobre o controle da produção de mísseis balísticos e ignorou as conferências internacionais sobre o controle de armas ligeiras e armas biológicas. De forma unilateral, rechaçou a Corte Penal Internacional como fórum de jurisprudência para crimes de guerra, deixando claro que as ações militares dos EUA no exterior não sujeitariam seus militares a nenhuma corte internacional (SANTOS, 2007, p. 78)<sup>39</sup>.

Em termos militares, o orçamento militar dos EUA iniciou um período de crescimento após quase uma década de retração, conforme podemos observar no Gráfico 2:

---

<sup>39</sup> Em agosto de 2002 foi aprovada pelo congresso a *American Servicemembers Protection Act* (ASPA) com a intenção declarada de proteger os militares dos Estados Unidos e outros funcionários eleitos e nomeados do governo contra a processos criminais por um tribunal penal internacional ao o qual os Estados Unidos não faz parte.

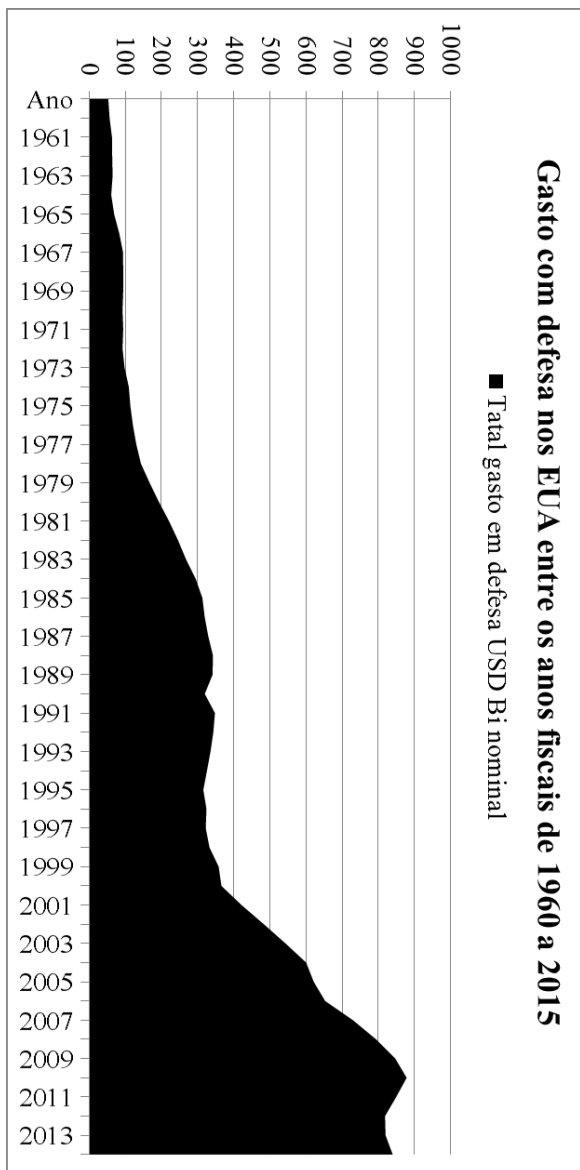


Gráfico 2 Gasto com defesa nos EUA entre os anos fiscais de 1960 e 2015.  
 Fonte: usgovernmentpending.com

No gráfico acima podemos observar os três saltos com gastos em defesa: na Guerra do Vietnã; na Segunda Guerra Fria; e na Guerra ao Terror respectivamente. Se comparados, as elevações relativas no orçamento militar dos EUA são: entre 1958 a 1968 de 82%; entre 1975 a 1985 de 168%; entre 1998 a 2008 de 126%. Em números totais, a escalada armamentista dos EUA no início do século XXI chegou ao seu pico de 879 bi em 2010<sup>40</sup> - já durante o mandato Obama. A explicação mais rápida para o aumento dos gastos após 1998 está comumente associada às operações militares decorrentes do 11 de setembro de 2001. Entretanto, como explicamos anteriormente, a alavancagem teve início quase três anos antes dos ataques em solo norte-americano. Dessa forma, a explicação mais presumível da escalada militar nos EUA deve ser vista como um processo que está ligado à base conservadora de *think-thanks* responsáveis pela formulação do PNAC<sup>41</sup>, que havia perdido espaço na direção central da política externa dos EUA frente às prósperas conquistas do governo democrata durante a década de 1990. Desse modo, sugerimos que o PNAC passa a exercer de fato influência na política externa dos Estados Unidos antes mesmo da eleição de George W. Bush. Sua chegada à presidência apenas coloca em prática a segunda etapa da agenda neo-conservadora. Ou seja, já em 1998, com a retomada da expansão militar, é iniciado o período de unilateralismo imperialista estadunidense.

#### 2.4.1 O 11 de setembro de 2001

O 11 de setembro de 2001 foi um momento dramático e chocante na história americana. Não foi, no entanto, um momento de definição. Era apenas um evento importante dentro de uma trajetória que começou muito antes, e vai continuar por muitas décadas, um longo período

---

40

Fonte:

[http://www.usgovernmentspending.com/spending\\_chart\\_1958\\_2019USb\\_15s2li011scn\\_30t](http://www.usgovernmentspending.com/spending_chart_1958_2019USb_15s2li011scn_30t). Data de acesso: 20/04/2014.

<sup>41</sup> O PNAC defendia uma re-escalada unilateralista e militarista frente ao cenário unipolar, seus principais membros são: Donald Rumsfeld, Paul Wolfowitz, Richard Armitage, Richard Perle e vários outros que formavam o núcleo de política de defesa e política externa de George W. Bush após sua eleição.



que podemos chamar de: o declínio da hegemonia dos EUA em um mundo caótico <sup>42</sup>. (WALLERSTEIN 2003, p.57).

Como observa Harvey (2008), para os neo-conservadores os ataques de 11 de setembro foram uma oportunidade que poderia fornecer a base para um remodelamento da atuação imperialista dos EUA no âmbito externo e também interno. No âmbito externo, Bush promulgou em 2001 a *Military Order*, que estipulava o tratamento dado aos nacionais estrangeiros na guerra contra o terrorismo internacional. Estava inserida nesse contexto uma nova política externa geral, que substituiu o engajamento da administração anterior por um novo conceito de “guerras preventivas”.

A partir desse novo conceito, os *policy makers* norte-americanos passariam a operar o conceito de guerra preventiva como um instrumento legal e moralmente justo de sua política externa (MOREIRA JR, 2011, p. 125). Assim, a principal consequência do 11 de setembro para as relações internacionais foi a mudança que alterou a mentalidade do governo dos EUA e seus aliados. Em particular esta mudança ficou codificada na Estratégia de Segurança Nacional dos EUA de 2002 (NSC 2002)<sup>43</sup>. Nesse documento, os EUA preconizaram uma postura de agir preventivamente contra Estados que abrigassem grupos terroristas, ou se mostrassem hostis à supremacia norte-americana:

“Nós devemos estar preparados para agir e atingir os Estados párias e hostis - e suas organizações terroristas associadas - antes que estes sejam capazes de representar uma ameaça ou utilizem armas de destruição em massa contra os Estados Unidos e seus aliados.”(NSS-NSC 2002, p.14).

Após os atentados de 11 de setembro de 2001, as políticas de segurança da administração Bush assumiram um caráter unilateralista e militarista que significava, nas palavras de Fiori (2004), uma transição da hegemonia benevolente para uma estratégia imperialista, priorizando a coerção sobre o consenso, uma tendência que Arrighi (1994) já havia identificado como típica das fases de declínio hegemônico. Dentro deste

---

<sup>42</sup> Tradução pelo autor.

<sup>43</sup> Fonte: <http://www.state.gov/documents/organization/63562.pdf>. Data de acesso: 03/04/2014.

quadro os EUA estabeleceram seu novo inimigo pós Guerra-Fria: o “terrorismo internacional”. A partir de um novo modelo de guerras preventivas e unilaterais, ficou delimitada uma nova estratégia internacional de Guerra ao Terror (War on Terror). Na NSC de 2002<sup>44</sup> (p.5) ficava clara a nova delimitação de inimigo:

“Os Estados Unidos da América estão lutando uma guerra contra terroristas de alcance global. O inimigo não é um único regime político ou uma pessoa ou religião ou ideologia. O inimigo é o terrorismo - violência premeditada, politicamente motivada perpetrada contra inocentes”

De tal modo que, com base na exponencial dilatação do conceito de inimigo externo, uma série de iniciativas internas remodelaram a conduta de Washington. E.g. a promulgação do **Patriot Act** em 2001 e a criação do **Department of Homeland Security** em 2003, que estabeleceram medidas preventivas de vigilância e cerceamento de liberdades individuais em nível interno e externo.

Assim, imediatamente após a invasão do Afeganistão, em 2001, sob a justificativa de combater as redes terroristas responsáveis pelos ataques de 11 de Setembro, a superpotência voltou-se para o Iraque, antigo inimigo da Guerra do Golfo. A fim de justificar uma guerra “preventiva” contra o Iraque de Saddam Hussein, o presidente George W. Bush retomou a longa tradição de estadistas norte-americanos de utilizar informações falsas - assim como Lyndon Johnson no Vietnã e Bill Casey no caso Iran-Contras. Desta vez, foram forjadas evidências de armas de destruição em massa que levaram os EUA a iniciar outra ofensiva militar no Oriente Médio, no entanto sem o apoio inicial do Conselho de Segurança da ONU. Para Russell e Tokatlian (2009, p. 215) essas ações militares oriundas da nova doutrina de ação preventiva e mudança de regime “(...) se subordinam ao núcleo duro de toda grande estratégia de primazia: evitar que surja um competidor global de igual dimensão ao poder dos EUA; e assegurar força militar suficiente para superar várias contingências críticas simultâneas.”<sup>45</sup>

A administração Bush inaugurava através de uma base política neo-conservadora e militarista um novo período de unilateralismo na história dos EUA, que, para Russell e Tokatlian (2008), refletia uma reforma no percurso retórico constante de multilateralismo. Ou seja, a

---

<sup>44</sup> Idem

<sup>45</sup> Tradução pelo autor.

alteração do *modus operandi* dos EUA passava a colocar em xeque sua posição de defensor dos interesses da sociedade global, e o identificava como uma nação imperial, que se aproveitava de sua condição de superpotência para determinar os rumos da política internacional de acordo com seus interesses particulares. Entretanto, a política externa de George W. Bush não rompe diretamente com as políticas estabelecidas ao longo do governo Clinton. A manutenção da primazia ainda é o principal objetivo da grande estratégia dos EUA. A guerra preventiva passava a ser uma alteração na política de coerção internacional. Na visão de Hurrell (2005), a emergência dessa política externa por parte dos Estados Unidos reforçou o retorno à linguagem de império.

Entretanto, a escalada militarista acabou não resultando nos objetivos esperados. Ao invés de guerras rápidas, as forças militares dos EUA se depararam com um exército insurgente, que utilizando táticas de guerrilha, estenderam o conflito por mais de uma década. Os problemas enfrentados pelas tropas estadunidenses (e seus aliados) estavam intimamente ligados a idéia (equivocada) dos *think-thanks* do PNAC de que a RMA resolveria “todos” os problemas da década anterior e impossibilitariam um novo Vietnã. Durante a fase convencional de combate no Afeganistão e no Iraque, o novo modelo de *warfare* em rede mostrou-se efetivo, mas, nas fases posteriores, os conceitos de tecnologia e capacidade operacional foram de pouca utilidade na luta contra insurreições e movimentos terroristas.

Como afirma Connetta (2010, p. 8), a idéia de conciliar uma força militar mais barata e móvel através da RMA se provou, na verdade, um fracasso. Em vez de baixar os custos gerais de modernização, a iniciativa RMA simplesmente adicionou uma nova camada de requisitos putativos. De fato, os EUA já haviam gastado quase 1.2 trilhões de dólares na modernização de suas forças armadas durante a década de 1990. Porém, tiveram de realizar investimentos substanciais para enfrentar as guerras de insurreição no Iraque e Afeganistão, pois o antigo modelo não havia preparado e equipado as forças armadas para os novos “desafios”.

Em detrimento dessas dificuldades, pouco pode ser feito se não mudar e alterar grande parte do equipamento de guerra que já haviam sido comprados pelas forças armadas dos EUA. Essa demanda foi responsável por parte considerável do orçamento militar durante os anos iniciais das guerras no Afeganistão e Iraque (CONETTA, 2010, p.10).

Ao mesmo tempo, a economia dos EUA começava a apresentar novos sinais de enfraquecimento. Ao final do mandato, a administração George W. Bush deixou o governo com baixíssima aprovação pública, um orçamento para o DoD de 730 bi - que é 126% acima do nível de 1998<sup>46</sup> - e um déficit público total que pulou de cerca de 5 trilhões para 9.5 trilhões de dólares, como podemos observar no gráfico 3:

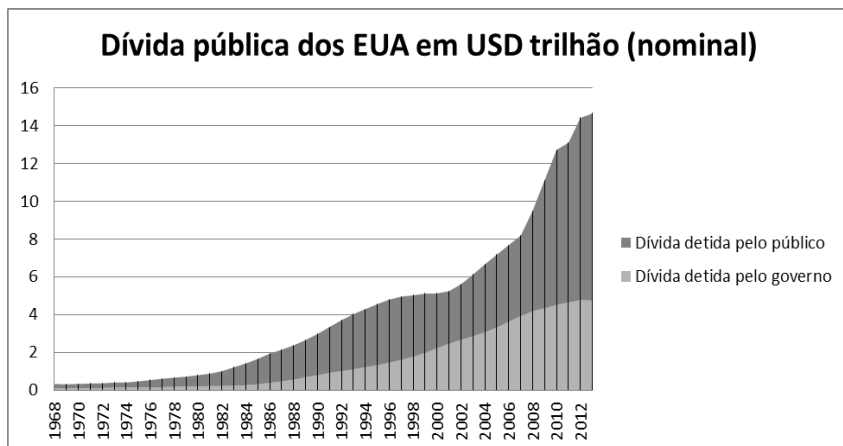


Gráfico 3 Dívida pública dos EUA em USD trilhão (nominal) 1968-2013.

Fonte: usgovernmentspending.com

Esses problemas decorreram das dificuldades estruturais da economia dos EUA no financiamento das guerras, que se mostraram muito mais caras do que se esperava inicialmente. Para Arrighi (2009, p.206-209) a administração Bush escolheu financiar a guerra global contra o terror através de duas políticas: A primeira política foi a tomada de empréstimos no exterior, que permitiu que a China se tornasse o principal detentor de títulos da dívida pública norte-americana. Ao final de janeiro de 2014 cerca de 50% da dívida pública

<sup>46</sup> A parte não relacionada com as operações (o chamado orçamento base) era de 503 milhões de dólares naquele ano - 41% maior em termos reais do que em 1998.

dos EUA se encontrava nas mãos governos estrangeiros<sup>47</sup>, dos quais a China controla cerca de 1.2 trilhões de dólares. Tal fenômeno assemelha-se à demanda dos holandeses por capital inglês para colaborar na luta contra a França na Guerra de Sucessão Espanhola, e à busca da Inglaterra por recursos financeiros norte-americanos para combater a Alemanha na Primeira Guerra Mundial (HENDLER, 2012, p.132). A segunda política foi a emissão de moeda de forma descontrolada (senhoriagem), que levou a subseqüente desvalorização do dólar. Essa política foi na verdade um pequeno calote sobre aqueles que haviam comprado títulos da dívida pública dos EUA. A desvalorização do dólar acabou reduzindo a dívida, que estava indexada à moeda internacional. Contudo, o fenômeno abalou a confiança do dólar como moeda internacional, já que os governos estrangeiros portadores desses títulos se tornaram receosos. Assim, o evento acabou desestruturando a confiança na moeda e restringindo (ainda que de forma branda) a capacidade de exercer os benefícios de senhoriagem internacional.

Além disso, em resposta ao baixo crescimento da economia norte-americana, a administração Bush arquitetou uma redução de juros como forma de estímulo para o crescimento. A política fiscal frouxa, em concomitância ao relaxamento da regulamentação bancária, criou o pano de fundo para uma bolha imobiliária nos EUA, que mais tarde se transformou na crise financeira de 2008 (*subprime*). Além disso, os pacotes de estímulo e ajuda ao sistema financeiro levaram a deterioração da dívida pública e federal dos EUA, como podemos observar no gráfico 3. Foi um salto de cerca de nove para quatorze trilhões de dólares.

Em suma, o projeto neoconservador iniciado durante a administração Bush se transformou em um grande fracasso. Longe de lançar as bases de um segundo século americano, a ocupação do Iraque colocou em risco a credibilidade militar dos EUA, expondo a super-extensão imperial dos EUA e enfraquecendo a centralidade do dólar na economia política mundial (Arrighi, 2009, p.209).

---

<sup>47</sup> Fonte: <http://www.treasury.gov/ticdata/Publish/mfh.txt> Data de acesso: 15/11/2013

## 2.5 POLÍTICA DE SEGURANÇA NO GOVERNO OBAMA.

A eleição de Barack Obama teve como pano de fundo a deterioração da hegemonia dos EUA. Os EUA tinham acabado de entrar na maior crise financeira desde a Grande Depressão de 1929 e o governo Obama assumiu a Casa Branca com o objetivo internacional de restaurar o que restava da hegemonia norte-americana. Após a avalanche inicial da crise de 2008-9, a administração Obama começou a reestruturar sua política externa. Na Estratégia de Segurança Nacional (NSS-NSC, 2010) fica evidente a mudança de discurso pela multilateralidade em detrimento da unilateralidade, ou seja, um afastamento da Doutrina de Bush da Guerra ao Terror: “(...)as guerras - e os nossos esforços globais contra o extremismo violento - são apenas apenas um elemento do nosso ambiente estratégico, e não podem definir definir o engajamento da América com o mundo.”<sup>48</sup>

Obama buscou uma saída honrosa do Oriente Médio, defendendo um “responsible end”<sup>49</sup> para as guerras no Iraque e Afeganistão. A retirada das forças militares norte-americanas do Iraque começou em junho de 2009 e foi concluída em Dezembro de 2011, pondo fim à Guerra do Iraque. Essa retirada permitiu revitalizar o foco no Afeganistão, expandindo a presença militar neste país para cerca de 70 mil tropas, além disso, Obama prometeu uma retirada completa até o fim de 2014. Calcula-se que o custo só das duas guerras chegou a 3.1 trilhões<sup>50</sup> de dólares em 2013. De fato, os esforços para acabar com as duas guerras tiveram como principal objetivo a diminuição dos custos ao orçamento federal e suavizar a super-extensão militar dos EUA. Porém, mesmo após a diminuição dos gastos com a guerra no Iraque durante o ano fiscal de 2010, os gastos totais de defesa continuaram em níveis historicamente elevados, logo abaixo do nível alcançado durante o ano fiscal de 2008<sup>51</sup>. Destarte, a estratégia não era de retração, mas

---

48

Fonte:

[http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss\\_viewer/national\\_security\\_strategy.pdf](http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss_viewer/national_security_strategy.pdf). Data de acesso: 05/04/2014. Grifo do autor.

<sup>49</sup> Fonte: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=91015>. Data de acesso: 05/04/2014.

<sup>50</sup> Fonte: <http://costsofwar.org/article/economic-cost-summary>. Data de acesso: 05/04/2014.

<sup>51</sup> Incluindo também as agências: National Security Agency e Home Land Security; o orçamento total do Pentágono e dos custos com pensões e

uma remobilização, indicando que a nova administração da Casa Branca não iria desmobilizar o complexo industrial-militar, como aconteceu parcialmente durante o período Clinton.

Porém, os Estados Unidos estão agora em um período de incerteza econômica, marcado por demandas e limitações de recursos federais crescentes. Além da crise no sistema financeiro, desencadeada em 2008, a dívida federal bruta do país tem demandado grande quantidades de recursos. As despesas com defesa somaram 819 bilhões de dólares em 2013, ou 18,5% do total do orçamento federal dos EUA<sup>52</sup>. Para se ter uma idéia, o restante do orçamento federal para 2013 estava dividido da seguinte maneira: 23% para a *social welfare*; 14% o *Medicare*; 7% para o *Medicaid*; 6% alocados para o pagamento de juros sobre a dívida nacional; e 14% para todos os gastos discricionários restantes. Embora a defesa represente atualmente cerca de um quinto do orçamento federal, um relatório de 2012 do *Center for Strategic and Budgetary Assessments* concluiu que, se mantidas as mesmas proporções orçamentárias descritas pela administração Obama, os custos com pessoal militar irão consumir todo o orçamento de defesa em 2039<sup>53</sup>. Ou seja, a aposentadoria dos veteranos que participaram na Guerra ao Terror se transformará em um sério problema orçamentário no futuro.

Diante de uma economia anêmica e sofrendo com o aprofundamento dos problemas fiscais, a resposta de Obama passou pela manutenção até 2011 de Robert Gates no DoD, nome indicado por Bush em 2006. O mandato de Gates na administração Obama iniciou com uma enorme mudança na política de gastos militares, propondo um realinhamento de prioridades do orçamento do DoD. Nessa nova política foram cortados programas voltados para a guerra convencional, tais como F-22 Raptor e o desenvolvimento de novos mísseis balísticos, mas ao mesmo tempo foram incrementados programas como as forças especiais e segurança digital. Essa política estava alinhada ao *Budget Control Act* de 2011. A idéia inicial era fomentar um acordo no

---

pagamentos de dívidas. Fonte: [usgovernmentspending.com](http://usgovernmentspending.com) Data de acesso: 05/04/2014.

<sup>52</sup>

Fonte:

[http://money.cnn.com/2011/02/11/news/economy/lawrence\\_korb\\_defense\\_obama\\_budget/](http://money.cnn.com/2011/02/11/news/economy/lawrence_korb_defense_obama_budget/) Data de acesso: 15/04/2014.

<sup>53</sup> Fonte: <http://www.csbaonline.org/wp-content/uploads/2012/07/Rebalancing-Mil-Compensation-TH-071212.pdf> Data de acesso: 15/04/2014.

congresso para evitar o calote da dívida pública norte-americana, que mais tarde veio à tona em 2013 como o *Budget Sequestration*. Através dessa iniciativa, o Pentágono planeja cortar quase 500 bilhões dólares ao longo dos próximos 10 anos. Embora ainda incipiente, a idéia inicial do plano é cortar gastos em defesa que não acabem onerando a capacidade militar atual, ou seja, não são previstos os dividendos de paz.

A manutenção do nível de militarização está ligada a reorientação da política de segurança dos EUA em direção à Ásia. Para os formuladores da política externa dos EUA, a ascensão de novas potências econômicas na Ásia passou a ser a principal ameaça à supremacia econômica dos EUA. O atual secretário de defesa da Administração Obama, Leon Panetta, descreve bem a percepção de ameaça no crescimento da China e na Índia, e as atuais prioridades na política externa dos EUA:

“A mudança - para a Ásia - já estava prevista há muito tempo. Após a queda da União Soviética, haviam aqueles no governo dos EUA que pediam uma reorientação da estratégia dos EUA em direção ao Pacífico. China e Índia são as duas economias de crescimento mais rápido na atualidade. Além disso, as nações do Sudeste da Ásia cresceram por trás do escudo da presença dos EUA na região. Os Estados Unidos também tem profundas alianças com os países da região, incluindo o Japão, Coreia do Sul, Filipinas, Tailândia, Austrália e Nova Zelândia. Este progresso e mudança, no entanto, foram interrompidos pelos ataques de 11 de setembro e a atenção dos EUA deslocou-se para combater a ameaça terrorista. Mas agora a guerra no Iraque acabou, e os níveis de tropas norte-americanas estão diminuindo no Afeganistão. No ano passado, o presidente Barack Obama aprovou uma estratégia de mudança em direção à Ásia. Os Estados Unidos têm a milhares de quilômetros da costa do Pacífico e é parte integrante da região.”<sup>54</sup>

---

<sup>54</sup> Fonte: <http://www.defense.gov/news/newsarticle.aspx?id=116591>. Data de acesso: 15/04/2014. Tradução pelo autor.



Assim, da mesma forma que "Guerra ao Terror" após o 11 de setembro foi usada para justificar o aumento do militarismo os EUA - no oriente médio e em outros lugares do mundo - as disputas territoriais no Mar do Sul da China agora estão virando justificativa para aumentar o cerco estratégico sobre a China. A tensão provocada pelas disputas territoriais locais está sendo apresentada como motivo para os EUA fortalecerem e ampliarem suas relações de segurança com seus aliados tradicionais - além de iniciar outras parcerias estratégicas na região. Assim, o ator hegemônico, operando desde 2001 através de um "Warfare State", dá indícios de uma estratégia na qual lida com as questões geopolíticas no cenário global através da doutrina de contenção, que foi formulada originalmente durante a Guerra Fria. A mudança no paradigma de política externa dos EUA, como indica o artigo de Hillary Clinton<sup>55</sup>, *America's Pacific Century*, busca contingenciar a ascensão da China na Ásia como uma potência regional. A estratégia de rebalanceamento para a Ásia envolve a competição regional entre potências como forma de contrabalançar a ascensão chinesa. Nesse sentido, Washington buscou aliar-se a segunda potência emergente da Ásia, a Índia.

As mudanças no discurso da política externa dos EUA deixam clara a estratégia de conter a ascensão da China e Índia como potências regionais na Ásia. Essa estratégia de priorização da Ásia está relacionada à percepção de uma ameaça a supremacia dos EUA na região, um retorno ao eixo central de concentração de recursos para a Ásia após a guerra contra o terrorismo. Segundo Nye (2013) é perceptível que até meados dos anos 2000 a palavra de ordem da política externa dos EUA em relação à China tenha sido "engajamento", uma estratégia de cooperação combinada a certa desconfiança. Essa estratégia se altera no governo Obama para uma espécie de "rebalanceamento", iniciando a transferência de recursos navais para o Pacífico além de encabeçar uma série de iniciativas diplomáticas sobre comércio e direitos humanos, temas sensíveis à China.

Um dos propósitos dessa estratégia se encontra na retórica de reequilibrar a balança de poder da região, ameaçada pelo aumento dos gastos militares chineses e indianos. Segundo dados do SIPRI os gastos com defesa na China saltaram de 33 bilhões de dólares em 2000 para

---

<sup>55</sup>

129 bilhões de dólares em 2011<sup>56</sup>, enquanto os gastos com defesa da Índia passaram de 25 bilhões de dólares em 2000 para 44 bilhões de dólares em 2011. Contudo, se observadas as porcentagens do PIB destinada a defesa da China e Índia, podemos observar facilmente o erro nesse argumento. Segundo o SIPRI, a porcentagem do PIB destinado a defesa pela China se mantém em 2,1% entre 2001 e 2012, no caso da Índia a média é de 2,7 com tendência a diminuição. O que ocorreu foi um salto quantitativo do PIB, e conseqüentemente um elevação dos recursos destinados a defesa.

Contudo, a estratégia de rebalanceamento adotada pelos EUA é diferente para Índia e China; enquanto a última está pautada em uma política de contenção, a primeira foi alvo de uma política de reaproximação. No caso da Índia a reaproximação com os EUA se inicia já no final de setembro de 2001, nesse ano o presidente George Bush suspendera as sanções impostas sob os termos da Lei de Prevenção da Proliferação Nuclear de 1994, que havia sido imposta à Índia após os testes nucleares de maio de 1998. Além disso, em dezembro de 2006, o congresso dos EUA aprovou a Lei *Peaceful Henry J. Hyde*, que ditava as bases para um acordo de cooperação nuclear entre EUA-Índia. Essa postura surpreendeu a comunidade internacional, já que tradicionalmente os EUA eram contrários à cooperação nuclear com a Índia nos anos anteriores, dado o desenvolvimento de armas nucleares desse país de forma contrária as convenções internacionais estabelecidas. Essa mudança de percurso da política externa dos EUA em nada tem haver com a guerra ao terrorismo internacional, já que a proliferação de armas de destruição em massa eram um ponto destacado na Doutrina Bush. Essas mudanças de postura deixaram clara a intenção de contrabalançar a China na Ásia.

No caso da China, desde 2006, a postura foi de isolamento regional no âmbito militar. Centrada, sobretudo, no estabelecimento de um acordo trilateral de cooperação militar entre os EUA, Japão e Austrália em 2006, (JAIN, 2006). Em 2003, Tailândia e Filipinas passaram a fazer parte do Major non-NATO ally<sup>57</sup>, e a partir de 2005 Singapura foi designada pelo DoD como um importante parceiro de

---

<sup>56</sup> Existem controvérsias sobre o valor real desses números, mas para o SIPRI, seja qual for o tamanho exato dos gastos com defesa da China, eles são atualmente o segundo maior orçamento em defesa do mundo.

<sup>57</sup> Principais Aliados Não Membros da OTAN.

cooperação na área de segurança<sup>58</sup>. Além disso, as relações militares com a Indonésia também foram reatadas em 2001. Concomitantemente, no campo econômico, como resposta a importância econômica regional da China na Ásia, desde o 11 de Setembro, as relações dos EUA com os países da ASEAN - exceto Burma - foram reforçadas. Contudo, em 2008 a China superou os EUA como principal parceiro comercial da ASEAN - grupo de países que tem se tornado principais parceiros comerciais da China<sup>59</sup>.

A estratégia de pivô regional na Ásia durante a administração Obama tem um significado diplomático e militar, é uma tentativa de isolar a China - percebida por Washington como uma potência revisionista - em âmbito regional como forma de encurtar os espaços de manobra e delimitar a expansão da zona de influência chinesa em contraponto a tradicional presença norte-americana na região do Leste Asiático. Contudo, até o presente momento a estratégia não tem significado um incremento expressivo da presença militar e econômica dos EUA na região, pois em alguma medida a saída de funcionários do governo Obama, como Hillary Clinton, o debate sobre o *Budget Sequestration* sobre o orçamento de defesa, bem como da oposição regional a um novo acordo comercial com os EUA<sup>60</sup> tem limitado ações mais contundentes.

Por outro lado, o aumento do dispêndio com defesa na China elevou a tensão regional, promovendo uma corrida armamentista e gerando um aumento das compras de armamentos militares norte-americanos. A estratégia dos EUA de pivô para Ásia se mostrou uma oportunidade de revigorar as vendas de equipamentos militares, tornando os EUA o beneficiário imediato deste militarismo avançado através do comércio de armas de empresas norte-americanas. Cortar custos em casa e expandir as vendas do complexo industrial-militar no estrangeiro parece ser a nova estratégia do presidente Barack Obama.

Ao mesmo passo, a contínua compra de títulos da dívida pública dos EUA pela China tem impulsionado a manutenção do mecanismo de

---

<sup>58</sup> Fonte: <http://www.isn.ethz.ch/Digital-Library/Articles/Detail/?id=168339>.  
Data de acesso: 15/04/2014. Tradução pelo autor.

<sup>59</sup> Fonte: <http://www.asean.org/images/2012/documents/AEM%20MOFCOM%2011%20JMS%20final.pdf>. Data de acesso: 15/04/2014.

<sup>60</sup> Fonte: <http://nationalinterest.org/feature/how-solve-obamas-grand-strategy-dilemma-10519>. Data de acesso: 28/05/2014.

senhoriagem do Estado norte-americano, possibilitando um maior engajamento no pivô sobre a China e diminuindo os efeitos da crise econômica que se instaurou após 2008. A China tem buscado relativizar essa vantagem, mas até agora as iniciativas para diminuir ou questionar o papel do dólar na economia mundial não tem surtido grandes efeitos.

Ainda assim, não restam dúvidas sobre o cenário caótico de desconstrução da hegemonia norte-americana. Crise financeira e super-extensão imperial diminuíram a capacidade econômica e militar dos EUA. O governo Obama buscou relativizar as contradições que acometem a hegemonia norte-americana, de um lado diminuir a super-extensão imperial e de outro apaziguar a economia interna através de recorrentes pacotes de ajuda e estímulo econômico. Parece sensato pensar que a constante financeirização da economia dos EUA além do avanço da China no campo econômico - que até certo ponto limita o engajamento militar dos EUA no Leste da Ásia - transformaram a Ásia na principal preocupação dos formuladores da política externa norte-americana.

### **3 A PRESENÇA MILITAR DOS EUA NA AMÉRICA DO SUL E NOVOS ARRANJOS DE SEGURANÇA REGIONAL**

Conforme destacamos no capítulo anterior, a crise do sistema financeiro e o aumento progressivo dos custos de guerra desgastaram a centralidade do dólar e afetaram a capacidade de senhoriação dos EUA como mecanismo de financiamento militar. A hegemonia dos EUA se encontra desgastada pelas aventuras militares das últimas décadas, caracterizando um momento de super-extensão imperial. Especialmente, durante o período após o 11 de setembro, a escalada armamentista do governo George W. Bush se transformou em uma grande derrota para os objetivos da grande estratégia norte-americana de manutenção da primazia. Enquanto isso, a estratégia de Obama tem sido redirecionar o poder restante em direção à Ásia como forma de contenção da China, através da política de pivô regional. Nesse contexto, a América do Sul, como área historicamente sob influência direta da política estadunidense, foi afetada pelas alterações de prioridade da política externa dos EUA.

Neste capítulo, destacamos essas mudanças e o seu impacto na região. Na primeira parte do capítulo, é apresentada uma contextualização histórica das relações da América do Sul com os EUA, com o objetivo de entender as origens dos mecanismos de coerção utilizados pelos EUA para estabelecer seu domínio na região. Sempre que possível, foram usados dados, análises e referências sobre a projeção do poder militar dos EUA na América do Sul, mas, como são escassas as narrativas históricas que referenciam apenas a América do Sul, por vezes foram utilizadas informações referentes à América Latina. Na segunda parte, é feita uma análise das políticas de segurança dos EUA para América do Sul nos governos G. W. Bush e Obama, analisando os impactos e divergências de cada período. Buscaremos demonstrar como se comportaram os mecanismos de coerção dos EUA na região, enfatizando as relações de financiamento militar e a presença de bases militares. Argumentamos que, após o 11 de setembro, a América Latina como um todo sofreu um grande incremento de políticas e ações que caracterizam o aumento da presença militar dos EUA na América do Sul, sobretudo através da justificativa da guerra às drogas e, subsequentemente, da guerra ao terror. Porém, após o fim do mandato de George W. Bush, tem se constituído novas prioridades na política de segurança dos EUA, com ênfase mudando da América do Sul para a América Central e Caribe. Na terceira parte, é realizado um balanço geral das condições políticas na América do Sul que levaram ao

aumento do número de países que antagonizam as políticas intervencionistas norte-americana no continente. Um foco especial é dado à liderança brasileira. Por fim, é apresentado o quadro de reafirmação do Brasil na América do Sul, construído à medida que os EUA deslocaram suas atenções, em âmbito global, para a Ásia, e, em âmbito regional, para a América Central e Caribe.

Argumentamos que a diminuição corrente do grau de envolvimento militar dos EUA na América do Sul é resultado de três processos interligados: (1) num nível espaço-temporal mais amplo, o declínio da hegemonia dos EUA em nível global desde os anos 1970; (2) a reorientação recente da política de segurança internacional dos EUA em direção à Ásia como reação à ascensão da China; (3) a maior assertividade recentemente adotada pelos Estados sul-americanos em matéria de segurança internacional, especialmente sob liderança brasileira. Ainda assim, é possível observar ações pontuais por parte dos EUA na América do Sul, sobretudo na manutenção da ajuda militar à Colômbia (em níveis pré-Plano Colômbia). Como conclusão, apoiamos a idéia de que a projeção militar dos EUA na América do Sul começou a diminuir desde 2006, e mais enfaticamente após 2009, se comparadas as administrações Bush e Obama.

### 3.1 BACKGROUND HISTÓRICO - DA INDEPENDÊNCIA AO FIM DA GUERRA FRIA

América para os americanos - essas foram as palavras pronunciadas em 1823 pelo então Presidente James Monroe perante o Congresso dos EUA, inaugurando ali uma estratégia idealizada na percepção da necessidade de criação de um continente americano livre da influência das potências imperiais europeias. Na época, o discurso do Presidente Monroe era essencialmente uma declaração isolacionista e defensiva, mas a Doutrina Monroe, como ficou conhecida mais tarde, passou a ser utilizada como justificativa para a intervenção dos EUA na América Latina.

Logo após vencerem a disputa com a Grã-Bretanha pelo controle do Caribe e da América Central, os EUA passaram a implementar sua própria versão de colonialismo na região. Ao invés de um colonialismo formal, como o modelo europeu, os EUA descobriram que poderiam dominar a região através de uma "esfera de influência" mandatária, que funcionava pela expansão de suas empresas transnacionais em conjunto ao indiscriminado uso de intervenções militares. Na década de 1880, as

empresas estadunidenses começaram a expandir seus negócios em Cuba, Porto Rico, Jamaica e na América Central, e passaram a controlar a produção de açúcar, frutas, tabaco e minerais na região.

Durante o período do Corolário Roosevelt e da política do Big Stick, entre 1898 e 1934, os EUA intervieram militarmente na América Central e no Caribe mais de trinta vezes. Os fuzileiros navais eram enviados para proteger a propriedade e investimentos de empresas norte-americanas na região. A marinha praticava coerção da mesma forma que ao final do século XIX: as canhoneiras européias eram enviadas para a América Latina e o Caribe para cobrar dívidas não pagas. Como (GRANDIN, 2007, p.3) aponta:

“até 1930, Washington havia enviado canhoneiras para portos latino-americanos mais de seis mil vezes, invadido Cuba, México, Guatemala e Honduras, além de apoiar guerrilhas na República Dominicana, Nicarágua e Haiti. Anexaram também Porto Rico e um pedaço da Colômbia para criar a nação panamenha e o Canal do Panamá.<sup>61</sup>”

Roosevelt passou a utilizar desse pretexto para intervir militarmente nos processos políticos dos países da América Latina. A partir de então, os EUA intervieram sempre que necessário para assegurar que os países vizinhos eram governados por governos dóceis e amigáveis. Navios de guerra norte-americanos foram enviados para as costas da Venezuela e Chile na América do Sul para exercer pressão durante as disputas políticas (apesar de as tropas nunca desembarcarem). A Doutrina Monroe, que foi originalmente projetada para evitar intervenções das potências europeias, passou a ser usada para justificar as intervenções dos EUA (LIVINGSTONE, 2009, p.12-16).

Como enfatizou Nicholas Spykman em 1942:

“O mediterrâneo americano é hoje uma zona em que os Estados Unidos detém uma posição de inquestionável supremacia naval e aérea. Este corpo de água é para todos os efeitos, um mar fechado no qual apenas os Estados Unidos tem as chaves [...] O comércio internacional da região está à mercê dos Estados Unidos, e os estados litorâneos podem ser bloqueados e cortados de seu

---

<sup>61</sup> Tradução pelo autor.

acesso ao mercado mundial com a maior facilidade”<sup>62</sup> (SPYKMAN, 1942, p. 60).

A América Central, ou América Mediterrânea, era percebida na política externa dos EUA como uma de área de influencia inegável, na qual nenhuma outra potência seria capaz de projetar poder sem antes desarticular os próprios recursos de projeção de poder dos EUA. Contudo, até os anos de 1940 a extensão geográfica da esfera de influência dos EUA não abarcava diretamente toda América Latina. A capacidade de projeção militar dos EUA se restringia principalmente aos países banhados pelo mar do Caribe, de tal forma que o Império Britânico ainda mantinha no restante da região certo domínio dos mares. Apenas durante e após a Segunda Guerra Mundial os EUA passaram a deter os meios materiais que lhe davam supremacia marítima poder em todo hemisfério. Após a Segunda Guerra Mundial, os EUA assumiram a posição de hegemonia e supremacia no sistema internacional, que implicou na divisão das áreas de influência entre a URSS e os EUA. A América do Sul passou a ser uma região central para os EUA, sobretudo como campo de batalha ideológica entre capitalismo e comunismo. Como expressão desta lógica, jaz a declaração feita pelo presidente norte-americano J. F. Kennedy durante a crise dos mísseis em Cuba em 1962:

“A Doutrina Monroe significa a mesma coisa que significou desde que o presidente Monroe e John Quincy Adams a enunciaram, e isso significa que nós nos opomos a uma potência estrangeira estendendo seu poder para o Hemisfério Ocidental. E é por isso que nós nos opomos a que está acontecendo em Cuba hoje. É por isso que cortamos o comércio. É por isso que nós trabalhamos na OEA e de outras formas para isolar a ameaça comunista em Cuba. É por isso que nós vamos continuar a destinar uma boa parte dos nossos esforços e atenção a essa questão.”<sup>63</sup>

Ao relembrar a Doutrina Monroe, Kennedy reassume as diretrizes de política externa segundo o qual os Estados Unidos se opõem a qualquer intervenção estrangeira no Hemisfério Ocidental. Nesse

---

<sup>62</sup> Tradução pelo autor.

<sup>63</sup> Fonte: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=8839>. Data de acesso: 3/05/2014.



sentido, o combate ideológico da URSS e do comunismo segue a mesma política de manutenção de uma área de influência estratégica no continente. A segurança hemisférica, desde o princípio da expansão do poder dos EUA, torna-se a pedra fundamental para a manutenção do status de superpotência. Percebia-se desde muito cedo que o isolamento geográfico no continente americano evitava maiores dispêndios com a proteção fronteiriça e com ameaças geopolíticas tradicionais. O presidente Richard Nixon que manifestou melhor essa idéia: “Se os EUA não podem controlar a América Latina, não podem esperar alcançar uma ordem de sucesso em outras partes do mundo (...)”<sup>64</sup>.

Durante os anos da Guerra-Fria, os EUA utilizaram sua ampla vantagem marítima para projetar seus interesses por todo o globo, na tentativa de conter o avanço do comunismo e garantir a abertura das principais rotas de comércio mundial. O conflito bipolar atingiu mais profundamente a Ásia, mas a América Latina não escapou ileso das intervenções políticas e militares dos EUA. Nesse período, a América Latina sofreu um aumento no número de intervenções dos EUA, justificadas sob a rubrica da contenção *anti-commintern*. O principal meio de política coercitiva dos EUA na América Latina foi a guerra de contra-insurgência, projetada para policiar internamente as ditaduras apoiadas pelos EUA e para evitar possíveis desafios para os governos pró-EUA. A contra-insurgência foi oficialmente codificada e formalmente usada como uma parte central da política coercitiva dos EUA durante a Administração do Presidente Kennedy no Foreign Assistance Act 1961 <sup>65</sup>. Nesse documento ficou codificado o mecanismo de envio de ajuda econômica e militar para os países da América Latina. Na prática, a ajuda através de financiamento, treinamento e equipamento aos países latino-americanos tinha o intuito de aumentar os laços militares bilaterais e incentivar o desenvolvimento econômico orientado para o capitalismo (MARTINS FILHO, 1999, p.76).

Portanto, a doutrina militar dos Estados Unidos para a América Latina durante a Guerra Fria buscava incentivar e patrocinar o aumento da capacidade das forças armadas de países da região com o intuito da

---

<sup>64</sup> Fonte: <http://www.chomsky.info/articles/20090830.htm>. Data de acesso: 04/05/2014

<sup>65</sup> Fonte: <http://www.house.gov/legcoun/Comps/Foreign%20Assistance%20Act%20Of%201961.pdf>. Data de acesso: 04/05/2014

fortalecer a "defesa interna". Os programas de assistência militar e treinamento eram oferecidos a agentes públicos locais. A Escola das Américas, sediada no Panamá naquela época, teve papel fundamental no treinamento do aparato ditatorial dos regimes políticos na América do Sul nesse período. Além disso, em diversas ocasiões os EUA se comprometeram e apoiaram golpes militares na região sob a justificativa do combate à ameaça comunista.

As bases militares foram uma forma importante da extensão da presença militar norte-americana na região. Para Lutz (2010), os Estados Unidos tem operado bases militares na América Latina desde o início do século XX, quando se estabeleceram os primeiros acampamentos do exército em Cuba (durante a Guerra Hispano-Americana) e no Panamá em 1903. Essas bases têm servido explicitamente para projetar e proteger o governo dos EUA e os interesses comerciais na região como parte de um projeto de império. Durante a Guerra Fria, os EUA espalharam bases militares pelo mundo com o objetivo de proteger regimes aliados de uma guerra convencional com a URSS. Na América Latina, apenas quatro países possuíam bases militares, Bermuda, Cuba, Panamá e Porto Rico. Apesar disso, o envolvimento político e militar na região era garantido através dos canais não oficiais, financiando e ou apoiando golpes militares. As ditaduras militares que se disseminaram pela região, alinhadas com os interesses de Washington, garantiam seu controle sobre a política e os rumos latino-americanos.

Com o passar do tempo, novos tópicos apareceram na agenda de política externa dos EUA para América Latina, nomeadamente o tráfico de drogas e as migrações. A quantidade de cocaína que começou a entrar nos EUA aumentou de forma constante nos anos 1980 e poderosos cartéis de drogas surgiram na Colômbia. Ainda durante os anos da Guerra Fria, na administração Reagan, sob a justificativa do combate ao comunismo no subcontinente, os EUA passaram a associar o tráfico de drogas aos grupos comunistas que “conspiravam contra os regimes democráticos” da região. Já em 1982, foi aprovada no Congresso dos EUA a *Defense Authorization Act* que permitia o Exército norte-americano participar na luta contra as drogas (SANTOS, 2007, p.178).

Ao mesmo passo, durante o governo Reagan, a crise da dívida tornou os países latino-americanos extremamente vulneráveis às pressões do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Em um quadro de graves dificuldades econômicas, a vulnerabilidade dos países latino-americanos permitiu a Washington trazer a Guerra Fria para o âmbito hemisférico no sentido de controlar a política interna

desses países (VIZENTINI, 2001). Foi nesse período que o governo dos EUA estabeleceu a Certificação, um processo no qual o congresso norte-americano passou a monitorar e avaliar os esforços no combate ao narcotráfico na América Latina, impondo sanções aos governos que não contribuíssem de forma satisfatória. As sanções incluíam a suspensão de ajuda econômica, além de sanções comerciais e vetos a empréstimos de organismos internacionais de crédito como o FMI e o Banco Mundial. Assim, o cenário de instabilidade na América Latina, adjunto às pressões da política de segurança da *National Security Decision Directive* (NSDD) de 1986, levaram à rápida associação do narcotráfico ao combate do comunismo e justificaram ideologicamente as intervenções na região. No caso Iran-Contras em Honduras a ajuda militar dos EUA aumentou vinte vezes entre 1980 e 1984, de 4 milhões para 78,5 milhões dólares, enquanto a ajuda econômica triplicou para 168 milhões dólares (LIVINGSTONE, 2009, p.97).

A vitória na Guerra Fria no final da década de 1980 não alterou a condição de envolvimento dos EUA na América Latina, uma vez que a justificativa do combate ao comunismo foi rapidamente substituída pela questão do narcotráfico, que intensificou a militarização do assunto dentro da política armamentista de Reagan. Por conseguinte, durante o governo G. H. W. Bush se consolidou a expressão “guerra às drogas” através do *National Defense Authorization Act* de 1989, que possibilitou maior apoio do DoD no combate ao narcotráfico na América Latina. Também nesse governo se aprofundaram as ações militares, principalmente com a Estratégia Andina de 1989, que permitiu o envio de tropas e a ampliação da ajuda econômica, militar e policial aos países andinos para combate ao narcotráfico (SANTOS, 2007, 180).

A partir daí se iniciaram uma série de iniciativas para militarizar ainda mais os conflitos internos na América Latina. Cabe aqui ressaltar que esse processo toma forma mais expansiva na América do Sul, especificamente na região do arco andino. Dessa forma, pela primeira vez na história da política externa dos EUA a América do Sul passou a ser mais importante que a América Central e o Caribe. Logo, a guerra às drogas se tornou a principal arma de dominação política e cultural dos EUA para região, que, durante a década de 1990 entrava em um período economicamente instável de recuperação após a crise da dívida. Além disso, em 1990 os EUA experimentam uma ampliação do poder militar e político característico da fase da Belle Époque de sua hegemonia, e a situação de unipolaridade, que conduziu a grande estratégia norte-americana à um período de redefinição e reafirmação de sua hegemonia.

Logo, apesar da diminuição do orçamento de defesa dos EUA durante a década de 1990, ocorre um aumento da militarização das questões na América Latina. Essa dinâmica deve ser entendida a partir da perspectiva da reorganização das forças militares dos EUA após a vitória da Guerra Fria. Os recursos passaram a ser abundantes no estoque de poder dos EUA e seu emprego passou a ser pulverizado em áreas que anteriormente não eram de prioridade militar imediata. Além disso, como vimos no capítulo anterior, o começo da década de 1990 foi marcado pela retração dos gastos militares nos EUA, marcada por uma percepção da necessidade de diminuir o aparato militar que estava destinado a luta contra o comunismo, juntamente à promessa de um novo paradigma tecnológico-militar na RMA. Assim, a vitória no conflito bipolar relaxou momentaneamente as pressões sobre o orçamento federal dos EUA e liberou recursos para a América Latina - sobretudo na guerra às drogas. A exemplo, o Comando do Sul<sup>66</sup> (*SouthCom*), responsável por uma complexa rede de funções e instalações militares na América Latina, passou por um processo de reorganização dos seus quadros e de sua infraestrutura, alterando o foco de ação do combate ao comunismo para o combate ao narcotráfico.

O momento de unipolaridade dos EUA trouxe reflexos imediatos no envolvimento na América Latina, já que o ator hegemônico passou a agir de forma unilateral e oportunamente para remodelar o espaço geopolítico; por exemplo, a invasão e deposição de Noriega no Panamá, em 1989, e a prisão de Humberto Álvarez Machaín<sup>67</sup> em território Mexicano sem consulta às autoridades locais. Para Santos (2007, p.180), essas operações militares geraram grande desconfiança nos países da região em relação aos mecanismos de combate ao narcotráfico utilizados pelo governo de George H. W. Bush. Em resposta, na Cúpula de Cartagena (1990) e de Santo Antônio (1992), os EUA propuseram maior participação dos países latino-americanos no combate ao narcotráfico, sobretudo através do uso da força militar. A resistência dos países sul-

---

<sup>66</sup> Após alterações em 1996 e 1997 a área de atuação do Comando do Sul passou a compreender a massa de terra da América Latina abaixo do sul do México e as águas adjacentes à América Central e América do Sul e o mar do Caribe. Além disso, em 1 de Outubro de 2000, USSOUTHCOM assumiu a responsabilidade das águas adjacentes no quadrante superior acima do Brasil, que estava anteriormente sob a responsabilidade da USJFCOM.

<sup>67</sup> Machaín era acusado de participar do assassinato de um agente do DEA no México.

americanos levou Washington a aceitar a inclusão de medidas socioeconômicas para combater o problema das drogas. Foi a recusa de alguns países, sobretudo sul-americanos, à intervenção militar direta contra o narcotráfico que impôs uma nova dinâmica de engajamento com a região, a chamada “guerra de baixa intensidade”. A estratégia de baixa intensidade era composta pelo envio de recursos militares e econômicos para que os países pudessem implementar suas próprias formas de combate interno. Os EUA aumentaram os vínculos com os setores militares dos países da região, estreitando os laços pessoais entre suas forças armadas e provendo treinamento e equipamento para essas forças locais. Essa também era uma forma de garantir que os equipamentos militares produzidos nos EUA encontrassem mercado nesses países, dada a retração do orçamento militar durante o governo Clinton.

Dentro dessa lógica, durante a administração Clinton, a prioridade da política externa dos EUA para a América Latina se manteve estável se comparada a administração Reagan. A quantidade de ajuda militar e policial enviada para a América do Sul se manteve constante, aumentou 48 milhões de dólares entre 1996<sup>68</sup> e 1998<sup>69</sup>. O envio de ajuda econômica seguiu o mesmo padrão de elevação, e foi incrementado em 37 milhões de dólares para o mesmo período<sup>70</sup>. Além disso, em 1997, Clinton pôs fim à proibição de venda de armas de alta tecnologia, tais como aviões de caça, para o Hemisfério Ocidental. Essa mudança foi uma tentativa de aumentar o mercado desses equipamentos para o então enfraquecido complexo industrial militar norte-americano. Contudo, nenhuma venda desses equipamentos para a região se efetivou desde então.

### 3.2 POLÍTICA DE SEGURANÇA DOS EUA PARA AMÉRICA DO SUL/AMÉRICA LATINA DURANTE O GOVERNO GEORGE W. BUSH

É bastante comum para analistas políticos afirmar que a política externa do governo George W. Bush abdicou da América Latina. Embora seja verdade que as ações foram limitadas por causa dos

---

<sup>68</sup> O período de 1996 e 1998 não compreende todo o governo Clinton, porém não foram encontrados dados para os períodos anteriores.

<sup>69</sup> Fonte: <http://securityassistance.org/>. Data de acesso: 8/05/2014

<sup>70</sup> Idem.

esforços no Iraque e no Afeganistão, a realidade é que os EUA nunca ficaram completamente alheios à América Latina. A administração Bush engajou-se direta e indiretamente com região, primeiro sob a cobertura da guerra as drogas e, mais tarde, com a guerra ao terror. Nos oito anos de governo G. W. Bush, os EUA expandiram inicialmente sua presença militar e de inteligência em toda a América do Sul e Central, contudo com o aprofundamento do cenário de super-extensão imperial resultante do fracasso do governo G. W. Bush essa tendência se reverteu na administração de Obama.

Uma das promessas da candidatura G. W. Bush para as eleições do ano 2000 era o aprofundamento das relações com a América Latina, sobretudo a América do Sul<sup>71</sup>, uma vez que para o futuro estadista, o governo anterior havia negligenciado a região. Assim, para entender o governo George W. Bush na América Latina devemos olhar a base política do partido Republicano e sua influência no direcionamento da política externa dos EUA. Como demonstramos no capítulo 2, o ano de 1998 foi paradigmático para a política externa dos EUA, nomeadamente a influência do partido Republicano no Congresso e os *think-thanks* neoconservadores do PNAC no Congresso - que mais tarde se ratificaram na eleição de Bush em 2001. De tal modo que, antes mesmo de assumir a presidência, já era possível observar uma alteração da grande estratégia norte-americana, e, conseqüentemente os sinais de uma política externa de segurança unilateralista e imperialista. Essa nova visão atingiu profundamente as relações com América do Sul.

Dessa forma, ainda no governo Clinton, os EUA arquitetaram junto ao presidente colombiano Andrés Pastrana um plano para controlar o cultivo de coca na região andina, com objetivo de combater

---

<sup>71</sup> Durante discurso de campanha em 2000 G. W. Bush enfatizou maior comprometimento com a região: "O nosso futuro não pode ser separado do futuro da América Latina", disse Bush. " Se eu me tornar presidente, vou olhar para o sul e não como uma reflexão tardia, mas como um compromisso fundamental." Mas o fato do presidente republicano questionar as políticas do antigo presidente democrata em nada tem a ver com as ações relacionadas ao plano militar. Indagamos aqui que provavelmente o presidente republicado tenha criticado a não obtenção de um acordo no plano econômico, dadas as resistências a ALCA.

Fonte: <http://www.nytimes.com/2000/08/26/us/2000-campaign-texas-governor-bush-vows-put-greater-us-focus-latin-america.html?pagewanted=all&src=pm>.

Data de acesso: 05/05/2014

o tráfico de drogas. O Plano Colômbia, como ficou conhecido, era inicialmente um programa previsto para o período entre 2000 e 2005, com um orçamento total 5,4 bilhões de dólares para toda a região andina, na qual, a Colômbia se tornou o foco principal, recebendo em média entre 60% e 70% dos recursos<sup>72</sup>. Antes mesmo da divulgação oficial do Plano Colômbia, nos anos entre 1998 e 2000, os programas de ajuda policial e militar para toda América do Sul saltaram de 217 milhões de dólares para 939 milhões de dólares, um aumento de 330%; e os programas de ajuda econômica passaram de 211 milhões de dólares para 550 milhões de dólares no mesmo período, um aumento de 160%<sup>73</sup>. Após os ataques terroristas de 11 de setembro a prioridade para a região arrefeceu momentaneamente, devido a um novo enfoque para a política externa de segurança norte americana, o Oriente Médio. Em 2001 a ajuda policial e militar para a América do Sul decaiu 177% em relação ao ano de 2000<sup>74</sup>.

Passado o choque inicial dos ataques de 11 de setembro, Bush voltou a priorizar a região. Entre 2002 e 2003, o Pentágono buscou uma mudança de lei para usar o dinheiro designado às políticas antidrogas para fins de luta contra o terrorismo em todo o Hemisfério Ocidental. Isso deu ao Departamento de Defesa tremenda margem de manobra para usar seu orçamento para o envio de ajuda militar para região. Ainda em agosto de 2002, o Congresso aprovou um pedido da Administração Bush para permitir que a ajuda militar e policial destinada à Colômbia ajudasse a financiar uma "campanha unificada" contra as drogas e contra a guerrilha das FARC e o ELN - bem como (aparentemente) os paramilitares da AUC. Desde 2002, as armas e equipamentos fornecidos para a "guerra às drogas" passaram a ser utilizados na guerra civil colombiana.

Dentro dessa lógica, os EUA promoveram através da Organização dos Estados Americanos (OEA) uma nova definição de "segurança" para a região. Em 2003, a OEA aprovou uma declaração<sup>75</sup>

---

<sup>72</sup> O Plano Colômbia foi acompanhado pela Iniciativa Regional Andina em 2003, que envolvia Colômbia, Peru, Equador, Bolívia, Brasil, Venezuela e Panamá, no entanto, a maior parte do dinheiro incluído no plano foi destinado à Colômbia.

<sup>73</sup> Fonte: [usgovernmentdebt.us](http://usgovernmentdebt.us). Data de acesso: 05/05/2014

<sup>74</sup> Fonte: <http://securityassistance.org/>. Data de acesso: 05/05/2014

<sup>75</sup> Fonte: [www.oas.org/csh/ces/documentos/CE00352P01.doc](http://www.oas.org/csh/ces/documentos/CE00352P01.doc). Data de acesso: 05/05/2014

de segurança com base no conceito de "segurança humana", em detrimento do conceito de segurança nacional. De acordo com a nova doutrina uma série de fatores poderiam ser classificados como ameaça: pobreza; HIV-AIDS; violência de gangues; terrorismo; e catástrofes naturais. Enquanto a doutrina deixava claro que as instituições apropriadas deveriam responder a essas ameaças, o resultado foi que nas reuniões de líderes militares do hemisfério surgiu uma maior preocupação com esses temas<sup>76</sup>. Ou seja, o antigo inimigo *commitem* foi substituído pelo terrorismo e outros temas difusos de segurança pública.

A ampliação do conceito de "ameaça potencial" beneficiou diretamente a idéia de militarização promovida pela Administração Bush, da mesma forma que o terrorismo internacional serviu para confundir a comunidade internacional na justificativa da guerra do Iraque em 2003. Assim, a partir da nova dimensão de ameaça, qualquer atividade ilegal transfronteiriça poderia ser definida como uma "potencial" ameaça terrorista. Deste modo, logo pós os atentados de 11 de setembro, a mudança de concepção de ameaça dos EUA ajudou a incorporar a guerra às drogas à guerra ao terror.

### 3.2.1 As bases militares na América Latina

Pautado pela nova concepção de ameaça e a vontade de aprofundar a influência na América Latina, os EUA começaram a expandir o número de instalação de bases militares na região<sup>77</sup>, no ano 2000 as principais bases militares norte-americanas na América Latina podiam ser elencadas: Roosevelt Roads em Porto Rico, Guantanamo Bay em Cuba, Manta no Equador e Soto Cano em Honduras. Porém, em 1999, um evento fundamental alterou a capacidade de projeção de forças militares dos EUA para a zona dos andes. É nesse ano que o Tratado do Canal do Panamá, de 1977, exige que o controle do canal passe definitivamente para o Panamá, determinando a retirada de todas as tropas dos EUA do país até 31 de dezembro daquele ano e decretando o fechamento da base aérea de Howard.

---

<sup>76</sup> Fonte: <http://www.lawg.org/storage/documents/below%20the%20radar.pdf>.  
Data de acesso: 07/05/2014

<sup>77</sup> A expansão de bases militares norte-americanas foi um evento global após o 11 de setembro, que concentrou-se no Oriente Médio e na América do Sul.



Porém, as características do tipo de conflito trans-fronteiriço que pautava a guerra às drogas e a guerra ao terror fez com que uma presença estática e concentrada se tornasse ineficiente. Juntamente à dificuldade de identificar o “novo inimigo”, a difusão do conceito de ameaça estimulou um novo método de operações. Baseando-se na promessa da RMA, os EUA passaram a adotar novas tecnologias de vigilância e ataques com PGM<sup>78</sup> na Colômbia. Para isso, foram necessárias instalações menores, com maior capacidade de mobilidade e capaz de integrar o novo sistema de armas<sup>79</sup>.

Como resposta, logo após a perda do controle do canal no Panamá, as Forças Armadas dos EUA na região buscaram uma atuação mais flexível e, em 1999 e 2000, o governo dos EUA buscou reestabelecer a capacidade de operações aéreas antinarcóticas da Força Aérea dos EUA. A solução veio com a figura das *Forward Operation Location's* (FOLs) mais tarde renomeadas<sup>80</sup> para *Cooperative Security Locations* (CSL). As FOLs tem um papel essencial no novo modelo de combate ao narcotráfico, pois permitiram missões de reconhecimento aéreo e monitoramento das áreas de produção e tráfico de drogas. A implementação das FOLs com os países sedes foi acertada através de acordos provisórios de dez anos. Esses acordos consentiram o estabelecimento de instalações militares nas quais um pequeno número de militares norte-americanos (e de outras agencias) pudessem atuar dentro do território do país sede<sup>81</sup>. Cinco locais podem ser identificados como FOLs: O aeroporto internacional de Reina Beatrix em Aruba; o aeroporto internacional de Hato em Curaçao; o aeroporto internacional de Eloy Alfaro, em Manta no Equador; o aeroporto internacional de San

---

<sup>78</sup> Fonte: <http://www.washingtonpost.com/sf/investigative/2013/12/21/covert-action-in-colombia/>. Data de acesso: 08/05/2014

<sup>79</sup> Fonte: [http://www.upi.com/Business\\_News/Security-Industry/2003/12/16/Analysis-US-base-plans-shakes-up-allies/UPI-96741071590075/](http://www.upi.com/Business_News/Security-Industry/2003/12/16/Analysis-US-base-plans-shakes-up-allies/UPI-96741071590075/). Data de acesso: 08/05/2014

<sup>80</sup> A mudança de nome está baseada na percepção negativa do primeiro conceito, que tem conotação de uma base militar avançada. A nomenclatura CSL tenta diminuir essa conotação negativa, empregando o conceito de cooperação. Para o presente estudo será mantido a nomenclatura original.

<sup>81</sup> Estas instalações são de posse dos países sedes e continuam a ser operadas pelo país anfitrião, e não são consideradas bases norte-americanas nos documentos oficiais do DoD. No entanto, elas muitas vezes têm as mesmas finalidades de uma base militar convencional.

Salvador, através da Base Aérea de Comalapa; e a Base Aérea de Tres Esquinas, em Caquetá na Colômbia.

Portanto, a partir de 2000, as FOLs advieram para suprir uma demanda que havia sido cortada com o fim da concessão da base de Howard no Panamá, da qual sua ausência incidia aumento dos custos logísticos para as operações da Força Aérea dos EUA na região, uma vez que a maior distancia da central região andina comprometeria a capacidade operacional das missões de monitoramento e vigilância. As FOLs suprimiram o problema logístico, garantindo aos EUA a capacidade de projetar operacionalmente suas missões militares na região andina. A expansão das FOLs foi uma estratégia do Comando do Sul para replicar integralmente o nível de detecção e monitoramento que era obtido a partir da antiga Base Aérea de Howard, sem aumentar os custos ou ritmo operacional dos serviços. Como resultado, foram realizados esforços significativos de construção de infraestrutura para expandir a capacidades das FOLs em Curaçao, Aruba, San Salvador, Colômbia e Equador, entre 2000 e 2010. A distribuição geográfica das forças militares dos EUA na América Latina fica evidente na localização das FOLs: três na região do Caribe e América Central e duas<sup>82</sup> na América do Sul, no arco andino.

Os EUA também instalaram radares para fiscalizar e deter ações de tráfico de drogas na região. Dentre os locais onde tais radares foram instalados, podem-se citar a cidade de Letícia, na fronteira da Colômbia com o Brasil; Andoas, no norte do Peru e próximo à fronteira entre Colômbia e Equador; Marandua, na fronteira da Colômbia com a Venezuela; em Riohacha, na costa atlântica da Colômbia. Em 2005, os EUA contavam com 17 radares na região, sendo que em cada um há um total de 36 a 45 militares. A partir dos locais onde se sabe que as CSL e os radares foram instalados, percebe-se que o interesse dos EUA foi de incrementar as operações de vigilância na Colômbia através do monitoramento dos espaços aéreo e fluvial do país. Ao mesmo tempo,

---

<sup>82</sup> Durante a pesquisa não foi encontrada nenhuma evidencia de uma possível FOL norte-americana no Paraguai em Mariscal Estigarribia. Por outro lado, uma comunicação entre a embaixada dos EUA em Assunção demonstrou preocupação com não assinatura do Paraguai ao American Servicemembers' Protection Act, o acordo de imunidade jurídica para soldados norte-americanos. Fonte: <https://wikileaks.org/cable/2005/07/05ASUNCION869.html>. Data de acesso: 08/05/2014

tais instalações coincidiram com as regiões ricas em recursos naturais energéticos da região andina.

### 3.2.2 O plano Colômbia

No gráfico 4, podemos observar a distribuição de ajuda militar e econômica para a América Latina e os principais receptores regionais, Bolívia, Equador, Peru, México e Colômbia, além dos fundos regionais especiais:

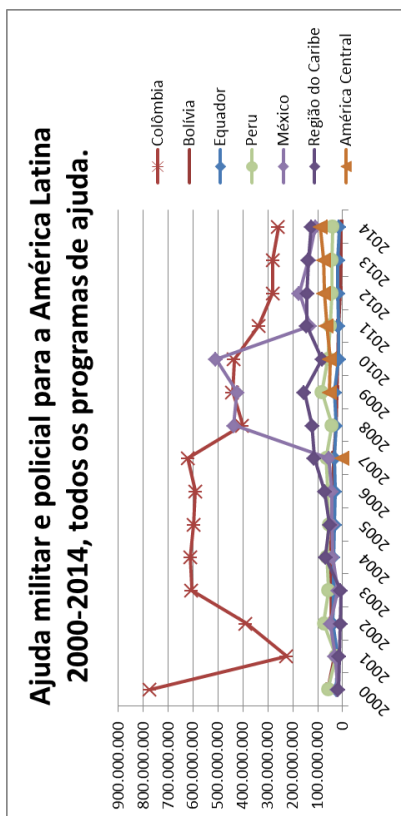


Gráfico 4 Ajuda militar e policial para a América do Sul 2000-2014, todos os programas. Valores em dólares. Fonte: justf.org Formulação própria.

A priorização da Colômbia é um fato a ser destacado. Entre 1988 e 2006, a Colômbia recebia sozinha mais ajuda militar e econômica que a soma de todos os outros países sul-americanos juntos, apesar de Peru, Bolívia e Equador também receberem assistência de segurança substancial através da Iniciativa Regional Andina desde 2000. Assim, para entender a distribuição de recursos, devemos considerar que a militarização da região durante a Administração George W. Bush acompanhou o processo de escalada armamentista da política externa norte-americana influenciada pelo projeto neoconservador. De tal modo que o Plano Colômbia foi inserido na estratégia norte-americana de combate ao terrorismo, transformando o governo de Uribe num grande aliado da nova política de segurança dos EUA. Segundo Santos (2010, p.76), “(...) o conflito interno colombiano se transformou numa frente adicional da guerra dos EUA contra o terrorismo internacional, com os norte-americanos ampliando o seu papel na situação doméstica colombiana, mediante seus diagnósticos, políticas e interesses.”

Para os neoconservadores da administração Bush, a ascensão de governos populistas de esquerda na América Latina era uma situação preocupante<sup>83</sup>. Nesse contexto, Uribe foi altamente valorizado como um aliado leal na região. Através da Colômbia, a América do Sul se tornou o terceiro principal receptor de ajuda militar dos EUA. Portanto, se analisarmos o enfoque específico na Colômbia, podemos perceber uma estratégia de militarização regional do arco andino por parte dos EUA, que é, historicamente, o período de maior presença militar tradicional norte-americana na região desde sua independência.

Desde 1999, os EUA forneceram o exército e a polícia da Colômbia 22 helicópteros Black Hawk, 3 helicópteros Bell e 80 helicópteros Huey, além de aviões A-37, A-47 aeronaves de transporte de tropas C-130 e aviões leves para pulverização de pesticidas. Os EUA treinaram mais soldados da Colômbia do que de qualquer outro país aparte do Afeganistão, e o número de formandos aumentou consideravelmente desde que Bush chegou ao poder. Mais de 34.000 soldados colombianos foram treinados entre 2001 e 2004. Além disso, o governo G. W. Bush aumentou o limite para o número de pessoal das forças armadas dos EUA na Colômbia para 800 soldados norte-americanos e 600 efetivos de empresas privadas norte-americanas. As

---

<sup>83</sup> Em 2003 Henry Hyde, presidente do House International Relations Committee, apontou a formação de um eixo do mal na América Latina na figura dos presidentes Lula do Brasil, Chavez na Venezuela e Castro em Cuba.

tropas norte-americanas e empresas privadas passaram a realizar uma série de funções na Colômbia: operação de radares, missões de reconhecimento, transporte de tropas colombianas e acompanhamento da Força Aérea colombiana em missões de combate nas áreas controladas pela guerrilha. Além disso, esse efetivo passou a fornecer apoio logístico e o compartilhamento de inteligência na coleta de informações por radares, voos de vigilância, fotografia de satélite, interceptações de comunicação de rádio e telefone e treinamento em interrogação. Segundo matéria divulgada pelo Washington Post em 2013<sup>84</sup>, essas atividades foram incrementadas pelo apoio da NSA e da CIA a partir de 2006, que introduziram a tecnologia de ataques com PGM em um novo modelo de combate às guerrilhas. Assim, ao invés de tentar prender e deportar “narco-trafficantes”, como havia ocorrido no início do Plano Colômbia, a nova estratégia de engajamento passou a ser baseada nos ataques com bombas inteligentes, incorporando a estratégia de execuções extrajudiciais já praticadas pelos EUA no Afeganistão, Iêmen e Paquistão. Nesse contexto que a Força Aérea colombiana bombardeou um acampamento das FARC no Equador em março 2008, matando o líder guerrilheiro Raúl Reyes.

Portanto, a partir da ajuda militar dos EUA, Uribe lançou em maio de 2004 o Plano Patriota, em uma tentativa de erradicar os grupos guerrilheiros das áreas mais remotas da Colômbia. Nesse período inicial do Plano Colômbia, a política militarista parecia começar a dar resultados, uma estimativa do Departamento de Estado dos EUA sugere que o contingente das FARC caíram de 20.000 em 2001 para 10.000 em 2008. Porém, os níveis de plantio de coca nos Andes se mantiveram estáveis, afinal, desde 1980 o número de hectares de coca cultivada na Colômbia, Peru e Bolívia diminuíram apenas 8% (de 176 mil hectares em 1987 para 153 mil hectares em 2011)<sup>85</sup>. Do mesmo modo, segundo um relatório *United Nations World Drug Report* de 2008<sup>86</sup>, o preço da cocaína nos EUA tem, na realidade, diminuído desde a implementação do Plano. Além disso, o número de mortes violentas parece não ter sido

---

<sup>84</sup> Fonte: <http://www.washingtonpost.com/sf/investigative/2013/12/21/covert-action-in-colombia/>. Data de acesso: 08/05/2014

<sup>85</sup> Fonte: [http://www.ciponline.org/images/uploads/Time\\_to\\_Listen.pdf](http://www.ciponline.org/images/uploads/Time_to_Listen.pdf). Data de acesso: 01/05/2014

<sup>86</sup> Fonte: [http://www.unodc.org/documents/wdr/WDR\\_2008/WDR\\_2008\\_eng\\_web.pdf](http://www.unodc.org/documents/wdr/WDR_2008/WDR_2008_eng_web.pdf). Data de acesso: 01/05/2014

afetado pela estratégia militarista de combate ao narcotráfico<sup>87</sup>. Ou seja, o Plano Colômbia, como iniciativa para diminuir o consumo de ilícitos nos EUA, falhou invariavelmente.

O fracasso da guerra às drogas na questão do narcotráfico é reflexo direto da baixa efetividade da estratégia de militarização do conflito. O aumento do envio de recursos militares em nada contribuiu para resolver o problema da oferta de cocaína no mercado norte-americano. Por outro lado, a incorporação de armamento sofisticado - ataques com PMG e os serviços de inteligência prestados pela CIA - se mostraram eficientes no combate às guerrilhas, o que explica em parte a aprovação de 70% de Uribe ao final do seu mandato em 2010<sup>88</sup>.

### 3.3 POLÍTICA DE SEGURANÇA DOS EUA PARA AMÉRICA DO SUL DURANTE O GOVERNO OBAMA

Com a eleição de Obama em 2008 as relações dos EUA com a América Latina pareciam entrar em uma nova fase. Logo após assumir o cargo, em abril de 2009, Obama dava sinais de estar empenhado em iniciar um novo momentum nas relações entre os EUA e a América Latina. Na Cúpula das Américas, em Trinidad, Obama caminhou para apertar a mão de Hugo Chávez, um ato que repercutiu como um bom sinal para os países da região. Contudo, apesar de um início promissor, em 2009, a Administração Obama recusou-se a definir que um golpe militar havia ocorrido em Honduras, apesar de a própria embaixada dos EUA em Tegucigalpa afirmar extraoficialmente o contrário<sup>89</sup>. Além disso, dois meses antes, em meio aos protestos dos países da região, Obama havia apoiado a decisão da Colômbia de efetuar o ataque que matou Raul Reyes em solo equatoriano.

---

<sup>87</sup>

Fonte:

[http://www.banrep.gov.co/sites/default/files/publicaciones/archivos/be\\_746.pdf](http://www.banrep.gov.co/sites/default/files/publicaciones/archivos/be_746.pdf).

Data de acesso: 01/05/2014

<sup>88</sup> Fonte: <http://extra.globo.com/noticias/mundo/futuro-de-uribe-incerto-apos-saida-do-poder-144469.html>. Data de acesso: 01/05/2014

<sup>89</sup> Fonte: <http://www.nytimes.com/interactive/2010/11/28/world/20101128-cables-viewer.html?hp#report/cables-09TEGUCIGALPA645>. Data de acesso: 01/05/2014

O plano de Obama para a América Latina pode ser resumido nos 13 páginas de Partnership for the Americas<sup>90</sup>, um documento de pouca substancia, que não dava nenhum sinal de renovação em relação às dimensões da política latino-americana de segurança. Na verdade, havia uma linha semelhante de continuidade entre Bush e Obama, com ênfase na presença militar tradicional dos EUA. Essa percepção se confirmou em outubro de 2009, quando a Administração Obama catalisou as tensões na América do Sul com a proposta de um novo acordo de cooperação de defesa com a Colômbia. Assim, pode se dizer que Obama abraçou o legado da guerra contra as drogas do governo anterior com algumas modificações, como podemos observar no gráfico 5, que compila toda a ajuda militar e policial em âmbito regional para a América do Sul e para a América Central e Caribe:

---

<sup>90</sup> Fonte: [http://obama.3cdn.net/ef480f743f9286aea9\\_k0tmvyt7h.pdf](http://obama.3cdn.net/ef480f743f9286aea9_k0tmvyt7h.pdf). Data de acesso: 01/05/2014

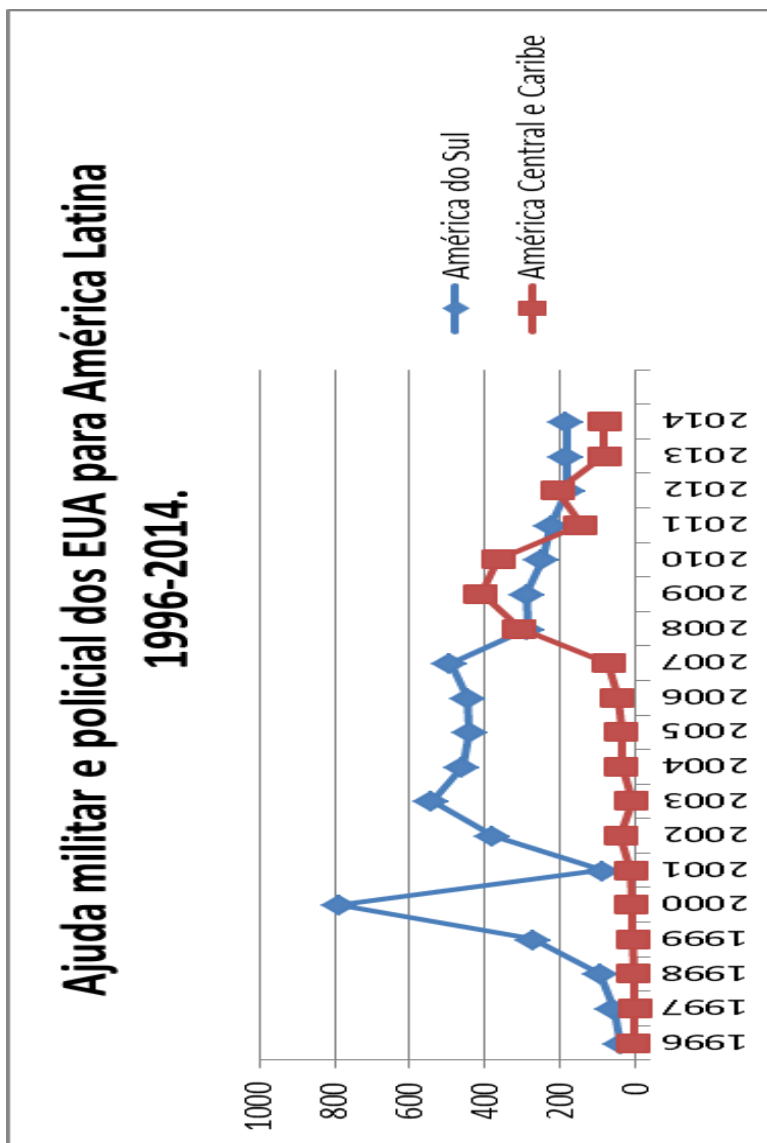


Gráfico 5 Relação entre orçamento de defesa dos EUA e ajuda militar e policial para América Latina 2000-2012. Em milhões de dólares, excluído os recursos para o hemisfério ocidental. Fonte: justf.org Formulação própria.



No gráfico 5 podemos observar duas tendências. Em primeiro lugar, até 2007 os valores destinados aos países sul americanos somam um total de 77% de toda a ajuda militar e policial enviada pelos EUA à América Latina; contudo, após esse ano, principalmente pelo início da *Central America Regional Security Initiative* e a *Mérida Initiative* há uma transposição no montante destinado a América Central e Caribe. Esses dados nos ajudam a entender a mudança de prioridade regional, o que não significou um completo abandono das iniciativas para a América do Sul. A prerrogativa para essa mudança é pautada na valorização da região da América Central e Caribe através de dois novos pacotes de ajuda militar para o combate ao narcotráfico. Ambos são projetos de 2008, do final do governo G. W. Bush, mas que tem continuidade após a posse de Obama. Ou seja, ainda durante o governo G. W. Bush começa a convergir um novo quadro de diferenciação entre a América do Sul e a América Central e Caribe, que fica mais evidente na administração Obama.

Em segundo lugar, já em 2007, percebe-se o início da curva de descenso no envio de ajuda militar e policial para a América Latina. A partir de 2011, observa-se a estabilização e até diminuição no volume de recursos enviados como ajuda militar e policial para a América Latina, quando se dá quase uma equiparação entre os montantes somados para América Central e Caribe e para a América do Sul nos anos de 2011 e 2012. Em 2010 Obama divulga sua NSS<sup>91</sup> que coloca mais ênfase na relação do tráfico de drogas no México, ao invés da Colômbia. Além disso, em 2011 entrou em vigor o *Budget Control Act*, contudo, no Relatório o Congresso<sup>92</sup> sobre o orçamento federal dos EUA, não existe diminuição no montante destinado à ajuda militar e policial. A diminuição inicial de envio de ajuda militar e policial para a América do Sul, segundo Santos (2010, p.82-83), pode ser explicada pela mudança no Congresso norte-americano em 2006, que passou a ter maioria do partido Democrata. Assim, até meados de 2006 o presidente colombiano Álvaro Uribe mantivera uma relação privilegiada com a administração George W. Bush e a cúpula do Partido Republicano, contudo, após as eleições do Congresso, a política externa norte-americana começa a

---

91

Fonte:

[http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss\\_viewer/national\\_security\\_strategy.pdf](http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss_viewer/national_security_strategy.pdf). Data de acesso: 15/02/2014.

92 Fonte: <https://www.fas.org/sgp/crs/row/R42994.pdf>. Data de acesso: 15/02/2014.

divergir sobre a questão colombiana. Assim, em 2007, o Congresso de maioria Democrata votou a renovação do Plano Colômbia, mas alterou a quantidade e distribuição entre ajuda militar e ajuda econômica para a Colômbia. Em 2008, a ajuda militar e policial passou de 619 milhões de dólares para 402 milhões de dólares, enquanto a ajuda econômica passou de 149 milhões de dólares para 252 milhões de dólares<sup>93</sup>. Além disso, o Congresso norte-americano deixou de aprovar o acordo de livre comércio com a Colômbia em 2007, mesmo após ter aprovado acordos similares com Peru e Equador no mesmo ano. Uma das principais vozes de oposição no Congresso era do então candidato a presidente Barack Obama. Como vamos ver a seguir, a retórica de oposição não se manteve, e em 2012 o Congresso aprovou controverso o acordo.

A explicação mais simples para a mudança de foco regional é o deslocamento do tráfico de cocaína da região andina para a América Central. A retórica por trás dessa mudança de estratégia é uma resposta ao que os especialistas chamam de efeito balão. Ou seja, o combate do narcotráfico em uma área leva ao deslocamento para outra área, no caso, os países mais próximos da fronteira com os EUA. Porém, como apontamos anteriormente, todos os objetivos do Plano Colômbia fracassaram, de tal modo que é difícil aceitar esse argumento. Portanto, o aumento inicial de envio de ajuda militar e policial para a América Central e Caribe foi uma mudança de tática da administração Obama, que alterou a estratégia de diminuição da oferta de coca, pela interdição do transporte até a fronteira dos EUA. Como a maior parte da atividade passou a ocorrer em alto-mar ou em águas costeiras, a Força Aérea e a Marinha dos EUA passaram a realizar o enfrentamento direto dos traficantes como prisões, ou apreensão de contrabando, em águas internacionais, nos quais os EUA não têm jurisdição. Como veremos a seguir, essa mudança de estratégia é vista como uma solução para a diminuição da capacidade de operações militares dos EUA na América do Sul.

O fato novo para a questão operacional sobre a capacidade de projeção de poder militar na região é a posse de Rafael Correa no Equador como presidente no início de 2007. Correa prometeu fechar a base de Manta quando o seu acordo para a renovação chegasse ao fim

---

93

Fonte:

<http://justf.org/Country?country=Colombia&year1=2001&year2=2013&fun ding=All+Programs&x=45&y=2>. Data de acesso: 01/05/2014

em 2009. A partir daí os Estados Unidos começaram a dialogar com a Colômbia e o Peru sobre a instalação de FOLs em seus territórios, em uma clara tentativa de manter sua capacidade operacional na região andina, lembrando que Manta era a única base militar convencional em território sul-americano.

O encerramento de Manta em 2009 reacendeu o debate sobre bases militares na região andina com a possibilidade de um novo acordo de cooperação militar entre EUA e Colômbia, que facilitaria o acesso do primeiro à três bases aéreas, em Palanquero, Apiay e Malambo, além de duas bases navais e a duas instalações do Exército dentro do território colombiano. Mais uma vez foi invocado o discurso da interoperabilidade das forças, a partir da ideia das FOLs, no qual os EUA obteriam acesso às pistas de voo para realizar missões de reconhecimento e inteligência com objetivo de combater o tráfico de drogas. Ainda em 2009 o governo Uribe anunciou o acordo para expansão da presença militar dos EUA, todavia, poucos meses depois, a Corte Constitucional colombiana declarou o acordo com os EUA inconstitucional e exigiu que um assunto de tal magnitude passasse pelo Congresso. Com a troca de governo na Colômbia, a nova coalizão do governo Santos decidiu não apresentar o acordo à consideração do Parlamento colombiano.

Em 2009 uma<sup>94</sup> proposta orçamentária da Força Aérea dos EUA apresentado ao Congresso vazou na internet. O documento destacava a importância de uma pista de voo em Palanquero, justificando um aporte de 46 milhões de dólares para melhoramentos de infraestrutura. Segundo o documento oficial a FOL em Palanquero:

“oferece uma oportunidade única para operações de espectro completo em uma sub-região crítica do nosso hemisfério, onde a segurança e estabilidade está sob ameaça constante de: narcóticos que financiam terroristas insurgentes,

---

<sup>94</sup> O documento foi divulgado em maio de 2009, mas após receber críticas de governos da América do Sul, o mesmo foi modificado e republicado em novembro de 2009. Não há mais um link oficial ao documento, mas ele pode ser encontrado em: <http://www.docshut.com/zrzs/department-of-the-air-force-military-construction-program-fiscal-year-fy-2010-budget-estimates.html>. Data de acesso em: 09 dez. 2013.

governos anti-EUA, além de pobreza endêmica e desastres naturais recorrentes.<sup>95,,</sup>

O termo “governos anti-EUA” provocou reações dos governos da região acerca do estabelecimento de novas bases militares, levando à substituição do texto original. Além disso, o texto fazia menção ao incremento de atividades de inteligência, vigilância, reconhecimento e suporte logístico, além de afirmar que a FOL melhoraria a cooperação de segurança e expandiria a capacidade de guerra na região<sup>96</sup>. Assim, o documento demonstra a preocupação da Força Aérea em manter a capacidade logística para operar voos na região após o fechamento de Manta, justificando a alocação de recursos para o melhoramento da infraestrutura em Palanquero: “Não financiar este projeto vai limitar o Comando do Sul a outras quatro FOLs que são restritas para apoiar missões aéreas anti-narcóticos a apenas dois outros locais que, embora não inviabilizem as missões, são demasiado distantes para acomodar os requisitos da atual área de responsabilidade do Comando”.

Em suma, nota-se que a principal preocupação era a perda de capacidade logística para operar voos na área de responsabilidade do Comando do Sul na região mais ao sul do Mar do Caribe, já que, segundo o documento, a base iria dar: “suporte a missões de mobilidade através do acesso a todo o continente sul-americano, com exceção do Cabo Horn (ushuaia)”<sup>97</sup>.

Logo, o fechamento de Manta e a negativa sobre novas FOLs na Colômbia representaram um duro golpe para a capacidade logística das atividades de interdição aérea nos Andes. A Força Aérea dos EUA teve de passar a operar a partir de maiores distancias na região andina, acarretando maiores custos e outros problemas logísticos. Tal cenário ajuda explicar uma desvalorização da região no contexto mais amplo, e ajuda a explicar a mudança de prioridade geográfica do destino da ajuda militar e policial dos EUA na sub-região sul-americana.

Portanto a diminuição da prioridade da política externa dos EUA para a América do Sul durante a administração Obama (apesar da continuidade da política de segurança dos EUA sob a lógica de guerra contra as drogas como parte da guerra ao terror); a priorização da Ásia como enfoque da política de pivô regional sobre a China; a assertividade

---

<sup>95</sup> Idem.

<sup>96</sup> Idem, grifo nosso.

<sup>97</sup> Idem.

dos países sul americanos em relação às políticas militaristas dos EUA, e a conseqüente perda de capacidade operacional na região; levaram a uma diminuição da projeção militar tradicional dos EUA na América do Sul, o que não ocorreu na América Central e Caribe. Nesse contexto específico de diminuição da capacidade de projeção militar dos EUA na América do Sul, o Brasil passou a despontar como agente e ator principal no quadro político regional, sinalizando uma tentativa de estabelecer a liderança nos processos regionais de forma de contemplar seus próprios interesses: estabilidade política e econômica regional e a diminuição da centralidade dos EUA como ator primário na formulação de estruturas de governança em matéria de segurança para os países da América do Sul.

### 3.4 O BRASIL DO SÉCULO XXI E A AMÉRICA DO SUL

O contexto pacífico das relações entre Estados na América do Sul sempre representou uma fonte de estabilidade para o Brasil. Por todo o século XX, o Brasil conseguiu resolver pacificamente todas as suas disputas territoriais com grande parte dos dez países limítrofes, mesmo dividindo 17.000 quilômetros de fronteira seca com eles.(SOARES DE LIMA; HISRT, 2006). . Esse caráter pacífico das relações interestatais na região se aprofundou inicialmente através da aproximação dos governos militares dos então presidentes Figueiredo (Brasil) e Videla (Argentina) na década de 1980. Nessa fase, as políticas de boa vizinhança culminaram em um Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e a Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, firmado pela Declaração de Iguazu em 1985, já no governo Sarney. No acordo Brasil e Argentina abriram mão do uso da energia nuclear para fins militares e contiveram uma possível corrida armamentista nuclear na região, resultando em situação diferente do que ocorreu entre Paquistão e Índia na década de 1990. Essa dinâmica de segurança tornou a América do Sul uma das poucas sub-regiões livres de armamento nuclear. Nesse sentido, a iniciativa brasileira junto a Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1986, ao criar uma Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) - que envolve países sul-americanos e africanos banhados pelo Atlântico Sul - caracterizou um movimento de ampliação dos laços de cooperação pela segurança pela paz no continente sul-americano, no intuito de cultivar um esforço na prevenção da introdução de armas nucleares na região. Esse movimento político tinha como base a eventual limitação da presença militar de potências estranhas no espaço geográfico que compreendia a zona de

influência imediata do Brasil, em uma clara demonstração de contraposto às intervenções armadas de cunho ideológico que se espalharam pelo mundo durante a Guerra Fria.

Com o fim da Guerra Fria se desmantelaram as zonas de influência das duas super-potências e o modelo de intervenções diretas fundamentadas na luta ideológica entre capitalismo e comunismo. Os EUA passaram a valorizar iniciativas econômicas como forma de reestabelecer sua hegemonia e ampliar o sistema internacional baseado em sua liderança. A política norte-americana passou a priorizar acordos comerciais à parte dos fóruns e instituições internacionais que havia criado, e passou a utilizar as instituições internacionais no campo da segurança, como forma de legitimar suas ações militares ao redor do mundo. Esse cenário afetou diretamente o Brasil, assim como os demais países sul-americanos, já que a década de 1990 se desenrolou como uma tentativa de reestabelecimento da hegemonia dos EUA.

Um aspecto dessa transição de um mundo bipolar para um com uma única superpotência militar se deu no âmbito das instituições hemisféricas que regulavam as relações de segurança, como a OEA e o TIAR. Esses aparatos não foram substituídos nem reformulados após o fim do conflito bipolar, o que facilitou a consolidação dos interesses norte-americanos na região (CERVO, 2008).

Dentro desse quadro, a distensão nas relações entre Brasil e Argentina iniciou um movimento de reaproximação comercial entre o Brasil e seus vizinhos. A assinatura do Tratado de Assunção, firmado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, em 26 de março de 1991, que antecipou a criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), foi o primeiro passo de uma aproximação comercial de nível regional. No plano político e de segurança, durante o governo Fernando Henrique elaborou-se em 1996 um documento para nortear as decisões brasileiras no sentido de aprofundar uma união de Estados sul-americanos, essa prerrogativa estava pautada em uma percepção estratégia da consolidação da hegemonia dos EUA no pós-Guerra Fria, que aumentava a possibilidade de ingerências na região (VIGEVANI, OLIVEIRA e CINTRA, 2003, p.43-44). Dentro dessas iniciativas o Brasil sinalizava que daria maior importância à América do Sul, contudo a retórica política não gerou respostas concretas em termos de aproximação política e, em um primeiro momento, o Mercosul serviu apenas como ferramenta para o combate ao plano de criação de um tratado de livre comércio capitaneado pelos EUA, a Área de livre comércio das Américas (ALCA). De um lado o então chanceler Celso Amorim lançou em primeira instância em 1994, e posteriormente na

Cúpula Sul-Americana (I Reunião de Presidentes da América do Sul, Brasília, 2000) a idéia da criação de uma Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA). Essa manobra indicava uma tentativa brasileira em aprofundar os laços comerciais com a América do Sul. Por outro lado, essa iniciativa deixava de lado os temas relacionados à defesa e a segurança na região, temas que ainda eram tratados bilateralmente através de Washington. Nesse contexto os EUA aproveitaram seu período de consolidação como superpotência e ampliaram sua participação militar tradicional no subcontinente (na região andina) através da Certificação e do Plano Colômbia.

### **3.4.1 Aspectos materiais e capacidade militar brasileiros no século XXI**

Uma guinada na efetividade das propostas brasileiras só ocorre após o ano 2000, quando houve se inicia um período de consolidação da posição brasileira no cenário internacional. As bases materiais que advieram o aumento dessa importância fazem, sobretudo, no crescimento econômico que o país experimentou desde o retorno à democracia e à estabilidade monetária - conquistada logo após um período conturbado nas décadas de 1980 e 1990. Além disso, a desconstrução da hegemonia econômica dos EUA a partir do 11 de setembro (especialmente de seu componente de liderança) permitiu um cenário internacional favorável de redistribuição do poder global no qual o Brasil consolidou uma forte base econômica - muito em razão da alta dos preços das commodities internacionais e a expansão do mercado consumidor interno. O avanço econômico que o Brasil disfrutou na última década não chega ao ponto de podermos caracterizar o Brasil como uma grande potência, já que o mesmo carece de capacidades de projeção de poder global, em especial de cunho produtivo. Mas ainda que a posição do Brasil como país semi-periférico seja contraditória ao conceito de grande potência, não é difícil pensar que as assimetrias com seus vizinhos o coloquem no posto de potência regional. Não se pode negar que o país demonstrou nas últimas décadas um grande crescimento econômico, alcançando um patamar confortável entre as dez maiores economias mundiais (mesmo possuindo uma população de “apenas” 200 milhões de habitantes, em contraste com a Índia e a China). Esse crescimento e consolidação em alguns setores primários como a mineração, extração de petróleo e a produção de grãos,

consolidaram uma base econômica estável em um período de fortes turbulências internacionais.

Essa conjuntura só foi possível dentro do caos sistêmico na qual a ordem hegemônica dá cada vez mais sinais de degeneração. Essa é a principal condição explicativa para a emergência de novos polos de acumulação capitalista na periferia do sistema, como no caso brasileiro. Por isso, a categorização do Brasil como potência emergente reflete melhor o quadro de potência subdesenvolvida, ou seja, que possui problemas estruturais socioeconômicos que limitam sua capacidade de projeção poder global e regional (HURRELL, 2013).

Em conta da nova configuração do cenário internacional e do aumento da capacidade econômica brasileira, durante o governo Lula, o Brasil se tornou o único estado sul-americano (e da América Latina) a voltar a tomar o realismo como paradigma de política externa (BERNAL-MEZA, 2010). Após o 11 de setembro, a consolidação geoestratégica do Brasil permitiu uma revisão do cálculo do emprego da força militar na política de defesa e segurança brasileiras. Um elemento-chave do novo realismo do Brasil tem sido a adesão ao conceito de "esferas de influência". Esta abordagem enfatiza uma divisão da América Latina em duas áreas, uma no Caribe que se encontra sob a esfera de influência norte-americana, e outra na América do Sul, sob a influência do Mercosul em expansão, cujo eixo dinâmico do poder é o Brasil (BERNAL-MEZA, 2010).

O novo posicionamento de Brasília na América do Sul resultou em um aumento dos gastos com investimento nas forças armadas brasileiras a partir de 2008, quando é estabelecida a Estratégia Nacional de Defesa (END). A partir da END, o montante destinado a investimentos nas Forças Armadas passou de 3.4 bilhões de reais em 2008 para 10 bilhões de reais em 2012, um incremento de mais de três vezes. A END solicitou uma indústria de defesa interna robusta com capacidade tecnológica para governar gradualmente a necessidade de aquisição de serviços e produtos importados, que se insere na estratégia de assegurar o status de poder militar dominante na região.

Ainda que uma parcela reduzida do orçamento de defesa brasileiro seja realmente investida em reequipamento das forças<sup>98</sup>, a condição econômica do Brasil, principalmente na última década,

---

<sup>98</sup> O Brasil não está no mesmo patamar dos principais gastadores em defesa do mundo, mas em 2012 chegou ao patamar de décimo maior gastador de defesa mundial, segundo dados do SIPRI.



aumentou-se consideravelmente os recursos brutos destinados à reequipagem das forças armadas<sup>99</sup>. Projetos como o submarino nuclear, desenvolvido conjuntamente a França, além de aumento da base produtiva de estaleiros, demonstram uma retomada do Brasil na consolidação da defesa de sua plataforma marítima, o Atlântico Sul.

Entre os principais projetos alavancados a partir da nova END tem destaque: uma parceria junto à África do Sul para a construção de um míssil ar-ar de quinta geração, o A-DARTER; o programa Prosub que através de uma joint-venture com a empresa francesa Cassidian (subsidiária da EADS) prevê a fabricação de submarinos de propulsão nuclear; o desenvolvimento e produção de uma nova aeronave de transporte, KC-390, pela Embraer; a produção de helicópteros EC725 pela Helibras em joint-venture com a empresa franco-alemã-espanhola Eurocopter (EADS); projeto para fabricação de um novo sistema de apoio aéreo, Astros 2020, pela brasileira Avibras; O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) consorciado pela empresa EMBRAER em parceria com a SAVIS e ORBISAT; além dos ainda incipientes: Programa de Obtenção de Meios de Superfície (Prosuper); e programa de Aquisição de Caças de Superioridade Aérea<sup>100</sup> (FX-2).

Em abril de 2008 noticia-se a reativação da quarta frota dos EUA, que tem como área de ação toda costa do atlântico no hemisfério ocidental<sup>101</sup>. Já a END só é assinada em dezembro de 2008. Apesar do documento não ser uma resposta direta ao anúncio da reativação da quarta frota, dado o período de 15 meses de formulação do documento pelo ministro do Planejamento Estratégico, Roberto Mangabeira Unger, é possível vislumbrar uma alteração da política interna brasileira em

---

<sup>99</sup> A composição relativa de gastos com investimento das Forças Armadas brasileiras passou de 11% do total no ano 2000, para cerca de 16% entre os anos de 2008 e 2013. Além disso, segundo o Ministério da Defesa, o orçamento total destinado a defesa passou de 20 bilhões de reais em 2000, para 66 bilhões de reais em 2012, mais de três vezes. Esse salto orçamentário está diretamente relacionado ao incremento do PIB e do orçamento geral da União, que destina cerca de 1,6% do PIB para defesa.

<sup>100</sup> Em dezembro de 2013 foi anunciado o resultado das ofertas do programa FX-2, no qual o governo brasileiro optou pela aquisição do Gripen NG, com um valor total de 4.5 bilhões de USD.

<sup>101</sup> GRAGG, Alan. Navy Reestablishes U.S. 4th Fleet. 2008. Disponível em: <[http://www.navy.mil/submit/display.asp?story\\_id=36606](http://www.navy.mil/submit/display.asp?story_id=36606)>. Acesso em: 13 dez. 2014.

relação ao sistema internacional, uma vez que END confere destaque ao papel das Forças Armadas e reflete a prioridade que o Brasil dá para esse setor no arranjo de forças internacionais. No documento são ressaltadas às aspirações militares brasileiras, prevendo acima de tudo, uma diminuição da dependência tecnológica e a obtenção de meios dissuasórios capazes de deter ações oportunistas de potências externas na sua área de influência<sup>102</sup>.

A END deu grande destaque para a América do Sul, sendo o germe da criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). A ênfase no regionalismo é um reflexo da percepção de um aparato institucionalizado para garantir estabilidade no entorno estratégico do Brasil, evitando assim, maiores dispêndios econômicos, militares e políticos na gestão de crises em países limítrofes. Nesse sentido, tem sido uma característica da política externa brasileira a construção e consolidação de sua zona de influência imediata na América do Sul como uma zona livre de conflitos transfronteiriços.

### 3.4.2 Brasil como motor de integração?

O quadro de fortalecimento econômico e militar dá última década possibilitou ao Brasil despontar economicamente na região, elevando o país a condição de *primus inter pares* na América do Sul. O Brasil passou a concentrar cerca de metade do PIB<sup>103</sup> da América do Sul e a mesma proporção em relação à população. Ao mesmo tempo, as iniciativas brasileiras de integração regional, como a expansão do Mercosul e a proposta de criação da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e do Conselho Sul-Americano de Defesa (CDS), permitiram ao Brasil exercer influência de forma direta sobre alguns governos da região. Essas iniciativas brasileiras contribuíram para o engavetamento do projeto da Alca e a redução da importância do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e da Junta Interamericana de Defesa, que contam com o aval e participação dos

---

<sup>102</sup> ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA. 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm)>. Data de acesso em: 15 dez. 2014.

<sup>103</sup> Segundo o *World Economic Outlook* do FMI o PIB brasileiro é hoje cerca de 21% maior que a soma de todas as outras economias da América do Sul. Nos anos de 2010 e 2011 essa proporção chegou a 46%. Valores em preços constantes, formulação própria.

Estados Unidos. O TIAR, especificamente, tornou-se um mecanismo ideologicamente oposto às propostas encabeçadas pelo Brasil, como a Unasul e o CDS. O protagonismo brasileiro implica um conflito indireto entre duas idéias/proposições bastante distintas na formulação e constituição dos fóruns de diálogo nas questões de segurança, uma antinomia entre um projeto hemisférico influenciado pelos EUA e outro brasileiro (mais coerente com as demandas de autonomia frente aos EUA apresentadas também por outros Estados sul-americanos, especialmente os membros da ALBA).

Nesse sentido, ainda que após o 11 de setembro tenha havido uma reincorporação da América do Sul (da região andina, especialmente) ao espaço de operações militares dos EUA com o Plano Colômbia e a Iniciativa Andina, os países da região produziram uma resposta de cooperação política ao aceitarem as propostas brasileiras. Como bem aponta Fletes (2010, p.424), essas iniciativas se dividiram em duas lideranças regionais, o Brasil através da Unasul e do CDS, e a Venezuela, com a ALBA:

O CDS, como iniciativa brasileira, é um mecanismo que busca consolidar as bases da liderança brasileira sob três pontos. Em primeiro lugar consolidar o status de potência regional do Brasil e promover suporte a suas ambições de se tornar um membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Em segundo lugar, pode ser visto com uma contra-iniciativa brasileira ao estabelecimento de forças armadas comuns pela Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), promovida pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez. Em terceiro lugar, o CDS almeja excluir Estados Unidos (e México) das questões de segurança da América do Sul, substituindo os mecanismos de resolução de conflito da Organização dos Estados Americanos (OEA).

A proposta brasileira foi a que obteve maior aceitação por parte dos governos sul-americanos, que aceitaram até certa medida a participação ativa do Brasil através da Unasul como mediador nos conflitos entre Equador e Colômbia e entre Colômbia e Venezuela - além de fazer uma intervenção discreta para impedir que o conflito interno na Bolívia se transformasse em uma guerra de secessão territorial - de tal modo que o Brasil assumiu, ainda que de forma

comedida, a condição de potência regional, já que se tornou um ator preponderante nas discussões de segurança da região.

Pelo lado da Unasul, caracterizou-se inicialmente uma tentativa de convergência de políticas de segurança que pretendia intensificar outros processos de integração em curso na região, como a integração entre a Comunidade Andina de Nações e o Mercosul. A forte tendência do Brasil a rejeitar acordos comerciais com os EUA é bastante coerente com esse propósito. Contudo, as principais conquistas se realizaram ao redor do tema da segurança regional. Através do CDS, o Brasil foi protagonista, em 2009, frente ao possível novo acordo de bases militares entre a Colômbia e os EUA. Os países da Unasul se reuniram em Bariloche na Argentina para discutir o tema e em conjunto divulgaram uma declaração final recomendando que a América do Sul deveria ser uma "zona de paz" e relatando o compromisso dos países da Unasul em respeitar a "integridade territorial" de todos os estados membros. Também se aproveitou a oportunidade para reafirmar que a presença de forças militares estrangeiras não poderia ameaçar a soberania e a integridade de qualquer nação sul-americana e, como consequência, a paz e a segurança da região. Em outras palavras, os governos chegaram a um acordo com a Colômbia de que as forças militares dos EUA não poderiam usar estas bases para operações fora da Colômbia.

Em 2010, a crise institucional no Equador e um golpe de Estado em Honduras geraram uma reflexão sobre a manutenção da normalidade democrática. Em contraste com as incongruências nas declarações da chancelaria norte-americana em Honduras, a resposta da Unasul foi rápida ao apoiar o reestabelecimento dos regime democrático. Além disso, no mesmo ano, os chefes de Estado da Unasul decidiram incorporar o Protocolo Adicional ao Tratado Constitutivo Sobre o Compromisso com a Democracia, no qual foram estabelecidas medidas em forma de sanção econômica a serem adotadas pelos Estados Membros da Unasul em situações de ruptura da ordem constitucional.

Os Estados sul-americanos passaram a colaborar em matéria de segurança regional frente à ameaça da presença militar dos EUA na região. Fortalecido, o Brasil passou a protagonizar as ações institucionais frente a esse problema, investindo em ações coletivas e na formação de consenso através da Unasul e do CDS. Por outro lado, a ALBA, como iniciativa venezuelana e caribenha, adotou uma estratégia de confrontação mais direta (às vezes apenas retórica) às políticas de segurança dos EUA na região.

Em 2010, o Brasil assinou um acordo de cooperação em temas de defesa com os EUA que visa fortalecer o diálogo bilateral sem

estabelecer vínculos mais densos dentro do tema, ou seja, ainda que as iniciativas brasileiras tenham em sua totalidade o objetivo de demonstrar autonomia, existe uma preocupação em deixar claro que o foco destas instituições não é anti-americanismo (SENHORAS, 2010). Da mesma forma, Flandes (2011) afirma que o Brasil passou a desempenhar um papel de liderança na cooperação de defesa e segurança na América do Sul, propondo a construção de comunidade de segurança na América do Sul, que, todavia, ainda não se consolidou devido à fragilidade das instituições e dos próprios regimes políticos na América do Sul.

A próatividade brasileira no campo da segurança na última década é um fator fundamental na reconfiguração do cenário geopolítico da América do Sul, impactando diretamente na construção de uma rede de segurança baseada na cooperação de forças armadas regionais. Essa conjuntura levou a uma aproximação das duas sub-regiões sul-americanas, o Cone Sul e Norte-Andino, que diferentemente do que foi proposto por Buzan e Wæer (2003), tem convergido cada vez como uma única região (CEPIK, 2005). A centralidade do Brasil como ator mediador na América do Sul caracterizou na última década uma vontade de fomentar uma agenda de segurança comum, e, ao mesmo tempo contestar a influência dos EUA na região (FUCCILLE; REZENDE, 2013)

Ainda que o Brasil tenha buscado ampliar sua base material militar através de um plano de reequipamento de suas Forças Armadas, o país não realizou qualquer manobra de demonstração de força militar, constringendo-se pelas políticas de não-intervenção e autonomia que são as bases para a formulação dos acordos de cooperação com os países da América do Sul. Assim, está procurando deixar claro que busca reforçar a cooperação e ampliar sua autonomia frente a Washington (PECEQUILO, 2008), e delimitar um espaço mínimo de influência na América do Sul. Nesse sentido, os esforços brasileiros de ampliar sua capacidade como agente alternativo aos EUA na região da América do Sul durante a primeira década do século XXI tem se mostrado moderadamente um sucesso. Ainda que as propostas brasileiras sejam distintas da hegemonia tradicional de um ator que exerce sua primazia de forma direta, e as vezes coercitiva, o protagonismo brasileiro em termos de projeto de integração é constringido pelas políticas de não-intervenção e autonomia, e, em alguns termos específicos, o Brasil não é capaz de substituir a capacidade material do hegemom, o que impede uma substituição completa da hegemonia regional na América do Sul. Contudo, a principal característica do maior protagonismo brasileiro na região tem sido a proposição de alternativas regionais no âmbito de

substituir as políticas coercitivas empregadas por Washington na resolução de problemas regionais de segurança.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho foi analisar as implicações do declínio hegemônico dos EUA para a sua projeção de poder militar sobre a América do Sul após os atentados de 11 de Setembro. A análise demonstrou que, diante de uma crise econômica doméstica e da ascensão de potências emergentes, os EUA priorizaram o Oriente Médio e, depois, o Leste Asiático, reduzindo sua projeção de poder militar sobre a América do Sul e abrindo espaços de manobra para o Brasil, como potência regional em momento de ascensão relativa na hierarquia mundial de riqueza e poder. Ao analisar a crescente desconstrução da hegemonia dos EUA e a gama de novos problemas que contribuem para esse quadro, demonstramos as rupturas na capacidade de projeção de poder militar do Estado hegemônico e a sua variação regional para o caso da América do Sul. Ao analisar esta conjuntura, o trabalho destacou também a participação e agência de atores locais na oposição às ações de cunho coercitivo e na erosão da hegemonia estadunidense.

O componente coercitivo da hegemonia dos EUA esteve assentado na capacidade militar do Estado através do keynesianismo militar e, após o fim a década de 1970, através de frequentes escaladas armamentistas e participação em guerras. Durante a fase DM' de sua hegemonia, os EUA conseguiram garantir os recursos financeiros para a manutenção de um quadro de supremacia militar, contudo, conforme a pressão internacional competitiva sobre a economia nos EUA progrediu, a solução encontrada pelas elites governantes do país foi reformular o sistema monetário internacional em uma ordem pró-dólar. Através do benefício da senhoriagem internacional, os EUA criaram um mecanismo para aliviar a pressão sobre a sua própria economia e finanças públicas e passaram a cobrar uma espécie de imposto externo através da senhoriagem, que permitiu a continuação do CSA norte-americano em sua fase de financeirização e belicosidade acentuada. Durante a Segunda Guerra Fria e a Guerra ao Terror, os EUA exerceram uma enorme pressão econômica sobre o restante do mundo. Contudo os déficits interno e externo e a improdutividade do keynesianismo militar em garantir bom desempenho econômico conduziram o Estado norte-

americano à condição de super-extensão imperial. Não foi apenas o custo das escaladas armamentistas que corroeu as bases econômicas dos EUA, mas sua incapacidade de extrair recursos iguais ou maiores dessas campanhas.

As ações do governo G. W. Bush aceleraram a crise desse modelo, deteriorando a economia e a própria posição destacada do dólar como moeda internacional. Já que a constante emissão de moeda, de forma descontrolada, resultou na desvalorização do dólar e enfraqueceu o mecanismo de senhoriação internacional. Por exemplo, facilitou a acumulação de reservas internacionais por potências emergentes que hoje questionam as instituições de governança financeira global lideradas pelos EUA. Frente a esses problemas, o projeto neo-conservador foi perdendo forças dentro dos EUA. A própria condição de primazia global passou a ser ameaçada, o que forçou uma remobilização durante o governo Obama. Nesse quadro, a perda objetiva de poder coercitivo e consensual no cenário internacional implicam uma deterioração da posição hegemônica dos EUA. O governo Obama reavaliou as prioridades econômicas dos EUA e iniciou um programa de contenção de custos militares. As crescentes dificuldades na manutenção do orçamento militar, a ascensão de um novo polo de poder na Ásia (China), e o ainda inacabado contencioso na região do Oriente Médio, conduzem à retração estratégica dos EUA em regiões de menor prioridade imediata.

Durante o governo G. W. Bush, a América do Sul passou a sofrer forte influência das políticas militaristas e unilaterais dos EUA, especialmente através de envio de ajuda militar e policial pelo Plano Colômbia, caracterizando uma espécie de pivô regional na região dos Andes. Por outro lado, apesar do aumento considerável do envio de recursos de ajuda policial e militar para América do Sul, durante o período G. W. Bush também têm início em toda América do Sul uma série de iniciativas regionais que se opõem à presença dos EUA na região, organizadas através da UNASUL e da ALBA. Com a diminuição do consenso ao redor das políticas de ajuda militar de Washington para a região, percebe-se que o nível de projeção do poder militar dos EUA na região diminuiu gradualmente, ao mesmo tempo em que se deterioraram as condições mundiais da hegemonia norte-americana.

Nesse período, o Brasil é alavancado economicamente e inicia uma expansão de sua área de influência regional. Se até a década de 1990 o Brasil limitou-se ao seu entorno regional do Cone-Sul, definindo essa área como sua zona de influência imediata, após a resolução do seu dilema de segurança com a Argentina, invalidou-se a hipótese de

conflito entre os dois países, o que permitiu a liberação de recursos estratégicos para o Brasil. Especialmente a partir do governo Lula, uma conjuntura político-econômica favorável no sistema internacional possibilitou uma estratégia realista de política externa, viabilizando a expansão da área de influência do Brasil para toda região da América do Sul, materializada em propostas políticas como a UNASUL, e de segurança, com o CDS. O Brasil passou a ser um dos poucos atores emergentes globais que pode olhar para a sua região e garantir uma posição geoestratégica pacífica. A consolidação da liderança brasileira e a conjuntura de declínio hegemônico favoreceram uma alteração da política externa dos EUA para a América do Sul. Isto é observado na diminuição da ajuda militar e policial para a América do Sul, que atinge seu menor nível em 2013, similar ao período prévio ao Plano Colômbia. Observa-se, ainda, que as iniciativas regionais acabaram por desestruturar as bases logísticas de ação da Força Aérea dos EUA na América do Sul, gerando em 2007 uma transferência de prioridade para a região da América Central e Caribe e provocando ali uma série de novos programas de assistência militar e policial.

Nesse contexto internacional, o quadro de segurança regional do Brasil é peculiar. O posicionamento geoestratégico como potência regional numa zona pacífica do ponto de vista das relações interestatais e não prioritária para o hegemom declinante confere ao Brasil uma condição privilegiada. A partir dessa base geoestratégica, o Brasil passa a ser neste cenário uma potência emergente, no sentido de participar ativamente em alguns foros de tomadas de decisões internacionais como um ator de rebalanceamento para uma ordem multipolar. O Brasil foi beneficiado pelo vácuo de poder na região desde a perda de interesse dos EUA, sobretudo na região do Mercosul, que permitiu a expansão da zona de influência brasileira à região andina. As iniciativas multilaterais regionais tiveram papel determinante ao evitar a re-constituição de uma nova fase de militarização por parte dos EUA na região posteriormente à crise financeira de 2007-2008, especialmente com a negativa sobre novas bases militares na Colômbia.

Por outro lado, novas dinâmicas de projeção de poder militar dos EUA na América do Sul podem ser bem observadas. Em face das perdas logísticas, há uma priorização das atividades de espionagem e operações clandestinas, além do vínculo com instituições militares locais através de treinamento. Estas alternativas, no entanto, tem tido pouco sucesso, uma vez que as ligações institucionais com os militares da região não tem resultado grandes acordos de compras de armamento com os EUA (VILLA, 2008). Ao mesmo tempo, a prática de espionagem divulgada



por Edward Snowden sobre as ações de cyber-espionagem da agência de segurança norte-americana (NSA) impactaram negativamente nas relações bilaterais entre os EUA e alguns países da região. O Brasil, que estava prestes a realizar uma decisão final no programa de compra e revitalização da Força Aérea, optou por um fabricante europeu.

Assim, a relativa perda de centralidade dos Estados Unidos para muitos países da América do Sul - não significa que Washington deixou de ser uma referência para chancelarias regionais - em termos econômicos e, mais recentemente, militares está relacionada à mudança de prioridade de Washington para a Ásia, em um contexto de crescente desconstrução da hegemonia norte-americana. Em termos militares, por exemplo, há demonstrações claras que apoiam essa idéia. A maioria dos países sul-americanos hoje está adquirindo seus sistemas de defesa de fontes diversas dos EUA. A Europa e a Rússia se tornaram grandes competidores dos EUA nesse mercado (que após o fim da Guerra Fria havia ficado claramente monopolizado pelos EUA). O Brasil, por exemplo, firmou uma parceria com a França no desenvolvimento de submarinos de propulsão nuclear e comprou aviões de caça de uma empresa sueca, enquanto a Rússia passou a abastecer a Venezuela. Além da diminuição na venda de armas, o fechamento da base de Manta no Equador e a interdição do acordo sobre as sete bases dos EUA na Colômbia marcaram uma normalização das relações com os EUA com a América do Sul. A região voltou a ter relações normais com os Estados Unidos no sentido de que a projeção do poder militar do hegemom esteve historicamente concentrada no Caribe e na América Central. Antes de Manta, os EUA nunca tiveram uma representação militar permanente na América do Sul. Portanto, apesar da reativação da Quarta Frota, existem iniciativas na região, como a criação do CDS, que mostram uma vocação para colocar limites na projeção do poder militar norte-americano.

Com isso, o presente trabalho não quer exagerar a ascensão do Brasil e a integração sul-americana, nem negligenciar o poder militar ainda incomparado que detêm os EUA, mas sim revelar um processo paulatino de erosão da hegemonia estadunidense em uma de suas instâncias regionais. Diante das conclusões deste trabalho, é necessário que pesquisas futuras monitorem os processos sistêmicos e regionais aqui destacados, especialmente para verificar se as mudanças apontadas são eventuais (de curta duração), conjunturais (de média duração) ou estruturais (de longa duração).

Por fim, é importante destacar a contribuição deste trabalho dentro da EPSM. A variação transregional da projeção de poder norte-

americano na América do Sul ainda é um campo sub-explorado de pesquisa tendo em vista a grande ênfase dada à região do Leste Asiático e a ascensão da China. Ainda que a América do Sul seja uma zona patente de influência do hegemom, a variação transregional da projeção de poder norte-americano é um ponto de partida a ser valorizado na investigação do declínio hegemônico, sobretudo para o entendimento das conjunturas que afetam a região e o papel do Brasil como Estado semi-periférico.

## REFERÊNCIAS

### LIVROS E CAPÍTULOS DE LIVROS

ALBUQUERQUE, José. **Relações Internacionais Contemporâneas: A ordem internacional da Guerra Fria.** Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

AMIN, Samir. **The Liberal Virus: Permanent War and the Americanization of the World,** New York: Monthly Review Press, 2004.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith in Beijing: Lineages of the 21st century.** Londres: Verso, 2009.

\_\_\_\_\_. **The Long Twentieth Century: Money, Power, and the Origins of Our Times.** Londres: Verso, 1994.

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly. **Chaos and Governance in the Modern World System.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

\_\_\_\_\_. **O fim do longo século XX.** In VIEIRA, P. A. (Org.); VIEIRA, R. L. (Org.); FILOMENO, F. A. (Org.). *O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo.* São Paulo: Cultura acadêmica Editora, 2012.

BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. **Monopoly Capital: An Essay on the American Economic and Social Order.** New York: Monthly Review Press: 1966.

BLANCHARD, Eric. **The technoscience question in feminist International Relations: Unmanning the U.S. war on terror.** London: Routledge, 2011.

BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo.** Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BRENNER, Robert. **Economics of Global Turbulence.** Londres: Verso, 2006.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. **Regions and powers: the structure of international security.** Londres: Cambridge University Press, 2003.

CALLEO, David. **Follies of power: America's unipolar fantasy.** Londres: Cambridge University Press, 2009.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros.** São Paulo: Saraiva, 2008.

CHOMSKY, Noam. **Hegemony or Survival: America's Quest for Global Dominance.** New York: Metropolitan Books, 2003.

COX, Robert. **Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method.** In: GILL, Stephen. Gramsci, historical materialism and international relations. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

DUNN, Bill. **Global Political Economy: A Marxist Critique.** London: Pluto Press, 2009.

FERGUSON, Nial. **Colossus: The Rise and Fall of the American Empire.** Londres: Penguin Books, 2004.

FIORI, José. **A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul.** Rio de Janeiro: OIKOS, 2007.

\_\_\_\_\_. **Globalização, hegemonia e império.** In: TAVARES, Maria. C. e FIORI, José. L. (Orgs.). Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. **O Poder Global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites.** In: FIORI, José L. O Poder Americano. Petrópolis: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. **O poder global e a nova geopolítica das nações.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

GILL, Stephen. **Power and Resistance in the New World Order.** Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008.

GILPIN, Robert. **A economia política das relações internacionais.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

GRANDIN, Greg. **Empires Workshop: Latin America, the United States, and the Rise of the New Imperialism.** New York: Owl Books, 2007.

HALLIDAY, Fred. **The Making of the Second Cold War.** Londres, Verso, 1986.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

HART, Gary. **The Fourth Power: A Grand Strategy for the United States in the Twenty-First Century.** New York: OUP, 2004.

HARVEY, David. **The New Imperialism.** Nova York: Oxford University Press, 2008.

HENDLER, B. **Ônus e bônus da Guerra ao Terror: Custos para os EUA e ganhos relativos da China em tempos de mudança no sistema-mundo moderno.** Dissertação de mestrado, Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

HOBSBAWM, Eric. **Age of Extremes: The Short Twentieth Century 1914-1991.** Londres: Abacus, 1995.

HUDSON, Michael. **Super Imperialism**. Londres: Pluto Books, 2003.

KENBERRY, John. **America Unrivaled: The Future of the Balance of Power**. Cornell University Press, 2002.

\_\_\_\_\_. **Liberal Leviathan: The Origins, Crisis, and Transformation of the American World Order**. Princeton: Princeton University Press, 2011.

KENNEDY, P. **The Rise and Fall of the Great Powers: Economic Change and Military Conflict From 1500 to 2000**. Nova York: Vintage Books, 1988.

KENNEDY, Paul. **Preparing for the Twenty-First Century**. Nova York: Vintage, 1993.

KEOHANE, Robert, NYE, Joseph. **Power and Interdependence: World Politics in Transition**. Boston: Little Brown, 1977.

LAMAZIÈRE, Georges. **Ordem, hegemonia e transgressão**. Brasília: FUNAG, 2010.

LIVINGSTONE, Grace. **America's backyard: the United States and Latin America from the Monroe Doctrine to the War on Terror**. Vasa, 2009.

LUTZ, Catherine. **The Bases of Empire: The Global Struggle Against US Military Posts**. Londres: Pluto Press, 2010.

MADDISON, Andrew. **The World Economy, 1–2001 AD**. Paris: OECD, 2003.

MAMPAEY, Luc; SERFATI, Claude. **Os grupos armamentistas e o mercado financeiro: rumo a um compromisso de guerra sem limites?** In: Chesnais, François. *A Finança Mundializada. Raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo, Boitempo: 2005.

MARKUSEN, Ann; YUDKEN, Joel. **Dismantling the Cold War economy**. New York: Basic Books, 1992.

McNEILL, William. **The pursuit of power: Technology, armed force, and society since A.D. 1000**. Chicago: The University of Chicago Press, 1982.

MOREIRA JR, Hermes. **O governo de George W. Bush e sua guerra contra o terror: nova orientação tática à estratégia norte-americana**. Dissertação de mestrado, UNESP, 2011.

NYE, Joseph. **Presidential Leadership and the Creation of the American Era**. Nova York: Princeton University Press, 2013.

PECEQUILO, Cristina. **A política externa dos EUA continuidade ou mudança?** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2005.

PECEQUILO, Cristina. A era George W. Bush (2001/2007): **Os EUA e o sistema internacional**. In: CNPEPI, n.2, 2007, Rio de Janeiro. Seminário Estados Unidos: atualidades e desafios. Brasília, 2007.

REAGAN, Ronald. **An American Life: The Autobiography** by Ronald Reagan. Nashville: Simon and Schuster, 1990.

SANTOS, Marcelo. **O poder norte-americano e a América Latina no pós-guerra fria**. São Paulo: Fapesp, 2007.

SENHORAS, Elói Martins. **Uma agenda de estudos sobre a regionalização transnacional na América do Sul**. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2010.

SPYKMAN, Nicholas. **America's Strategy in World Politics: The United States and the Balance of Power**. New York: Brace and Company, 1942.

STOKES, Doug. **America's other war: terrorizing Colombia**. New York: Zed Books, 2005.

TAVARES, Maria da Conceição. **A retomada da hegemonia norte-americana**. In: TAVARES, Maria da Conceição & FIORI, José Luís (Orgs.) Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. Petrópolis: Editora Vozes.

TILLY, Charles. **Coerção, capital e estados europeus (1990-1992)**. São Paulo: EDUSP, 1996.

INSTITUTE FOR ECONOMICS AND PEACE. **Economic consequences of war on the U.S. economy**. 2011. <<http://www.thereformedbroker.com/wp-content/uploads/2012/02/Economic-Consequences-of-War.pdf>> Data de acesso: 14/12/2013

VIZENTINI, Paulo. **Dez anos de Mercosul: A crise da integração e o desafio da ALCA**. Indicadores econômicos, FEE, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel. e HOPKINS, Terence. **The Age of Transition: Trajectory of the World System, 1945-2025**. Zed Books, 1996.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Historical Capitalism**. Londres: Verso, 1983.

\_\_\_\_\_. **The capitalist world-economy**. Nova York: Press syndicate of the University of Cambridge, 1979.

\_\_\_\_\_. **The Decline of American Power**. New York: WW Norton, 2003.

\_\_\_\_\_. **The modern world-system I: capitalist agriculture and the origins of the European World-Economy in the sixteenth century**. Nova York: Academic Press Inc, 1974.

\_\_\_\_\_. **The Modern World-System IV: Centrist Liberalism Triumphant, 1789-1914.** Londres: University of California Press, 2011.

\_\_\_\_\_. **The Modern World-System, vol. II: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750.** Nova York: Academic Press, 1980.

\_\_\_\_\_. **World-system analysis: an introduction.** Duke University Press, 2006.

WALT, Stephen. **Taming American Power: The Global Response to U.S. Primacy.** Nova York: W. W. Norton, 2005.

WALTON, Steve. **Instrumental in war: science, research, and instruments between knowledge and the world.** Boston: Brill, 2005.

## ARTIGOS EM PERIÓDICOS

ARIENTI, Wagner L; FILOMENO, Felipe A. **Economia política do moderno sistema mundial:** as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, vol. 28, n. 1, p. 99-126, julho de 2007.

BERNAL-MEZA, Raúl. **International thought in the Lula era.** *Revista brasileira de política internacional*, Brasília, v. 53, n. spe, dez. 2010.

BROOKS, Stephen; WOHLFORTH, William. **World out of balance:** international relations and the challenge of American primacy. London: Princeton University Press, 2008

BURGES, Sean. **Consensual Hegemony:** Theorizing Brazilian Foreign Policy after the Cold War. *International Relations*, v. 22, n. 1, p. 65–84, 2008.

CEPIK, Marco. **Segurança na América do Sul:** traços estruturais e dinâmica conjuntural. *Análise de Conjuntura do Observatório Político Sul-americano (OPSA)*, n. 9, p. 1-11, ago. 2005.

CERVO, Amado Luiz. **Relações internacionais do Brasil:** um balanço da era Cardoso. *Revista brasileira de política internacional*, Brasília, v. 45, n. 1, jun. 2002.

CONETTA, Carl. **An Undisciplined Defense.** Project on Defense Alternatives Briefing Report 20, Commonwealth Institute, 2010.

EPSTEIN, Susan B. **The Budget Control Act, Sequestration, and the Foreign Affairs Budget:** Background and Possible Impacts. Washington: CRSReport R42994, 2013. Disponível em: <<https://www.fas.org/sgp/crs/row/R42994.pdf>> Data de acesso: 15/02/2014.

FLEMES, Daniel. **A visão brasileira da futura ordem global.** Contexto internacional, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p.403-436, dez. 2010.

FLEMES, Daniel; NOLTE, Detlef; WEHNER, Leslie. **Una comunidad de seguridad regional en formación: la UNASUR y su Consejo de Defensa.** Estudios Internacionales. Estudios Internacionales, n. 170, 2011.

FUCCILLE, Alexandre; REZENDE, Lucas Pereira. **Complexo regional de segurança da América do Sul: uma nova perspectiva.** Contexto int. Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, Jun. 2013.

GRATIUS, Susanne. **Brasil en las Americas: Una potencia regional pacificadora?** Working Paper, n. 35, FRIDE, 2007.

HERZ, Monica. **Política de segurança dos EUA para a América Latina após o final da Guerra Fria.** Estudos avançados, São Paulo, v. 16, n. 46, Dec. 2002.

HURRELL, Andrew. **Narratives of emergence: rising powers and the end of the Third World?.** Revista Economia Política., São Paulo, v. 33, n. 2, p.203-221, jun. 2013.

\_\_\_\_\_. **Pax Americana ou o império da insegurança?** Revista brasileira de política internacional, Brasília, v. 48, n. 2, Dec. 2005.

IKENBERRY, John. **Why export democracy?** The 'Hidden Grand Strategy' of American Foreign Policy. The Wilson Quarterly Vol. 23, No. 2, Spring, 1999.

JERVIS, Robert. **The Remaking of a Unipolar World.** The Washington Quarterly, Vol. 29, No.3, p.7-19. 2006.

LABONTE, Marc; LEVIT, Mindy. **Financing Issues and Economic Effects of American Wars.** Washignton: CRS Report RL31176, 2008. Disponível em: <<http://www.fas.org/sgp/crs/natsec/RL31176.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2014, 2013.

MARTINS FILHO, João Roberto. **Os Estados Unidos, a Revolução Cubana e a contra-insurreição.** Revista Sociologia Política, Curitiba, n. 12, Jun. 1999. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44781999000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44781999000100004&lng=en&nrm=iso)>. access on 25 May 2014.

MORRISON, Philip; TSIPIS, Kosta; WIESNCR, Jerome. **The Future of American Defense.** Scientific American. - Vol. 270, nº 2, February, 38-45, 1994.

PECEQUILO, Cristina. **As Grandes Estratégias dos Estados Unidos (1989/2010).** MERIDIANO47, v. 11, n. 120, p. 11-17, 2010.

RITSCHL, Albrecht. **The Marshall Plan, 1948-1951.** EH Net Encyclopedia, edited by Robert Whaples. February 10, 2008. Available



from <<http://eh.net/encyclopedia/the-marshall-plan-1948-1951/>>. access on 25 Jan 2014.

RUSSELL, Roberto, TOKATLIAN, Juan. **Modelos de política exterior y opciones estratégicas: El caso de América Latina frente a Estados Unidos.** Revista CIDOB d'afers internacionals, Barcelona, n. 85-86, p. 211-249, mai. 2009.

\_\_\_\_\_. **A América Latina e suas opções estratégicas frente aos Estados Unidos.** Revista Política Externa, São Paulo, v. 16, n.3, p. 7-27, dez./jan./fev. 2008.

SANTOS, Marcelo. **Passado e presente nas relações Colômbia-Estados Unidos: a estratégia de internacionalização do conflito armado colombiano e as diretrizes da política externa norte-americana.** Revista brasileira de política internacional, v.53, n.1, p.67-88, 2010.

SOARES DE LIMA, M. R. e HIRST, M. **Brazil as an intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities.** International Affairs, v. 82, n. 1, p. 21-40.

SANTOS, Marcelo. **A supremacia dos EUA no pós-guerra fria.** Perspectivas, São Paulo, v. 29, p.37-66, 2006.

TERBORGH, Andrew G. **The Post-War Rise of World Trade: Does the Bretton Woods System Deserve Credit?** Working Paper No. 78/03, 2003. Disponível em: <<http://eprints.lse.ac.uk/22351/1/wp78.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2014.

TOKATLIAN, Juan G. Centro de Pensamiento Estratégico-ministerio de Relaciones Exteriores. **La Política Exterior de América Latina ¿Un reordenamiento?** 2011. Disponível em: <[http://www.cancilleria.gov.co/sites/default/files/pensamiento\\_estrategico/documentos\\_sobre\\_region/a](http://www.cancilleria.gov.co/sites/default/files/pensamiento_estrategico/documentos_sobre_region/a)>. Acesso em: 15 set. 2013.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F. de; CINTRA, Rodrigo. **Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração.** Tempo social, São Paulo, v.15, n. 2, Nov. 2003.

VILLA, Rafael; VIANA, Manuela. **Security issues during Lula's administration: from the reactive to the assertive approach.** Revista brasileira de política internacional, Brasília, v. 53, n. spe, dez. 2010.

VILLA, Rafael. **Corrida armamentista ou modernização de armamentos na América do Sul: estudo comparativo dos gastos militares.** Estudos e Cenários, dez. 2008, p. 48-49. Disponível em: <http://observatorio.iuperj.br>.

WHEELER, Winslow T. **Unaccountable: Pentagon Spending on the Post-9/11 Wars.** 2011. Disponível em: Disponível em: <http://costsofwar.org/sites/default/files/articles/>

CHASE-DUNN, Christopher; REIFER, Thomas. **US Hegemony and Biotechnology: The geopolitics of new lead technology.** Working Paper 9, 2002. Disponível em: <<http://irows.ucr.edu/papers/irows9/irows9.htm>>. Acesso em: 14 fev. 2014.

## DOCUMENTOS OFICIAIS

ASEAN. **THE 11th AEM-MOFCOM CONSULTATIONS.** 29 August 2012, Siem Reap, Cambodia. <<http://www.asean.org/images/2012/documents/AEM%20MOFCOM%2011%20JMS%20final.pdf>> Data de acesso: 15/04/2014.

BELASCO, Amy. **The Cost of Iraq, Afghanistan, and Other Global War on Terror Operations Since 9/11.** Congressional Research Service (CRS): Washington, 2011.

BUSH, George W. **The national security strategy of the United States of America.** The White House: Washington, 2002.

EISENHOWER, Dwight D. **Farewell Address.** The White House. United States Capitol, Washington, D.C. January, 17, 1961. <[http://www.eisenhower.archives.gov/research/online\\_documents/farewell\\_address.html](http://www.eisenhower.archives.gov/research/online_documents/farewell_address.html)> Data de acesso: 05/12/2013.

**BRASIL. ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA, 2008.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm)>. Acesso em: 15 dez. 2014.

KENNEDY, John F. Gerhard Peters e John T. Woolley. The President's News Conference August 29, 1962. **The American Presidency Project.** Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=8839>>. Acesso em: 8 nov. 2013.

NSC, **National Security Council. National Security Strategy For A New Century.** White House: National Security Council, 2002.

OBAMA, Barack. President Obama **Speaks on the Defense Strategic Review.** The White House. United States Capitol, Washington, D.C. January, 05. 2012.

OEА. **Conselho Permanente. Comissão de Segurança Hemisférica.** Declaração sobre a Segurança nas Américas, 2003.

PNAC. **Statements of Principles. Project For The New American Century, 1997.** PNAC. Rebuilding America's Defenses: strategy, forces and resources for a new century. Washington: Project for the New American Century, 2000.

**U.S. MILITARY ORDER DETENTION, TREATMENT, AND TRIAL OF CERTAIN NON-CITIZENS IN THE WAR AGAINST TERRORISM.** Washington: Public Law, Nov. 13, p. 107-295, 2001.

**U.S. PATRIOT ACT.** Uniting and Strengthening America by providing appropriate tools required to intercept and obstruct terrorism. Washington: Public Law, Oct. 26, p. 107-56, 2001.

**UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME.** World Drug Report. 2008. <[http://www.unodc.org/documents/wdr/WDR\\_2008/WDR\\_2008\\_eng\\_web.pdf](http://www.unodc.org/documents/wdr/WDR_2008/WDR_2008_eng_web.pdf)> Data de acesso: 01/05/2014.

UNITED STATES. Department of the Air Force Military Construction Program, Fiscal Year (FY) 2010 **Budget Estimates. 2012.** Disponível em: <<http://www.docshut.com/zrzs/departement-of-the-air-force-military-construction-program-fiscal-year-fy-2010-budget-estimates.html>>. Acesso em: 09 dez. 2013.

UNITED STATES. **Defense Planning Guidance.** Washington: United States Department of Defense, Feb. 1992.

UNITED STATES. DEPARTMENT OF DEFENSE. **FY 2013 Defense Budget. 2013.** Disponível em: <[http://dcmo.defense.gov/publications/documents/FY2013\\_Budget\\_Request\\_Overview\\_Book.pdf](http://dcmo.defense.gov/publications/documents/FY2013_Budget_Request_Overview_Book.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2014.

UNITED STATES. **Dictionary of Military and Associated Terms.** Washington, United States Department of Defense, Mar. 2009.

UNITED STATES. **FOREIGN ASSISTANCE ACT OF 1961.** Washington: Public Law, 1961.

## PÁGINAS DA WEB

BROOKS, Stephen; IKENBERRY, John; WOHLFORTH, William. **Lean Forward:** In Defense of American Engagement. Foreign Affairs, 2013. <<http://www.foreignaffairs.com/articles/138468/stephen-g-brooks-g-john-ikenberry-and-william-c-wohlforth/lean-forward>> Data de acesso: 15/05/2013

BRUNI, Frank. **The 2000 campaign:** the texas governor; Bush vows to put greater u.s. focus on latin america. 2000. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2000/08/26/us/2000-campaign-texas-governor-bush-vows-put-greater-us-focus-latin-america.html?pagewanted=all&src=pm>>. Acesso em: 15 dez. 2013.

BRUNI, Frank. **THE 2000 CAMPAIGN:** The Texas governor; Bush vows to put greater U.S. focus on Latin America, 2000.

<<http://www.nytimes.com/2000/08/26/us/2000-campaign-texas-governor-bush-vows-put-greater-us-focus-latin-america.html?pagewanted=all&src=pm>> Data de acesso: 05/05/2014.

CHASE, Robert; HILL, Emily; KENNEDY, Paul. **Pivotal States and U.S. Strategy**. Foreign Affairs. 1 Jan. 1996. Disponível em <<http://www.foreignaffairs.com/articles/51621/robert-chase-emily-hill-paul-kennedy/pivotal-states-and-us-strategy>>. Acesso em 24 de maio de 2014.

CHOMSKY, Noam. **Militarizing Latin America**, 2009. <<http://www.chomsky.info/articles/20090830.htm>> Data de acesso: 04/05/2014.

CLINTON, Hillary. **Americas Pacific Century**. 2011. <[http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/10/11/americas\\_pacific\\_century](http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/10/11/americas_pacific_century)> Data de acesso: 15/04/2014.

CONETTA, Carl. **The Dynamics of Defense Budget Growth, 1998-2011**. Project on Defense Alternatives, 2010. Disponível em: <[http://www.comw.org/pda/fulltext/Conetta\\_paper\\_1June.pdf](http://www.comw.org/pda/fulltext/Conetta_paper_1June.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2014.

DETTMER, Jamie. **Analysis: U.S. base plans shakes up allies**, 2013. <[http://www.upi.com/Business\\_News/Security-Industry/2003/12/16/Analysis-US-base-plans-shakes-up-allies/UPI-96741071590075/](http://www.upi.com/Business_News/Security-Industry/2003/12/16/Analysis-US-base-plans-shakes-up-allies/UPI-96741071590075/)> Data de acesso: 08/05/2014.

GARAMONE, Jim. **Panetta Describes U.S. Shift in Asia-Pacific** American Forces Press Service. <<http://www.defense.gov/news/newsarticle.aspx?id=116591>> Data de acesso: 15/04/2014.

GRAGG, Alan. **Navy Reestablishes U.S. 4th Fleet**. 2008. Disponível em: <[http://www.navy.mil/submit/display.asp?story\\_id=36606](http://www.navy.mil/submit/display.asp?story_id=36606)>. Acesso em: 13 dez. 2014.

HARRISON, Todd. **Rebalancing Military Compensation: An Evidence-Based Approach**. Center for Strategic and Budgetary Assessments, 2012. <<http://www.csbaonline.org/wp-content/uploads/2012/07/Rebalancing-Mil-Compensation-TH-071212.pdf>> Data de acesso: 15/04/2014.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES. **Singapore and the US: Security Partners, Not Allies**, 2013. <<http://www.isn.ethz.ch/Digital-Library/Articles/Detail/?id=168339>>. Data de acesso: 15/04/2014.

ISACSON, Adam. et al. **Below the Radar: U.S. military programs with Latin America, 1997-2007**. CIP/WOLA/Latin America

Working Group Education Fund, Washington, 2007.  
<<http://www.lawg.org/storage/documents/below%20the%20radar.pdf>>  
Data de acesso: 07/05/2014.

JAIN, Purnendra. **A 'little NATO' against China.** 2006.  
Disponível em:  
<<http://www.atimes.com/atimes/China/HC18Ad01.html>>. Acesso em:  
13 ago. 2013.

KORB, Lawrence; CONLEY, Laura. **Obama's Pentagon cuts not what they seem.**  
<[http://money.cnn.com/2011/02/11/news/economy/lawrence\\_korb\\_defense\\_obama\\_budget/](http://money.cnn.com/2011/02/11/news/economy/lawrence_korb_defense_obama_budget/)> Data de acesso: 15/04/2014.

NEW YORK TIMES. **A Selection From the Cache of Diplomatic Dispatches.**  
<<http://www.nytimes.com/interactive/2010/11/28/world/20101128-cables-viewer.html?hp#report/cables-09TEGUCIGALPA645>> Data de acesso: 01/05/2014.

O GLOBO. **Futuro de Uribe é incerto após saída do poder.**  
<<http://extra.globo.com/noticias/mundo/futuro-de-uribe-incerto-apos-saida-do-poder-144469.html>> Data de acesso: 01/05/2014.

OBAMA, Barack. **A New Partnership for the Americas**, May 2008. <[http://obama.3cdn.net/ef480f743f9286aea9\\_k0tmvyt7h.pdf](http://obama.3cdn.net/ef480f743f9286aea9_k0tmvyt7h.pdf)>  
Data de acesso: 01/05/2014.

OBAMA, Barack. **Obama:** Time to bring this conflict to a responsible end. March 20, 2007. <Fonte: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=91015>> Data de acesso: 05/04/2014.

O'HANLON, Michael. **How to Solve Obama's Grand Strategy Dilemma.** The National Interest.  
<<http://nationalinterest.org/feature/how-solve-obamas-grand-strategy-dilemma-10519>> Data de acesso: 28/05/2014.

PÉREZ, Gerson Javier. **Plan Colômbia's Onset: Effects on Homicides and Violent Deaths.** Banco de la República, 2012.  
<[http://www.banrep.gov.co/sites/default/files/publicaciones/archivos/be\\_746.pdf](http://www.banrep.gov.co/sites/default/files/publicaciones/archivos/be_746.pdf)> Data de acesso: 01/05/2014.

PRIEST, Dana. **Covert action in Colômbia.** Washington Post 2013.  
<<http://www.washingtonpost.com/sf/investigative/2013/12/21/covert-action-in-colombia/>> Data de acesso: 08/05/2014.

SECURITY ASSISTANCE MONITOR. **Time to Listen:** New Trends in U.S. Security Assistance to Latin America and the Caribbean,

2013. <[http://www.ciponline.org/images/uploads/Time\\_to\\_Listen.pdf](http://www.ciponline.org/images/uploads/Time_to_Listen.pdf)>  
Data de acesso: 01/05/2014.

WALT, Stephen. **More or less:** The debate on us grand strategy.  
Foreign Policy, 2013.  
<[http://www.foreignpolicy.com/posts/2013/01/02/more\\_or\\_less\\_the\\_debate\\_on\\_us\\_grand\\_strategy](http://www.foreignpolicy.com/posts/2013/01/02/more_or_less_the_debate_on_us_grand_strategy)> Data de acesso: 15/05/2013.

WATSON INSTITUTE. **Costs of War.**  
<<http://costsofwar.org/article/economic-cost-summary>> Data de acesso:  
05/04/2014.

WIKILEAKS. **Cable 05ASUNCION869.**  
<<https://wikileaks.org/cable/2005/07/05ASUNCION869.html>> Data de  
acesso: 08/05/2014.

WIKILEAKS. Department of the Air Force **Military:  
Construction Program Fiscal Year FY-2010 Budget Estimates.**  
<<http://www.docshut.com/zrzs/departement-of-the-air-force-military-construction-program-fiscal-year-fy-2010-budget-estimates.html>> Data  
de acesso em: 09 dez. 2013.